



PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DO ALVA E MONDEGO

RELATÓRIO DO PROGRAMA



Setembro de 2023

XXI

Ficha Técnica

Título:	Relatório do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Alva e Mondego
Descrição:	Relatório de desenvolvimento do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Alva e Mondego, com a estratégia, definição das unidades de gestão da paisagem e o modelo territorial para um novo desenho da paisagem
Data / Versão:	Setembro 2023
Coordenação Institucional	Direção-Geral do Território
Desenvolvimento e produção:	Geo XXI, Lda.
Coordenador Técnico e Científico:	Paulo Manuel Reis Geógrafo Físico (IGOT-UL); Pós-graduação em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental (FCT-UNL), em Planeamento Regional e Urbano (ISA-UTL) e em SIG (IFQ); Doutorando em Planeamento e Desenvolvimento do Espaço Rural à Escala Municipal (IGOT)
Coordenador adjunto:	Leandro Gabriel Geógrafo; com licenciatura em Geografia e mestrado em SIG e Modelação Territorial aplicados ao Ordenamento (IGOT-UL) Elisabete Reis Educadora Social (IPL), com pós-graduação em Economia Social (FE-UC)
Colaboração:	Ana Vigarinho Jurista, com licenciatura em Direito (UCL) Catarina Sim Sim Engenheira Zootécnica, com licenciatura em Engenharia Zootécnica (UÉvora) e pós-graduação em Produção Integrada (IPB) Cláudia Costa Geógrafa; com licenciatura em geografia (FLUL), pós-Graduação em SIG e Metodologias para Aquisição de Informação (UA); e mestrado em Ciência e SIG (ISEGI-UNL) David Cruz Geógrafo, com licenciatura em Geografia e Planeamento Regional, e mestrado em Gestão do Território (FCSH-UNL), Doutorando em Sociologia (ICS-ULisboa). Emanuel Baptista Urbanista; com licenciatura em Planeamento e Gestão do Território (IGOT-UL) Francisco Madeiras Geógrafo; com licenciatura em Geografia e Planeamento Regional (FCSH-UNL) e mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo (IGOT-UL) Mariana Costa Engenheira Agrónoma com licenciatura e mestrado em Engenharia Agrónoma (ISA) Oriêncio Pereira Engenheiro Florestal, Licenciado em Engenharia Florestal com Bacharel em Engenharia dos Recursos Florestais (ESACB) Otilia Magalhães Geógrafa; com licenciatura em Geografia e Planeamento – ramo Desenvolvimento e Ambiente (UM) Rita Fael Teles Arquiteta Paisagista; com licenciatura em Arquitetura Paisagista (UÉvora) Rui Pereira Arquiteto; com mestrado em Arquitetura (EAUM) Sara Ribeiro Bióloga; com mestrado em Biologia da Conservação (UÉvora) Soraia Romão Engenheira Geóloga; com licenciatura em Meteorologia, Oceanografia e Geofísica (UA) e mestrado em Engenharia Geológica (UA). Doutoranda em Ciências do Mar (FC-ULisboa) Valter Albino Geógrafo Físico (IGOT-UL), com pós-graduação em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental (FCT-UNL) e mestrado em Geografia Física e Ordenamento do Território (IGOT-UL)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	8
2. ABORDAGEM METODOLÓGICA	10
2.1. Processo participativo	12
3. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO	14
3.1. Sistema produtivo, de conservação e social.....	14
3.2. Problemáticas e limitações do território	16
3.3. Oportunidades de desenvolvimento e motores de transformação	22
4. VISÃO ESTRATÉGICA	26
4.1. Missão e metas	28
4.2. Cenários	28
5. APTIDÕES DO SOLO	32
5.1. Metodologia específica	32
5.2. Aptidão do solo e Aptidão edafo-morfológica	33
5.3. Matriz de aptidões para o PRGP-AM.....	36
6. UNIDADES DE GESTÃO DA PAISAGEM.....	44
6.1. Identificação das UGP	48
6.2. Caracterização das unidades de gestão da paisagem.....	50
7. DESENHO DA PAISAGEM	55
7.1. Metodologia específica	56
7.2. Desenho e estruturação da paisagem	61
7.2.1. Macroestrutura da paisagem	61
7.2.2. Macrossistemas da paisagem.....	62
7.2.3. Elementos singulares da paisagem	63
7.2.4. Temas determinantes para a nova paisagem.....	64
8. MATRIZ DE TRANSIÇÃO E VALORIZAÇÃO	67
9. PROGRAMA DE EXECUÇÃO E GOVERNANÇA.....	69
9.1. Plano de ação	69
9.1.1. Ações e áreas prioritárias	69
9.1.2. Síntese das ações e áreas prioritárias e desenho proposto.....	78
9.1.3. Ações complementares.....	79

9.1.4. Síntese das ações e fichas de caracterização.....	80
9.1.5. Programa de Execução.....	101
9.2. Fontes de financiamento.....	103
9.2.1. Financiamento.....	103
9.2.2. Benefícios e incentivos aos proprietários.....	110
9.2.3. Penalizações.....	114
9.3. Diretrizes de planeamento e gestão.....	115
9.3.1. PDM.....	115
9.3.2. PROF e SGIFR.....	118
9.3.3. RJAAR.....	119
9.3.4. Instrumentos de financiamento.....	120
9.3.5. Outras orientações e recomendações.....	121
9.4. Modelo de governança.....	124
10.ENQUADRAMENTO E COMPATIBILIDADE COM IGT.....	127
11.PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO.....	131
11.1. Indicadores de monitorização.....	131
11.2. Participação e envolvimento institucional.....	135
12.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	136

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Enquadramento territorial	8
Figura 2 – Conteúdo da 3ª fase metodológica	9
Figura 3 – Esquema metodológico	11
Figura 4 – Processo participativo	12
Figura 5 – Sistema produtivo	14
Figura 6 – Sistema de conservação	15
Figura 7 – Sistema social	16
Figura 8 – Cenários de intervenção.....	30
Figura 9 – Aptidão para culturas agroflorestais e de conservação	35
Figura 10 – Linhas gerais da aptidão agroflorestal e de conservação.....	36
Figura 11 – Unidades de paisagem.....	46
Figura 12 – Unidades de Gestão da Paisagem.....	50
Figura 13 – Desenho da paisagem proposta	61
Figura 14 – Macroestrutura da paisagem.....	62
Figura 15 – Macrossistemas da paisagem.....	63
Figura 16 – Elementos singulares	64
Figura 17 – Matriz de transição e valorização da nova paisagem	67
Figura 18 – Macrossistemas específicos da paisagem.....	71
Figura 19 – Propostas de AIGP.....	73
Figura 20 – Propostas de CA	75
Figura 21 – Áreas estratégicas de gestão de combustível.....	77
Figura 22 – Ações e áreas prioritárias.....	79
Figura 23 – Síntese das fontes de financiamento	105
Figura 24 – Objetivos da PAC 2023-2027	106
Figura 25 – Modelo de governança	126

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese das Problemáticas	21
Quadro 2 – Oportunidades de desenvolvimento e motores da transformação.....	23
Quadro 3 – Matriz de aptidões para culturas estratégicas	38
Quadro 4 – Principais características das Unidades de Paisagem.....	47
Quadro 5 – Caracterização das UGP	53
Quadro 6 – Aspetos fundamentais a considerar no desenho da paisagem.....	56
Quadro 7 – Critérios de delimitação da estrutura da paisagem	59
Quadro 8 – Áreas temáticas relevantes	65

Quadro 9 – Matriz de transição e valorização por uso e ocupação do solo (ha)	68
Quadro 10 – Proposta de Reordenamento por UGP (ha)	68
Quadro 11 – Ações e áreas prioritárias	78
Quadro 12 – Ações complementares	80
Quadro 13 – Programa de execução.....	102
Quadro 14 – PDR2020, síntese das características	105
Quadro 15 – PEPAC, síntese das características.....	106
Quadro 16 – FA, síntese das características.....	107
Quadro 17 – LIFE, síntese das características	110
Quadro 18 – Apoios da intervenção agroflorestal	112
Quadro 19 – Apoio da intervenção «Conservação do Solo – Pastagens Biodiversas»	113
Quadro 20 – Apoio da intervenção Pagamento natura	114
Quadro 21 – Entidades com intervenção direta no PRGP-AM	125
Quadro 22 – Análise de compatibilidade da proposta ao PDM de Arganil	128
Quadro 23 – Análise de compatibilidade da proposta ao PDM de Oliveira do Hospital	128
Quadro 24 – Análise de compatibilidade da proposta ao PDM de Tábua	130
Quadro 25 – Indicadores de monitorização.....	132

SIGLAS E ABREVIATURAS

AGIF	Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais
AIGP	Áreas Integradas de Gestão da Paisagem
ANEFA	Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ARH	Administrações de Região Hidrográfica
BUPI	Balcão Único do Prédio
CCDR-C	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CIM-RC	Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
CM	Câmaras Municipais
CMDFCI	Comissões Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios
COS	Carta de Ocupação do Solo
CRUS	Carta do Regime do Uso do Solo
CXG	Complexo xisto-grauváquico
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGT	Direção Geral do Território
DOP	Denominação de Origem Protegida
DRAP-C	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
GTF	Gabinete Técnico Florestal
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IGP	Indicação Geográfica Protegida
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
JF	Juntas de Freguesias
LNEG	Laboratório Nacional de Energia e Geologia
PBH	Plano Bacia Hidrográfica
PGF	Planos de Gestão Florestal
PIAAC-RC	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Região de Coimbra
PIMT	Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
POM	Planos Operacionais Municipais
PRGP-AM	Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Alva e Mondego,
PRN 2000	Plano Rodoviário Nacional 2000
PROF-CL	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral
PTP	Programa de Transformação da Paisagem
REFLOA	Regime Florestal e outras áreas
SAU	Superfície Agrícola Utilizada

SHR	Sub-regiões homogéneas
SIC	Sítios de Importância Comunitária
SNIRH	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
UE	União Europeia
ZCI	Zona Centro-Ibérica
ZEC	Zonas Especiais de Conservação
ZIF	Zonas de intervenção florestal

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Alva e Mondego, designado pela abreviatura PRGP-AM, incide sobre territórios que apresentam vulnerabilidades específicas associadas à sua organização espacial, sobretudo no que à floresta diz respeito, que tem como objetivo “promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia e desenvolvimento dos territórios rurais, que promova um modelo de ocupação agrícola e florestal multifuncional, biodiverso e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços e bens a partir dos ecossistemas”¹, nos termos do despacho que determina a sua elaboração.

A área de referência do PRGP-AM situa-se na Região Centro (NUTS II), abrange parcialmente o distrito e a sub-região de Coimbra, confrontando a este e norte com as sub-regiões das Beiras e Serra da Estrela e Viseu Dão Lafões respetivamente. Com uma área de aproximadamente 49 000ha, esta unidade territorial e inclui trinta e uma freguesias de três concelhos: Arganil, Oliveira do Hospital e Tábua, como se ilustra na figura seguinte.

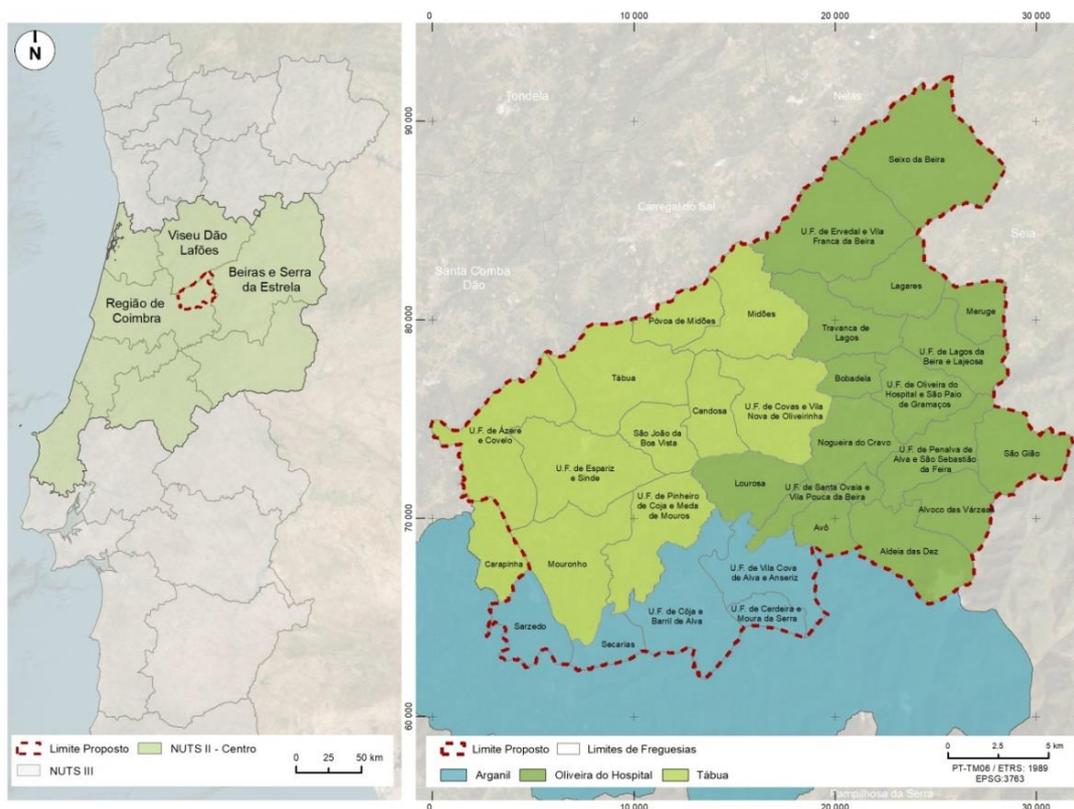


Figura 1 – Enquadramento territorial

¹ Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho

Esta proposta de limite extravasa a disposição da dimensão referida no Anexo I da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, que cria o **Programa de Transformação da Paisagem (PTP)**, e incluindo para além das unidades territoriais indicadas no Anexo II do Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro, outros territórios adicionais que pela sua natureza biofísica, ponto de vista operativo e outros enquadramentos, foram importantes considerar.

O diploma que cria o PTP define o conteúdo técnico dos PRGP, bem como os mecanismos processuais para a elaboração destes programas, nomeadamente a deliberação, acompanhamento, participação pública, exposição do programa e monitorização, aspetos que serão considerados no desenvolvimento desta proposta. Com efeito, tendo em consideração a metodologia definida para o PRGP-AM, a sua 3ª fase é composta por três volumes de trabalho distintos, respetivamente:



Figura 2 – Conteúdo da 3ª fase metodológica

O presente relatório corresponde ao volume 1, contendo toda a estratégia de desenvolvimento do PRGP-AM, nomeadamente a visão e objetivos estratégicos, a matriz estruturante deste território e que corresponde às principais aptidões do solo (informação que sintetiza o enquadramento abiótico, biótico e antrópico abordado no diagnóstico), a proposta de PRGP e a matriz de transição e valorização do novo desenho de paisagem, o plano de ação e o programa de monitorização e avaliação.

2. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A elaboração do PRGP-AM pressupõe a adoção de alguns princípios técnicos de trabalho, de onde se destaca:

- Uma abordagem estratégica integrada assente num modelo de evolução sustentável, ou seja, a garantia de inclusão num diagnóstico prospetivo de todos os domínios fundamentais para a formulação de uma estratégia de ordenamento e desenvolvimento rural, ambiental e socioeconomicamente sustentável;
- Uma participação ativa de entidades com responsabilidade na gestão florestal e no desenvolvimento municipal e rural, integrando-as na preposição, negociação e compatibilização das soluções estratégicas a adotar no novo modelo de desenvolvimento rural, mobilizando os diversos atores particularmente da fileira florestal e a população em geral, criando-se momentos de discussão, de reflexão, de partilha de conhecimento e posteriormente de divulgação das propostas.

Com efeito, a abordagem metodológica segue o faseamento geral proposto pela Direção-Geral do Território (DGT) tido em conta na elaboração destes instrumentos de ordenamento e gestão da paisagem e utilizada já no âmbito de outros PRGP (Biodesign, 2022; GeoAtributo, 2022; Quaternaire Portugal, 2022), que inclui cinco fases principais:

- 1.^a Fase: Relatório metodológico e a definição dos limites da área de intervenção do PRGP considerando a sua inserção na(s) unidade(s) homogénea(s) com a qual(ais) se relaciona(m) do ponto de vista biofísico e operativo;
- 2.^a Fase: Diagnóstico prospetivo com a inclusão de uma proposta preliminar do desenho da paisagem, e a determinação do Âmbito da Avaliação Ambiental;
- 3.^a Fase: Relatório do Programa em simultâneo com a respetiva Avaliação Ambiental e elaboração do programa de monitorização e avaliação;
- 4.^a Fase: Discussão pública da proposta de PRGP e respetivo Relatório Ambiental, compreendendo a elaboração dos elementos de suporte à Discussão Pública, o acompanhamento dos eventos e suportes de participação;
- 5.^a Fase: Elaboração do Relatório de ponderação dos resultados e fundamentação das respostas, elaboração dos elementos finais do PRGP necessários para a aprovação do programa e elaboração da proposta de Declaração Ambiental.

A figura seguinte esquematiza a metodologia adotada:

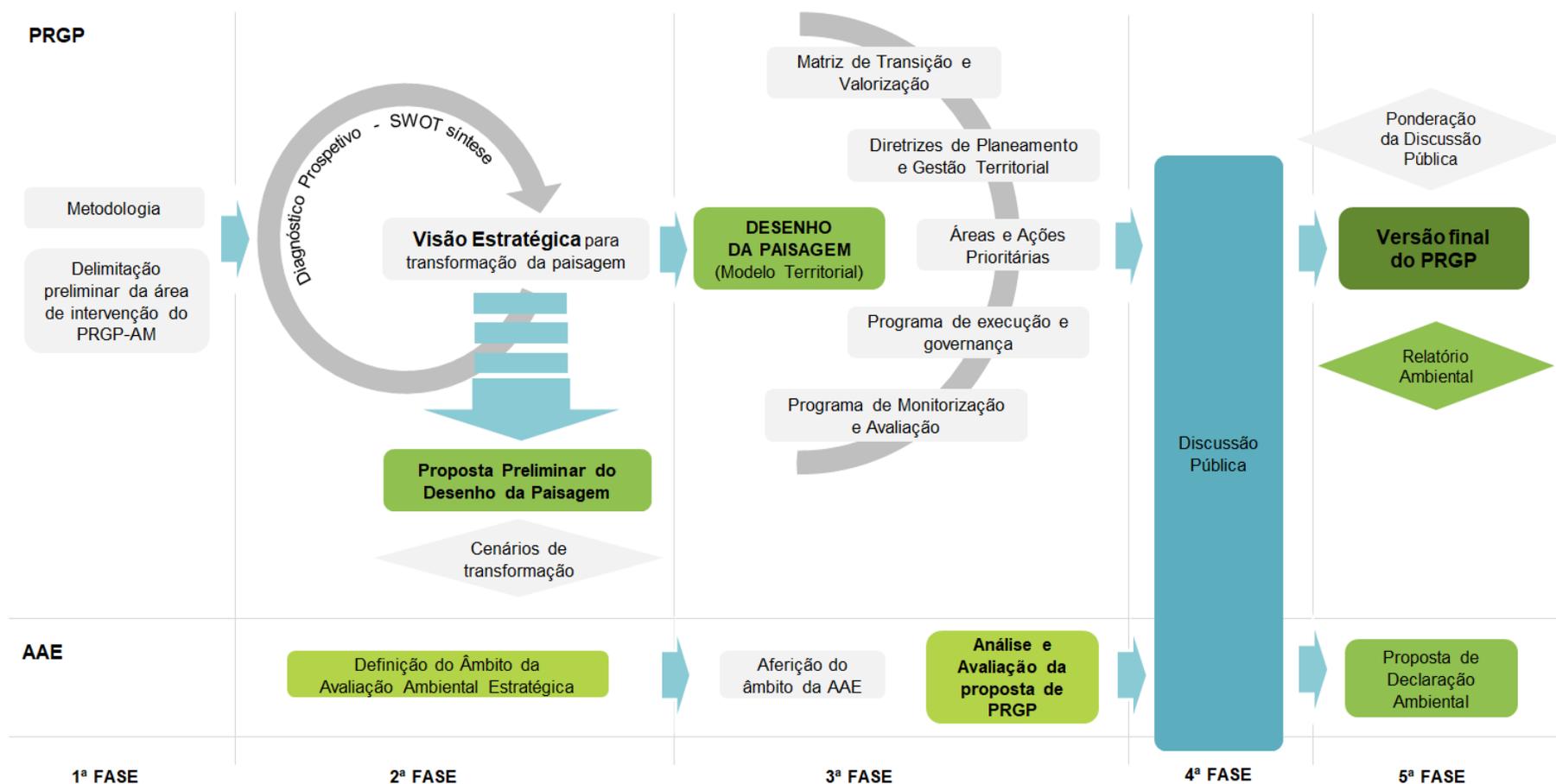


Figura 3 – Esquema metodológico

2.1. PROCESSO PARTICIPATIVO

O processo participativo estabelecido para a elaboração do PRGP-AM desenvolve-se em diferentes ritmos, tal como apresentado no anterior esquema metodológico e foi decomposto em quatro fases principais, conforme se ilustra na figura seguinte.



Figura 4 – Processo participativo

Na fase 1 foram realizadas recolhas documentais importantes com o objetivo inicial de conhecer o território de intervenção. Este exercício teve como principal objetivo a definição da metodologia a adotar para a elaboração do PRGP-AM. Foram também realizados grupos focais com os técnicos municipais e autarcas, tais como descritos no relatório do diagnóstico.

A fase 2 (diagnóstico) iniciou-se diversos encontros iniciais de trabalho, grupos focais com diferentes atores interessados, nomeadamente autarcas e técnicos dos gabinetes florestais e de proteção civil dos municípios. Foram também realizadas visitas de campo, com destaque para alguns estudos de caso importantes (Vila Cova de Alva e Anceriz em Arganil; Mouronho em Tábua; Seixo da Beira e Alvoco das Várzeas em Oliveira do Hospital) no que concerne à ocupação do solo agrícola e florestal, bem como de dinâmicas socioeconómicas locais. Foram realizados painéis temáticos com diferentes grupos de atores interessados, cujos contributos foram importantes para a fase de diagnóstico, mas também para a atual fase 3 (modelo territorial) de desenvolvimento do desenho da paisagem.

Nesta fase atual:

- 1) Realização de duas sessões de trabalho - grupo focal - com técnicos municipais e outros atores relevantes, dia 20 de maio, para breve apresentação da estratégia e discussão de propostas e soluções para a transformação da paisagem;
- 2) Realização de uma sessão apresentação – grupo focal – com autarcas dos três municípios (não participou Arganil), dia 20 de maio, para breve apresentação da síntese do diagnóstico e discussão da estratégia a adotar para a transformação da paisagem;

Na fase 4 de Avaliação está prevista a realização da discussão pública com o objetivo de discussão do modelo territorial e das propostas de ordenamento e gestão da paisagem com a comunidade local, com o objetivo de validação e aperfeiçoamento das propostas.

Coloca-se em Anexo 2 as fichas participativas realizadas, como a principal informação recolhida.

3. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

O novo desenho da paisagem passa obrigatoriamente pelo reconhecimento e integração dos principais elementos e características de diversos sistemas estruturantes da atual paisagem, e que constituem a matriz territorial na qual a proposta do PRGP-AM se alicerça. Apesar dos diferentes domínios de análise do diagnóstico prospetivo (Território e acessibilidades; meio biofísico e perigos naturais; património rural e paisagem; recursos sociodemográficos; emprego e empreendedorismo de base rural; recursos florestais; governança), refiram-se num primeiro exercício síntese, aquilo que se pode considerar o sistema produtivo, sistema de conservação e sistema social desta área de intervenção.

3.1. SISTEMA PRODUTIVO, DE CONSERVAÇÃO E SOCIAL

O sistema produtivo resulta da espacialização das áreas de agricultura e de floresta, de pastagens e de superfícies agroflorestais. No seu conjunto este sistema ocupa cerca de 89% da área de intervenção do PRGP.

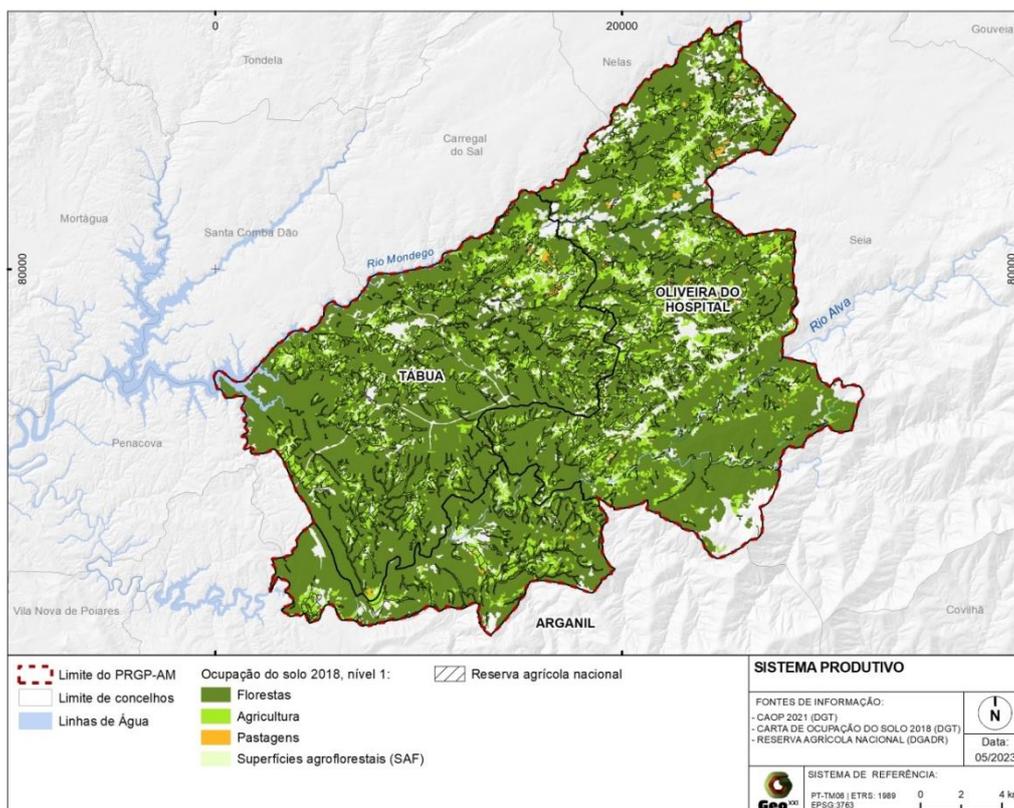


Figura 5 – Sistema produtivo

O sistema de conservação corresponde aos valores naturais relacionados com a sustentabilidade ambiental deste território. Importam assim as principais áreas e corredores de

reconhecido valor e necessária conservação por serem essenciais para a manutenção da biodiversidade e para o funcionamento equilibrado dos processos naturais. Estas áreas são por isso fundamentais para a estabilidade física do território e a sustentabilidade do ciclo hidrológico, bem como para a proteção da paisagem rural e valorização ambiental dos espaços rústicos e urbanos, relacionando-se diretamente com a capacidade do território em fornecer serviços dos ecossistemas e, por conseguinte, com um papel fundamental para a resiliência dos territórios aos incêndios rurais.

Embora a estrutura de conservação do PRGP-AM se agarre à estrutura de conservação de âmbito nacional e regional (sistema nacional de áreas classificadas e o PROF, respetivamente), ela estabelece-se tendo em consideração os valores naturais e as características particulares deste território. Com efeito, integram o sistema de conservação as áreas dos habitats prioritários, os principais cursos de água, as pequenas albufeiras e as áreas a estas associadas, bem como florestas de outros carvalhos (tendo em conta a COS2018). Também os corredores ecológicos têm aqui um papel importante, destacando-se as manchas correspondentes aos eixos de vale identificados no PROF-CL, sobretudo as áreas mais declivosas.

No seu conjunto, a estrutura de conservação representa cerca de 36.8% da área do PRGP-AM.

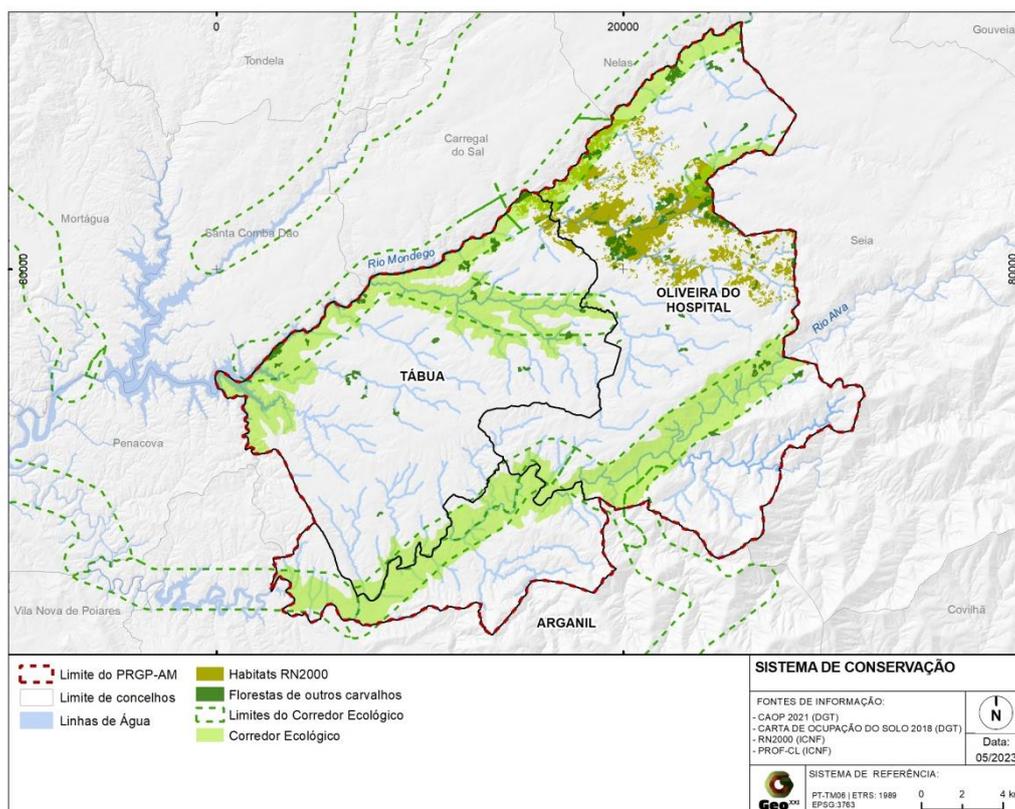


Figura 6 – Sistema de conservação

O sistema social está diretamente associado ao povoamento e às áreas artificializadas, e engloba os aglomerados urbanos e rurais e a principal rede viária de ligação a estes núcleos populacionais. Integra também elementos culturais de referência ligados ao património rural, bem como as faixas de gestão de combustível da rede primária nacional, cruciais na defesa contra incêndios.

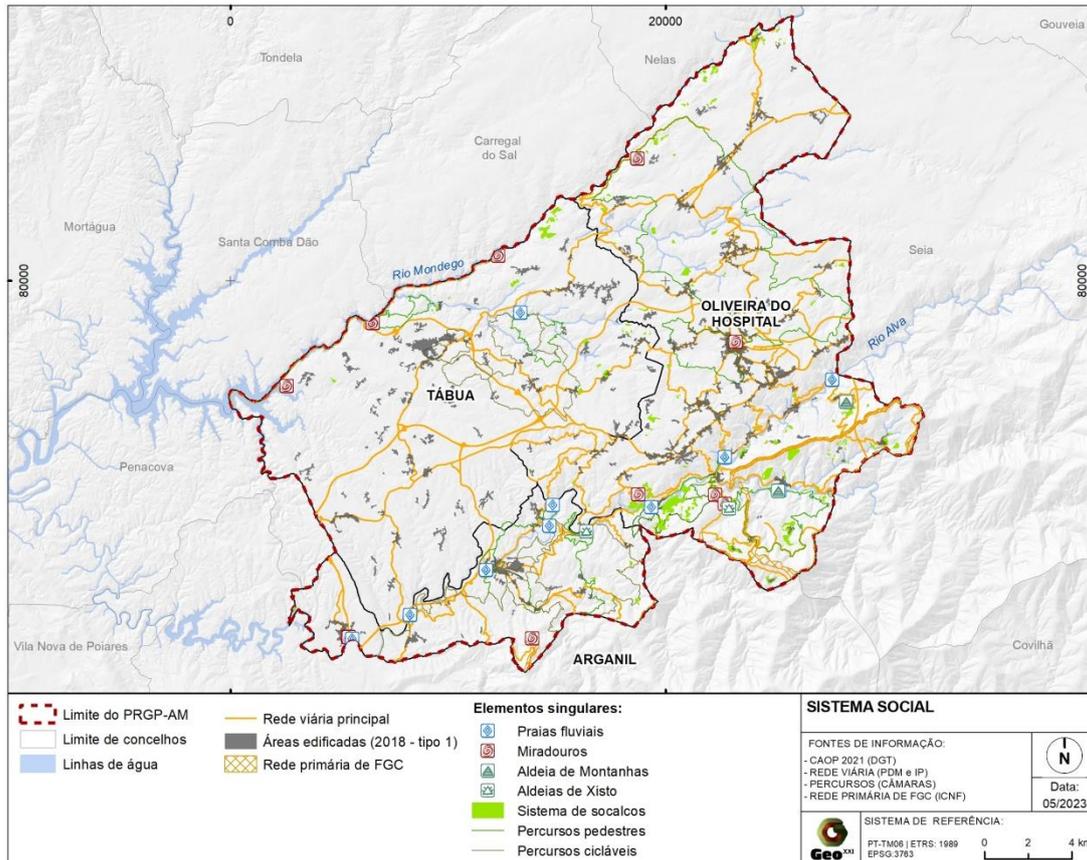


Figura 7 – Sistema social

3.2. PROBLEMÁTICAS E LIMITAÇÕES DO TERRITÓRIO

Não obstante outros elementos caracterizadores do território em análise, apresentados no diagnóstico prospetivo, desenvolvemos em jeito de síntese as principais considerações desse exercício de caracterização e diagnóstico.

Apesar dos vários elementos patrimoniais que fazem destes três municípios assumirem a sua própria identidade, há vários aspetos que os unem enquanto unidade territorial. Com efeito, para além da sua envolvimento num património natural e cultural semelhante, as suas preocupações coincidem no que diz respeito a temas como o ordenamento do seu espaço agroflorestal ou as atuais dinâmicas socioeconómicas, que têm repercussões num quadro de

elevada vulnerabilidade aos incêndios rurais. Das similitudes em termos de diagnóstico territorial, destacam-se os seguintes aspetos:

→ Território e acessibilidades

A área do PRGP-AM sofre da mesma problemática da maioria dos territórios do interior no que diz respeito à acessibilidade, carecendo de importantes infraestruturas rodoviárias que garantam uma maior aproximação dos seus principais núcleos populacionais com os importantes centros regionais/nacionais. Refira-se a não conclusão de projetos importantes de ligação rodoviária ou a ausência de alternativa de outros meios complementares, como a locomoção ferroviária.

A perceção de um certo isolamento, associado também a outros contextos sociodemográficos e económicos, faz com que o transporte individual se sobreponha aos serviços públicos, pelo que a mobilidade da população mais envelhecida e daquela que reside nos vários povoamentos dispersos pelo território é muitas vezes prejudicada, quer pela falta de oferta de mais e melhores vias, quer de meios de transporte coletivos.

Para além das questões de acessibilidade sublinha-se a rarefação de funções centrais e cruciais para a fixação das populações nos territórios, sobretudo nas freguesias periféricas. Com efeito, a concentração de infraestruturas e equipamentos na sede de concelho ou freguesias centrais, reflete a grande assimetria do sistema urbano do mundo rural.

→ Meio biofísico e perigos naturais

Assumindo que as preocupações e as consequências das alterações climáticas nos territórios são centrais e determinantes para repensar as políticas e estratégias de desenvolvimento das próximas décadas, importar reconhecer que o abandono das áreas agrícolas e florestais tem aumentado a suscetibilidade dos territórios aos riscos naturais, nomeadamente, e com destaque neste PRGP-AM, aos incêndios rurais. Está em causa a ameaça da biodiversidade, fauna e flora, bem como do conjunto de serviços de ecossistemas que se perdem com a destruição do património natural e valores ecológicos.

Por um lado, destacam-se os problemas associados à manutenção da qualidade da água, da futura escassez deste recurso ou da atual ocupação infestante e descaracterizadora das galerias ripícolas nas margens das linhas de água - veja-se por exemplo a ocupação de corredores ecológicos com floresta de eucaliptos ou o completo abandono de terrenos em área classificada. Por outro lado, importa sublinhar não só a erosão e perda de solo que se acentuou com o incêndio de 2017 (sobretudo em áreas de litologia granítica), como a propagação de espécies infestantes no período subsequente a esta grande ocorrência, e que

alterou completamente a paisagem desta região. Proliferam grandes extensões de floresta eucaliptos onde no passado existia pinheiro-bravo

→ Património rural e paisagem

Sobrevivem vários elementos e símbolos da ruralidade e das antigas tradições de quem constrói e ocupa a paisagem deste território. Porém, o abandono das culturas agroflorestais tradicionais e a introdução e exploração desordenada de espécies exóticas – como é por exemplo o caso do eucalipto –, sobretudo em áreas cuja aptidão poderia promover outra ocupação de maior interesse, veio criar um sentimento de afastamento da urbanidade ao mundo rural e acentuar outra questão de grande sensibilidade e discussão como é o desordenamento geral deste território rural. A problemática com a estrutura da propriedade de minifúndio é aqui transversal a vários problemas identificados, impossibilitando o ganho de escala para operações de transformação ou melhor gestão da ocupação do solo. O desconhecimento dos proprietários e/ou dos limites das propriedades contribui para um subaproveitamento e desvalorização do património natural e paisagístico deste território.

Associado a um sentimento de desacreditação e impotência para alterar o quadro atual de escassez e ineficácia de políticas, acabam por se perder oportunidades de alavancagem dos recursos endógenos, como são os produtos agroalimentares tradicionais ou artes e ofícios muito próprios do mundo rural, como a existência de guardas/vigilantes florestais que muito podiam contribuir para a mitigação de comportamentos e ocorrências perigosas.

Reconhece-se, no entanto, que esta é uma região com um elevado interesse turístico, quer pelo próprio património que possui (que inclui as aldeias de xisto, aldeias de montanha, os percursos pedestres, praias fluviais, infraestruturas de turismo de natureza, inclusive os vários sistemas de socalco para cultivo em encostas mais declivosas, etc.), quer pela proximidade a outras referências de relevo no contexto nacional, como é exemplo a Serra da Estrela. Está, por isso, na região de referência do queijo e requeijão DOP da Serra da Estrela, produto de excelência que dinamiza a economia e eventos na região. Por estar inserida na área de aptidão para o vinho do Dão, é também uma referência para no turismo enólogo, com enorme potencial para o desenvolvimento de vinhas e respetiva produção vitivinícola. O Mel DOP da Serra da Lousã produzido pela abelha *Apis mellifera* (*sp. iberica*), ligado à tradição da apicultura, muito associada à floração da urze, que é praticada nesta região. Também são boas apostas as frutas e outras novas culturas com grande potencial, nomeadamente o exemplo do mirtilo e do pinhão.

→ Recursos sociodemográficos

Tal como acontece noutros cenários similares, também neste território sobressai uma das principais problemáticas associadas ao espaço rural das áreas de baixa densidade do interior português: despovoamento populacional associado a uma tendência de diminuição da população residente; bem como o envelhecimento estrutural que assola os territórios de baixa natalidade. Seja pela migração para novos contextos geográficos ou pelos valores negativos do saldo natural, os motivos desta redução populacional estão fortemente associados à ideia de que os espaços rurais, onde predomina o minifúndio, têm uma capacidade limitada para estimular a economia e, sobretudo, cativar as novas gerações para desenvolver novos negócios empreendedores, resultando num crónico abandono da atividade agrícola e da ruralidade (Cavaco, 2004; Covas, 2008; Reis, 2021). Ainda assim, não obstante a vinda de novos residentes estrangeiros que se pretendem fixar nestes concelhos para residir, trabalhar e criar novos projetos, verifica-se que o peso desta dinâmica de perda populacional desfavorável para o mundo rural tem como uma das consequências a falta de mão-de-obra de população em idade ativa que, por sua vez, dificulta o fomento de uma efetiva estratégia de dinamização dos espaços agroflorestais. Sem efetivo populacional para habitar e trabalhar, torna-se desafiante estimular quer novas atividades produtivas suportadas nos produtos agrícolas, silvícolas e florestais, quer novos projetos de dinamização turística.

→ Emprego e empreendedorismo de base rural

Verifica-se escassez de emprego e iniciativas de empreendedorismo associado a projetos agroindustriais, face ao potencial existente, nomeadamente um fraco apoio a serviços, coletividades e autarquias locais para o desenvolvimento de atividades rurais. Apesar dos esforços dos municípios para conseguir dinamizar os aglomerados rurais e aproximar as comunidades locais aos recursos naturais e culturais existentes, reconhece-se que se por um lado o contexto formado pela estrutura etária da população e a concentração de serviços nos principais núcleos urbanos (sedes de concelho e de freguesia) tendem a acentuar as assimetrias territoriais ao nível da empregabilidade (Reis, 2021), por outro lado, a fraca capacidade de investimento, a falta de apoios da administração central e o descrédito de algumas medidas de fundos comunitários, inibem o surgimento de novos projetos de desenvolvimento agrícolas e florestas, bem como a concretização de outros já aprovados mas sem dotação orçamental. Também as exigências atuais em manter atividades económicas e infraestruturas, ligadas ao setor primário e secundário em funcionamento legal, têm desencorajado a preservação de importantes práticas rurais (como por exemplo a atividade pecuária de ovinos para produção de leite e queijo).

Foi também reconhecida a falta de dinamização de iniciativas periódicas específicas sobre a promoção e comercialização dos produtos endógenos, associada à atual fraca cultura associativa e cooperativa. O encerramento de importantes coletividades reflete a incapacidade em manter ativa estes agrupamentos culturais nos aglomerados rurais, perdendo-se importantes meios de sociabilização, de negociação e criação de novas oportunidades de desenvolvimento. A reduzida massa crítica e o já referido abandono nas atividades agrícolas e silvopastoris, associado à falta de infraestruturas de apoio a estas atividades, faz com que permaneçam poucos trabalhadores que se queiram dedicar ao desenvolvimento do setor primário e secundário.

→ Recursos florestais

Uma das principais consequências para o progressivo abandono do mundo rural é o desaparecimento do mosaico agroflorestal, sobretudo nas áreas mais planas, fazendo aumentar a perigosidade de incêndio por via do predomínio da floresta – neste caso de eucalipto – e, em muitos casos, sem qualquer tipo de gestão. Tem-se assistido a uma redução das áreas de floresta autóctone (resinosas e folhosas) persistindo ainda algumas grandes manchas de pinheiro-bravo (como é o exemplo do Pinhal na freguesia de Mouronho, em Tábua, que tem escapado aos incêndios rurais)

De acordo com a perceção dos autarcas locais, a dificuldade em manter a rede viária florestal nas condições aceitáveis é também um problema assinalado de forma transversal em toda a área de intervenção do PRGP-AM. Não obstante os esforços continuados dos autarcas das freguesias, técnicos e outros colaboradores para garantirem o desimpedimento e circulação destes eixos de acesso à floresta, mediante os escassos recursos técnicos e de equipamentos, constata-se que ainda persistem percursos rurais intransitáveis, escasseiam valas de escoamento de águas, identificam-se problemas na recolha dos resíduos que são deixados nas bermas e margens das vias depois das operações de desbaste e limpeza, escasseiam bolsas de desafogo/abertura para a inversão de marcha dos veículos, entre outros apontamentos que constituem problemáticas ao desenvolvimento rural em geral e à prevenção e combate aos incêndios em particular. Na verdade, a par da rede viária e faixas de gestão de combustível, sobressai a escassez de ações de prevenção aos incêndios, tais como as limpezas de terrenos e a gestão desses resíduos agrícolas e florestais.

Os incêndios de 2017 vieram também afetar a perceção de risco neste território, espelhada na carta de perigosidade estrutural 2020-2030. Embora se reconheça que o episódio de 2017 coincidiu com o alinhamento de diferentes variáveis que favoreceram as ocorrências e a rápida propagação do fogo, a área ardida resultante foi fortemente ponderada na avaliação do perigo de incêndio, resultando numa espacialização dominante das classes alta (elevada) e muito alta

(muito elevada), que é suscetível a críticas. Embora contenha objetivos de defesa da floresta, os municípios consideram que esta cartografia tem efeitos bastante limitadores para as ações de desenvolvimento do espaço rural, como é, por exemplo, o licenciamento de novas habitações ou vocacionadas para projetos agropecuários e turísticos, podendo, por essa via, ser pernicioso face aos objetivos de desenvolvimento para que se preconizam para estes territórios (Reis & Gabriel, 2021).

→ Governança

Reconhece-se um envolvimento deficitário dos órgãos locais no processo de gestão do espaço agroflorestal, nomeadamente nas ações de prevenção e combate aos incêndios. Sobressai de forma transversal a escassez de recursos humanos e técnicos (incluindo formações específicas para operacionalizar e operar certas ações e equipamentos, respetivamente) sobretudo nas juntas de freguesia.

Verifica-se uma certa desarticulação entre os vários órgãos, desde os decisores até aos que executam ações no território, revelando alguma ineficácia da organização da administração pública, sobretudo a que está diretamente ligada à gestão florestal. Todavia, há associações e outros atores interessados e possibilidade de desconcentrar competências e recursos dos municípios (ou da administração central) para as freguesias ou conjunto /grupo de freguesias, por forma a tornar mais eficaz e eficiente quer a operacionalização de ações relativas à defesa da floresta contra incêndios, quer o desenvolvimento rural de forma geral.

O quadro seguinte sintetiza as principais referências do diagnóstico relativamente às problemáticas territoriais, reconhecendo-se que grande parte das limitações deste território advém da ausência, inoperabilidade ou ineficácia de instrumentos de política que sejam capazes de inverter o panorama atual.

Quadro 1 – Síntese das Problemáticas



→ Território e acessibilidades

- Isolamento, inacessibilidade face aos principais eixos de acessibilidade regional;
- Rarefação de funções centrais em freguesias periféricas;
- Povoamento disperso constituído por diversos núcleos de matriz rural com algumas disfunções decorrentes do declínio e envelhecimento populacional;



→ Meio biofísico e perigos naturais

- Descaracterização das galerias ripícolas com proliferação de espécies infestantes;
- Escassez de água para rega e perda de qualidade;
- Propagação de espécies invasoras, com incremento após o incêndio de 2017 e o

clima desfavorável causado pela tempestade Ophelia;

- Erosão e perda de solos pós incêndio, sobretudo em áreas graníticas;
- Ameaça à biodiversidade de flora e fauna;
- Fragmentação de corredores ecológicos e ocupação com monoculturas;



→ **Património rural e paisagem**

- Abandono agrícola e insuficiente valorização dos produtos tradicionais;
- Subaproveitamento e desvalorização do património cultural e paisagístico;
- Escassez de políticas para a valorização de fileiras agroindústrias estratégicas



→ **Recursos sociodemográficos**

- Despovoamento populacional continuado;
- Agravamento do envelhecimento;
- Escassez de mão-de-obra em idade ativa;
- Fraca aposta na atratividade territorial para o estabelecimento e manutenção das populações;



→ **Emprego e empreendedorismo de base rural**

- Insuficiente empreendedorismo de base rural;
- Insuficiente articulação entre a produção e comercialização;
- Insuficiente valorização dos recursos turísticos, aldeias e paisagem;
- Insuficiente infraestruturação de apoio à economia de base rural



→ **Recursos florestais**

- Mosaico agroflorestal tradicional em degradação;
- Insuficiente manutenção da rede viária florestal;
- Desaproveitamento de sobrantes e biorresíduos;
- Propriedade rústica de pequena dimensão



→ **Governança**

- Ausência de um modelo de governança forte ao nível municipal e intermunicipal (planalto Alva-Mondego);
- Desarticulação operacional dos órgãos de decisão face ao local;
- Envolvimento deficitário dos beneficiários rurais e das Juntas de Freguesia nas decisões sobre o desenvolvimento agroflorestal;

3.3. OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO E MOTORES DE TRANSFORMAÇÃO

Não obstante as problemáticas identificadas, reconhece-se que este território do PRGP-AM e cada município em particular têm um potencial ou capital específico que é determinado por uma série de fatores. Podem ser questões próprias da sua geografia, do clima, recursos naturais e paisagísticos, de aspetos relacionados com as suas gentes, práticas e tradições,

com a economia local como a existência de infraestruturas, incubadoras, áreas industriais, redes empresariais, entre muitos outros fatores.

No contexto do PRGP-AM, destacam-se importantes oportunidades de desenvolvimento e aquilo que se consideram ser os fatores nucleares ou motores da transformação que se pretende alcançar. Esta síntese, assente no diagnóstico prospetivo, corresponde à identificação do valor estratégico dos recursos existentes, essencial para o desenvolvimento da estratégia a desenvolver, quer no que concerne à diminuição da vulnerabilidade do território aos incêndios, quer no que diz respeito ao desenvolvimento rural de forma integrada.

A referências apresentadas no Quadro 2 servirão para o estabelecimento do plano de ação a seguir, nomeadamente no que diz respeito às medidas e instrumentos necessários reforçar e desenvolver para que os efeitos desejados de alavancagem deste território rural que concretizem num prazo sustentável.

Quadro 2 – Oportunidades de desenvolvimento e motores da transformação



→ Território e acessibilidades

- Contexto geográfico favorável e proximidade de importantes infraestruturas e capitais de Distrito;
- Conclusão de eixo rodoviário de ligação deste território a outros núcleos populacionais importantes;



→ Meio biofísico e serviços ecossistémicos

- Presença de dois importantes rios e bacias (Alva e Mondego) com os seus vales imponentes e toda a biodiversidade associada;
- Culturas tradicionais que se encontram bem adaptadas condições edafoclimáticas;
- Corredores no alinhamento do rio Alva e Mondego com grande potencial para diversificação do mosaico e fomento da biodiversidade;



→ Património rural e paisagem

- Presença de um vasto património natural e cultural, gastronómico e etnográfico, associado a diversos símbolos rurais e estruturas da paisagem, como os muros de pedra seca, sistemas de rega tradicional, sistema de socalcos, formas de agricultura tradicional ou de subsistência e a pastorícia, assim como os produtos agroalimentares que derivam destas práticas e tradições;
- Valorização do Sítio da Rede Natura 2000 “Carregal do Sal” que atravessa o setor norte de Oliveira do Hospital;
- Produtos de importância nacional, como é o caso do Queijo Serra da Estrela permite a manutenção de uma identidade e cultura associativa;
- Instrumentos importantes de valorização do património rural e natural, com são o caso das Aldeias de Xisto e Aldeias de Montanha, o Parque Natural e Geopark

Serra da Estrela;

- Valorização do turismo da natureza e aventura e oportunidade para desenvolver um turismo mais sustentável, ecológico, inteligente e acessível, aproveitando também sinergias com as ações e dinamização de parques próximos como o geopark da Serra da Estrela, área da paisagem protegida da Serra do Açor, mata da Margaraça (Arganil)



→ Recursos sociodemográficos

- A existência de terrenos disponíveis pode servir de estímulo á fixação de jovens agricultores, tirando proveito de instrumentos de apoio nomeadamente do PEPAC 2030 e dos Instrumentos para a valorização do interior e da coesão territorial;
- Instituições de ensino superior e formação profissional que podem melhorar as competências dos recursos humanos para o empreendedorismo rural



→ Emprego e empreendedorismo de base rural

- Algumas atividades agrícolas tradicionais bem implementadas e com boa capacidade de se tornarem atrativos turísticos e económicos;
- Feiras e eventos de promoção e comercialização dos produtos regionais, destacando-se a feira do queijo que podem ser potencializadas e descentralizadas;
- Associações e de instituições de ensino profissional e universitário que podem melhorar o apoio ao empreendedorismo;
- Associações, cooperativas e de produtores agroindustriais locais que podem dinamizar os mercados locais e as vendas diretas;
- Recursos biofísicos e paisagísticos com capacidade de potenciar o desenvolvimento de vários produtos e serviços turísticos como são exemplo as praias fluviais, percursos pedestres, rotas de BTT, entre outros



→ Recursos florestais

- O potencial florestal poderá ser incrementado através de instrumentos de ordenamento florestal e paisagístico, nomeadamente associados ao PRGP e AIGP e dos apoios dados pelo PRR e PEPAC 2030;
- Empresas transformadoras de madeira podem facilitar a instalação de um modelo económico associada à valorização dos biorresíduos;
- A cultura local instalada cria condições para o incremento da silvopastorícia;
- O Cadastro em Oliveira do Hospital, e o Cadastro Simplificado que se encontra em curso em Tabua e Arganil, tornará mais facilitada a operacionalização de instrumentos de ordenamento e desenvolvimento rural;
- As possibilidades conferidas pelo quadro legal tornam mais facilitada a desconcentração de recursos e meios para as freguesias (Reis & Gabriel, 2021)



→ **Governança**

- Possibilidades de desconcentração de serviços e competências na gestão florestal para as Juntas de freguesias e associações locais;
- A existência de associações locais interessadas no desenvolvimento agroflorestal facilitam a criação de um novo quadro de governança que pode ser estimulado pelo PRGP e AIGP

4. VISÃO ESTRATÉGICA

No domínio do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) - Lei 99/2019, de 5 de setembro - a qualidade da paisagem do meio rural tem sido assumida como fundamental para a valorização e desenvolvimento sustentável dos territórios e para a qualidade de vida dos cidadãos. É a ocupação florestal e outras associadas, aquela que domina a paisagem rural em Portugal, constituindo um elemento vital de sustentação e conectividade dos ecossistemas, assim como uma âncora económica, ambiental e social destes territórios e da sua memória coletiva.

Todavia, o atual panorama da floresta portuguesa e do mundo rural em geral está longe do cenário ideal de gestão e de capacidade produtiva em prol dessa qualidade de vida desejada, tal como mostra o diagnóstico das principais problemáticas existentes nestes territórios. Com efeito, as características biofísicas específicas mais desfavoráveis, como a propagação de espécies invasoras ou a erosão e perda de solos, o acentuado despovoamento e envelhecimento da população, e consequente abandono do modelo agrossilvopastoril, em conjunto com a grande fragmentação das propriedades rurais e outros tópicos listados no diagnóstico, determinam um quadro atual marcado por extensas áreas florestais de monocultura, muitas não geridas (excetua-se, por exemplo, as grandes áreas sob gestão da grupos Altri e The Navigator Company, entre outros), que, em presença de condições atmosféricas adversas, atingem níveis de perigosidade de incêndio preocupantes, colocando em risco a população, bens e todo o património existente.

Neste contexto, o presente ciclo de políticas públicas para a paisagem rural, consubstanciada no conjunto de medidas programáticas e no quadro jurídico da reconversão da paisagem, protagoniza essa ambição de mudança necessária, refletindo a urgência de intervir na perspetiva de transformação sustentável da paisagem, sobretudo nestes territórios com vulnerabilidades decorrentes da conflitualidade entre a perigosidade e a ocupação e uso do solo. A nova perspetiva que considera a paisagem como ativo central a partir do qual se devem alicerçar as políticas públicas do território rural, obriga necessariamente à articulação e coordenação das políticas setoriais e à adoção de um modelo de governança adequado e ajustado à diversidade territorial, escala dos territórios. Isto significa a necessidade de maior envolvimento, compromisso e co-responsabilização das instituições, das organizações, das comunidades e dos cidadãos em geral, na construção de uma visão partilhada de um futuro assentes nos recursos e ativos de cada território.

Pretende-se que esta mudança de paradigma na abordagem do território rural, conduza a uma transformação da paisagem que consiga protagonizar novas oportunidades de desenvolvimento e de sustentabilidade a longo prazo, reconhecendo-se, desde logo, que as transformações necessárias para o futuro da agricultura e floresta não se concretizam no curto

prazo, porque também implica um processo de aprendizagem coletiva de construção de soluções integradas, de modelos de governação partilhada, e de programas e ações de natureza multiescalar. Também a integração dos saberes empíricos, de quem reside e trabalha diariamente a terra, para além do conhecimento técnico e científico dos especialistas neste processo de transformação da paisagem é um fator determinante para a efetiva alteração do quadro atual e para a inovação de soluções adotadas.

Neste sentido, tendo em consideração as especificidades da área de intervenção e os objetivos operacionais que se pretendem para o PRGP-AM e que constam nos termos da resolução que cria o Programa de Transformação da Paisagem, assim como os contributos dos métodos participativos, define-se como **Visão** holística para a área de intervenção a seguinte formulação:

A paisagem será transformada num território sustentável, que valoriza os recursos endógenos. A floresta será resiliente, limpa e ordenada, em mosaicos articulados com uma atividade agrícola, que é dinâmica e constitui a base do empreendedorismo local. A economia estará em simbiose com o ativo social, ambiental e organizativo, criando um ecossistema equilibrado e próspero, num quadro de sustentabilidade e em harmonia com a natureza.

A visão formulada consagra a evolução da paisagem balizada por valores como a identidade, a sustentabilidade, o ordenamento, a prevenção e a segurança, aos quais se deve subordinar o aproveitamento competitivo dos recursos e das oportunidades, tanto naturais como culturais, numa perspetiva de qualidade de vida da população.

Tendo em consideração a visão estabelecida, assume-se que o PRGP-AM consiga cumprir com os seguintes **Objetivos Estratégicos**, tal como estabelecido no Despacho que determina a sua elaboração:

- a. “Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta, instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvopastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndio e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono;
- b. Promover as atividades agrícolas, agro-pastoris e as pastagens naturais, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo da pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural;

- c. Promover a valorização do capital natural e cultural, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas;
- d. Promover uma nova economia para os territórios rurais, que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.“

4.1. MISSÃO E METAS

A Missão concretiza a Visão para o território do PRGP-AM, isto é, de concretização da estratégia de desenvolvimento sustentável e integrado, obrigando por isso a um alinhamento dos três municípios em prol de um entendimento comum sobre as áreas e ações prioritárias a desenvolver, tirando partido da eficiência dos recursos disponíveis e mobilizando os recursos privados, associativos, cooperativos, empresariais para a mesma estratégia de diminuição da vulnerabilidade aos incêndios e desenvolvimento rural.

Neste sentido, o PRGP-AM estabelece como Missão:

Desenvolver políticas e acções de transformação da paisagem agro-florestal e de protecção da biodiversidade tendo em vista diminuir a susceptibilidade ao fogo, aumentar a resiliência dos ecossistemas e comunidades, promovendo uma ocupação sustentável e viável economicamente, envolvendo as comunidades e atores locais.

Isto significa que se pretende, no prazo de 20 anos, que sejam alcançadas importantes metas em quatro domínios de intervenção: Dinamização da economia rural, Vulnerabilidade do território aos incêndios, Valorização do capital natural e serviços de ecossistemas, e Governança, onde se destaca o objetivo associado a dois indicadores relativos aos incêndios rurais: por um lado a diminuição em 75% da área ardida por fogos superiores a 500 ha e a redução de 25% da área classificada como alta e muito alta perigosidade de fogo rural (ver Quadro 16).

4.2. CENÁRIOS

No quadro da Visão estabelecida e dos objetivos estratégicos preconizados, o presente PRGP-AM constitui uma proposta que contempla diferentes cenários de intervenção, devendo a sua formulação responder aos desafios colocados no atual panorama de vulnerabilidade do território aos incêndios e necessidade de valorização do potencial natural e do contexto

socioeconómico. Não obstante, procurando, por um lado, afastar-se do cenário passivo (ou não de intervenção) que corresponde à não concretização do Programa e, por outro lado, aproximar-se do cenário ideal que se reconhece, à partida, ser um desafio bastante árduo com um custo de transformação que poderá não ser compatível com a estrutura social e económica existente, este PRGP-AM assume tratar-se de uma **transição 'positiva'**. Isto significa que se protegem os valores naturais e culturais relevantes, se introduzem espécies autóctones, folhosas, galerias ripícolas, mosaicos diversificados, e também se avaliam os territórios mais críticos em termos de ocorrência de incêndios, se organiza e reforça o papel das sedes de concelho e dos aglomerados rurais garantindo mínimos populacionais com acesso a serviços de interesse geral e se equacionam modelos de governança para a gestão ativa do solo rústico e continuidade de dinâmicas existentes com o necessário modelo de financiamento associado a soluções de transformação e da sustentabilidade económica de continuidade.

Dentro dessa transição que se quer positiva, para um novo desenho da paisagem, cabem três hipóteses distintas de intervenção e que dão resposta aos objetivos preconizados pelo Programa, nomeadamente:

1. Intervenção reativa, que tem sido o histórico da política das décadas anteriores, e que se baseia na mobilização das capacidades internas destinada à correção das disfunções e ao aproveitamento das apostas deficientemente aproveitadas. Pressupõe-se capacidade de manobra para reagir a cenários desfavoráveis e, porventura, replicar experiências positivas de ocupação do solo e de mobilização e gestão de recursos;
2. Intervenção proactiva, que se deverá alicerçar na procura existente por estruturas e projetos que possam alavancar novos desenvolvimentos. Todavia, reconhecem-se duas tipologias distintas de intervenção proactiva:
 - A) Intervenção proactiva alicerçada na iniciativa privada, cabendo aos proprietários e organizações de base local a capacidade de alavancar novos projetos;
 - B) Intervenção proactiva alicerçada num quadro de governança entre iniciativa pública com o associativismo e cooperativismo local.

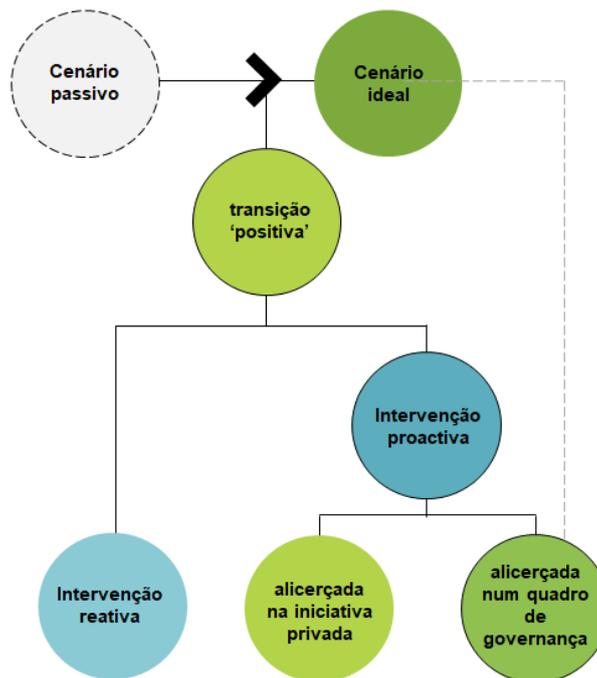


Figura 8 – Cenários de intervenção

Com efeito, no contexto específico do PRGP-AM, estes diferentes cenários traduzem-se em opções distintas dos sistemas estruturantes da paisagem quanto aos padrões e métricas da transformação a prever, com consequências não só ao nível das medidas de transição e valorização que contemplam, bem como nas diretrizes de planeamento e gestão associadas e nas áreas e opções prioritárias a definir, nomeadamente no que diz respeito à estratégia que preconizam para a resiliência ao fogo e outros riscos, valores naturais e serviços de ecossistemas, e desenvolvimento e valorização do território e, sobretudo, de governança.

Assumir a existência das hipóteses referidas, corresponde à ponderação de diferentes alternativas para o território, bem como das consequências e impactes suscitados por cada uma dessas alternativas de alteração territorial, ou até dos horizontes temporais em que essa transformação deverá ocorrer. Estes intervalos temporais são determinantes para o estabelecimento de condições e mecanismos de transformação, áreas prioritárias e formas de apoio, indicadores de evolução e mecanismos de monitorização.

A consideração destes cenários de intervenção assenta no diagnóstico prospetivo realizado, o qual evidencia, por um lado, a elevada vulnerabilidade do território e, por outro lado, as potencialidades e as especificidades únicas capazes de suportar o desenvolvimento sustentável e equilibrado deste território. Quaisquer intervenções que se ponderem serão desenvolvidas em torno de algumas incertezas no que diz respeito ao futuro concretizável,

mesmo reconhecendo que é crucial para a transformação da paisagem da área de intervenção, a minimização de riscos e a adaptação às alterações climáticas, a aposta na valorização dos recursos e do património natural, a capacidade da sua atratividade e no desenvolvimento económico da área de intervenção, num quadro de colaboração e governança territorial que permita a transformação efetiva da paisagem, ou seja, o cenário ideal.

Não obstante, a análise comparativa entre hipóteses de intervenção (cujo desenvolvimento consta do Relatório da AAE que acompanha o PRGP-AM) permite verificar que a opção por uma intervenção proactiva, sobretudo aquela assente num quadro de governança colaborativo e partilhado, constitui o melhor cenário a ser desenvolvido pelo presente Programa, tendo em vista o quadro estratégico de referência considerado. Por isso, a proposta de paisagem assenta neste enquadramento.

5. APTIDÕES DO SOLO

Tendo em consideração a Visão estratégica que se preconiza com este instrumento, apresenta-se neste capítulo uma descrição e aprofundamento das principais componentes que estão na base da formulação de uma nova proposta de Desenho da Paisagem, em termos de aptidão do solo para uma ocupação mais resiliente.

Embora algumas das especificações edafoclimáticas das ocupações de referência deste território estejam já reunidas em documentos de referência, como é o caso do PROF-CL ou outros documentos próprios como manuais de boas práticas das culturas, o conhecimento e experiência da equipa técnica bem como a informação reunida junto dos atores interessados nos processos de participação, foram essenciais para a definição de manchas prioritárias para o desenvolvimento de determinadas culturas vegetais. Essa identificação espacial é necessariamente acompanhada com as devidas orientações de desenvolvimento, nomeadamente de restrição de determinadas ocupações, sendo essa identificação representada nas várias componentes da estrutura do desenho da paisagem do Capítulo 7.

5.1. METODOLOGIA ESPECÍFICA

Aproveitando todo o conhecimento reunido e produzido no diagnóstico territorial prospetivo, e sem intenção de replicar essa informação de caracterização da área de intervenção do PRGP-AM, o mapeamento das aptidões do solo inicia-se com a sobreposição dos principais temas de ocupação do solo de maior relevância para este território, sobretudo no que diz respeito aos fatores abióticos, ou seja, a componente biofísica do meio em que ocupação pode ocorrer. São as principais variáveis ou condições edafoclimáticas, tais como:



Outros aspetos modulares da paisagem são também tidos em consideração neste mapeamento da aptidão, nomeadamente fatores bióticos (associados à cobertura vegetal) e fatores culturais (ligados com os aglomerados populacionais e uso do solo), transversais às questões ambientais e socioeconómicas consideradas críticas para o desenvolvimento rural.



A atual ocupação do solo está intimamente associada à sua aptidão, não sendo necessariamente o exemplo da melhor solução. Isto significa que embora se considere que o conceito de aptidão possa aqui ganhar uma conotação mais abrangente que não apenas o uso as questões do uso da terra com base nas suas características pedológicas, reconhece-se que existem áreas do território do PRGP-AM cuja ocupação poderá ser discutível por não estar alinhada com a verdadeira aptidão do solo.

Por isso, o mapeamento de aptidão é de grande utilidade à otimização do planeamento do uso e ocupação do território, planeamento esse que deverá ter como objetivo a orientação de decisões de ordenamento das culturas e atividades a desenvolver, permitindo um melhor e mais eficiente aproveitamento dos recursos.

5.2. APTIDÃO DO SOLO E APTIDÃO EDAFO-MORFOLÓGICA

A identificação da aptidão do solo é crucial para otimizar o seu uso. As cartas que detalham essa aptidão orientam decisões para uma ocupação sustentável do território, permitindo um uso mais eficiente dos recursos e destacando a relação entre o solo e a sua utilização. Esta otimização requer uma análise dos recursos disponíveis, levando em conta as condições físicas e biológicas do território. Esta análise está associada a diferentes condições edafoclimáticas e edafo-morfológicas, que determinam os usos e ocupações preferenciais do solo.

A este respeito muito contribuíram os trabalhos desenvolvidos pelo Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário (SROA) da Secretaria de Estado da Agricultura, aquando da classificação e caracterização morfológica dos solos em Portugal, cujos estudo que beneficiaram do conhecimento já desenvolvido desde a primeira classificação de solos do Alemão Thaer em 1809, um dos fundadores da ciência do solo, a partir das características físicas, como a textura ou a cor, e composicionais, em especial a presença ou ausência de carbonatos e de matéria orgânica.

Nos anos 60 e 70 do século XX, o SROA foi trabalhando na elaboração das cartas de Solos e de Capacidade de Uso de Portugal, enquanto referências determinantes para a atual definição das áreas diferentes classes aptidão agrícola e florestal, em particular da identificação do potencial agrícola do solo, ou seja, de áreas suscetíveis de utilização agrícola

e não agrícola (SROA, 1972) e que levou inclusivamente à definição das áreas afetadas à Reserva Agrícola Nacional no início dos anos 80 do século passado. Nesta equação conjugam-se fatores biofísicos (como a geologia, declives, clima ou tipo de solo), as limitações físicas (como aspetos relativos à drenagem, pedregosidade, erosão), assim como questões ligadas à produtividade e versatilidade do solo.

Com efeito, a carta de aptidão do solo, sobretudo para uso agrícola e/ou florestal, resulta assim de uma relação de diferentes fatores, numa sobreposição de variáveis espaciais, permitindo aferir as áreas do território que maior apetência têm para utilizações agrícolas e/ou florestais (ver metodologia específica do capítulo 7.1), mesmo sabendo que as próprias culturas vegetais têm necessidades biofísicas distintas (ver capítulo 5.3 seguinte).

Não obstante, de acordo com Magalhães e outros (2015), o conceito de aptidão edafo-morfológica substitui a ideia de aptidão ecológica em termos absolutos, adotando uma visão relativa de aptidão. Esta perspetiva sugere um modelo de ocupação que maximiza a utilização dos recursos disponíveis para atividades que produzem os bens essenciais para o ser humano, como alimentos e materiais, sempre mantendo a premissa da sustentabilidade ecológica. Neste contexto, refira-se a seguinte classificação da aptidão para ocupação agrícola e florestal:

- Agricultura de Regadio: baseia-se na disponibilidade e relação de dois recursos naturais fundamentais: o solo e a água (Serralheiro, 2005). Corresponde a áreas agrícolas associadas a solos com boa capacidade produtiva em termos do material orgânico, nutrientes e disponibilidade de água para rega, com destaque para os solos de classe A, de acordo com a capacidade de uso do solo do SROA, e ótimos para culturas hortícolas, por exemplo. São sobretudo solos em menor altitude, de reduzidos declives e mais profundos. Numa perspetiva oposta, as áreas de regadio podem ser identificadas como aquelas com tipos de solos ou de ocupações que a impedem (solos pouco profundos, pedregosos, hidro e alomórficos, afloramentos rochosos, territórios artificializados, entre outras ocupações).
- Agricultura de Sequeiro: refere-se às melhores condições do solo em termos de valor ecológico, morfologia do terreno e declive. Associa os valores pedológicos do solo (em termos das suas propriedades intrínsecas de espessura, estrutura, material orgânico, teor de argila, pH, entre outras) com a disponibilidade hídrica (áreas com disponibilidade de água sem recurso à rega) e declives (preferencialmente declives mais fracos). São áreas ótimas para culturas arvenses, como seja, cereais, leguminosas para grão, entre outras.
- Aptidão Agroflorestal: corresponde a áreas de classe intermédia onde se pode desenvolver agricultura de sequeiro ou silvicultura (correspondente a solos de classe C e D) É nesta situação que se poderá desenvolver preferencialmente a floresta de

produção (pinheiro e eucalipto), com as devidas práticas de compartimentação dos povoamentos;

- **Aptidão para Floresta:** Corresponde a áreas mais propícias ao desenvolvimento da silvicultura de conservação, fruto das condições mais difíceis de morfologia do terreno e de qualidade do solo. A composição do revestimento nestas áreas, deverá incluir folhosas e resinosas e, entre as folhosas, o predomínio de espécies autóctones. Embora se reconheça a multiplicação do eucalipto pelo território, nesta área deverá privilegiar-se o pinheiro-bravo e manso como o mais adequado, devidamente gerido. O eucalipto deverá ser condicionado, embora seja solução quando devidamente ordenado e gerido, desde que afastado das linhas de água e de solos mais aptos para culturas agrícolas ou de declive muito acentuado, devido aos elevados impactos na conservação do solo e na redução da biodiversidade.

Refira-se também a necessidade de promoção da arborização de espécies nativas melhoradoras do solo, em particular nas áreas de cabeceira, encostas declivosas e na envolvência de cursos de água, como forma de atuar sobre a erosão do solo nestas bacias hidrográficas.

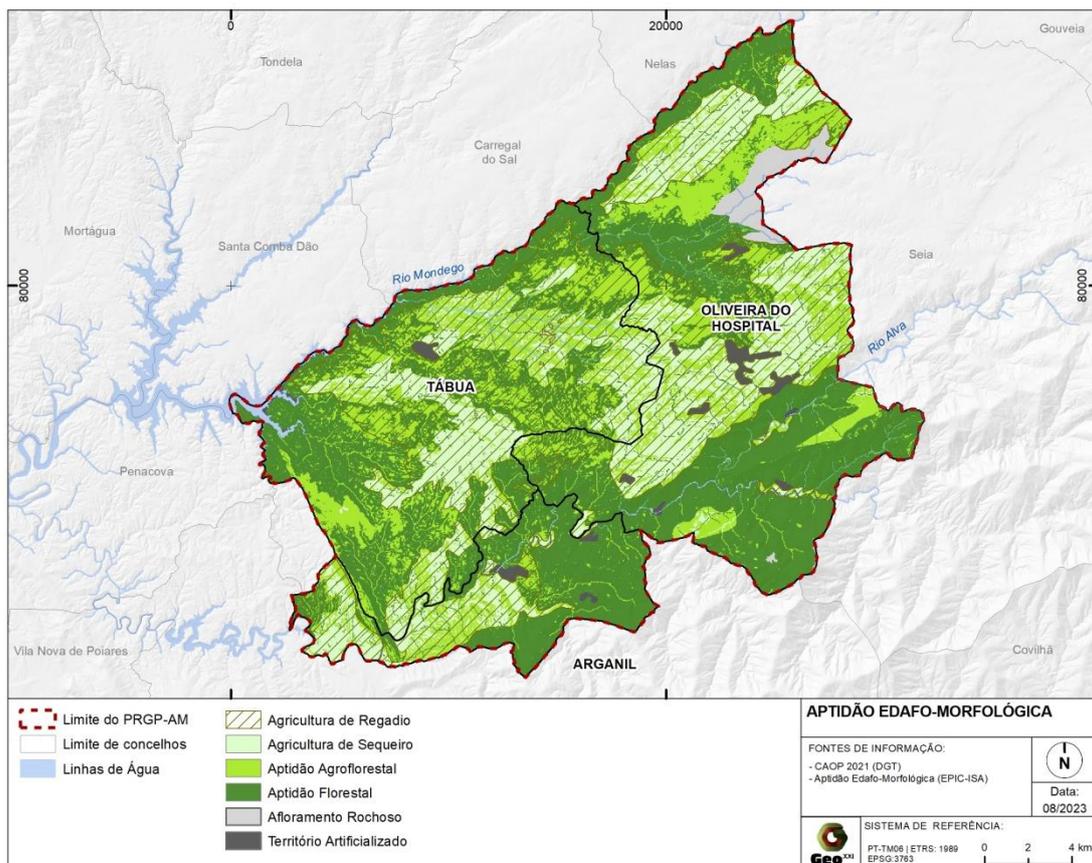


Figura 9 – Aptidão para culturas agroflorestais e de conservação
Fonte: EpicWebGIS (LEAF-ISA, 2010)

Da leitura da aptidão levada a cabo pelo projeto EPIC do Centro de investigação LEAF do ISA-ULisboa (Magalhães et al., 2015), cruzando com outros elementos temáticos do diagnóstico identificados anteriormente, é possível distinguir três principais manchas de ocupação distinta, marcadas pelas duas principais linhas de água e respetivos corredores ecológicos, que se poderão considerar como grandes áreas de diferenciação paisagística, isto é, com distintas aptidões para uma nova estratégia de ocupação (Figura 10).

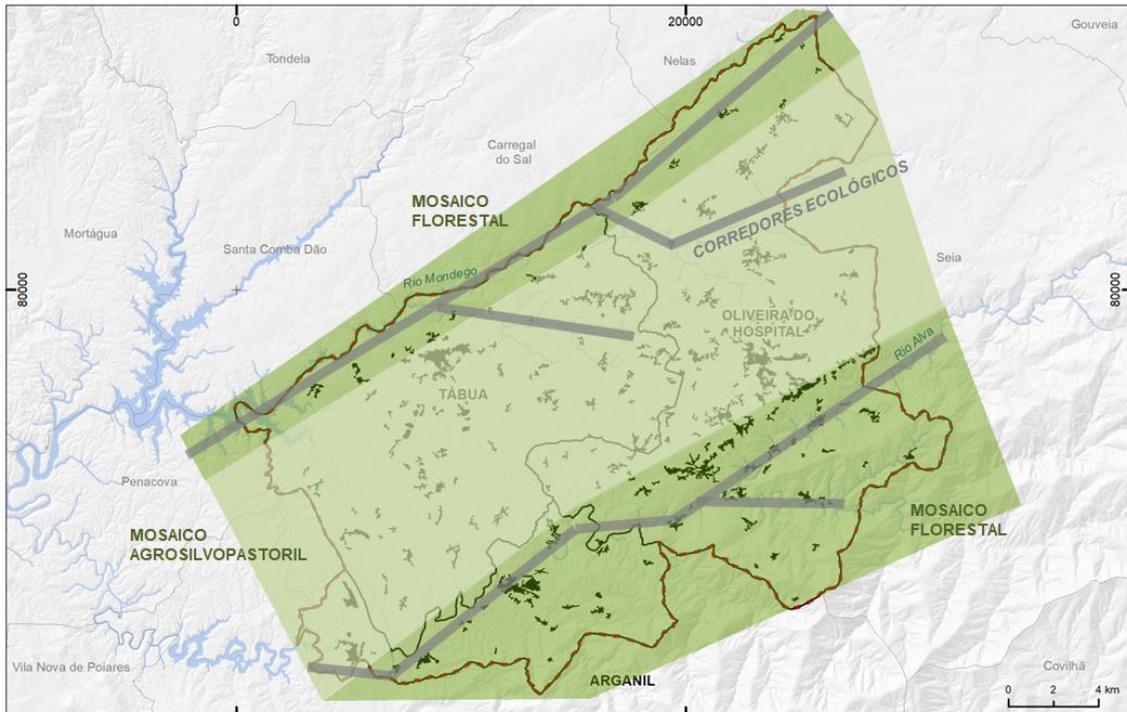


Figura 10 – Linhas gerais da aptidão agroflorestal e de conservação

Todavia, apesar deste reconhecimento de unidades macro da paisagem, a aptidão do território deverá ser sempre vista a uma escala de proximidade, afinada às reais condições existentes no local. Isto significa que se deverá evitar, por um lado, mapear a uma escala estratégica aquilo que são aptidões locais e, por outro lado, fazê-lo com base em informação espacial produzida a pequena escala (ou seja, sem o detalhe devido) ou até sobre uma cartografia de ocupação do solo desatualizada e desadequada face realidade existente (como é o caso da COS2018 — única que se encontra disponível, por exemplo).

5.3. MATRIZ DE APTIDÕES PARA O PRGP-AM

Não obstante as linhas gerais sob orientação da aptidão edafo-morfológica para culturas agroflorestais e de conservação assim como o desenho da paisagem desejável, o quadro seguinte sintetiza as principais condições edafoclimáticas das culturas e outras oportunidades

de desenvolvimento identificadas na fase de diagnóstico para o território do PRGP-AM, que deverão ser tidas em conta quer na consideração do desenho transformador da paisagem, quer, sobretudo, aquando de outros instrumentos ou projetos mais específicos para desenvolvimentos temáticos. No entanto, coloca-se em anexo 1 um desenvolvimento mais detalhado sobre o estado atual de cada uma das principais fileiras de produtos agroflorestais considerados estratégicos.

Quadro 3 – Matriz de aptidões para culturas estratégicas

Culturas/Ocupações	Clima	Orografia	Solos	Principais fatores limitantes de desenvolvimento	Orientações para ocupação	Fonte
Culturas Agrícolas						
Macieiras (Bravo Esmolfe e outras)	Adaptados ao clima temperado continental, frio e húmido, e com zonas pouco ventosas	Terrenos planos até 8% de declive.	Desenvolvem-se numa ampla variedade de solos. Contudo, solos com conteúdo médio em argila, franco-arenosos, férteis, profundos e com pH neutro a ligeiramente ácido são geralmente mais favoráveis.		Próximo dos aglomerados (até 200m) pela mão-de-obra intensiva que exige e proximidade ao consumo e mercados e armazenamento.	INIAV
Pereiras de Pera Passa (S. Bartolomeu)	Adaptados ao clima temperado continental, com Verões muito quentes e secos	Terrenos planos até 8% de declive.	Solos cujo pH está situado entre 5-7 (ligeiramente ácidos a neutros).			DRAP-C
Cerejeiras	Preferem climas temperados e podem ser cultivadas em pleno sol ou a meia-sombra. Precipitação média de 600mm.	Terrenos planos até 8% de declive, no entanto preferem exposições pouco soalheiras.	Solos de textura franca a franco-arenosa, evitando aqueles com elevados teores de argila (>30%). Prefere solos profundos para maior desenvolvimento do sistema radical, com profundidade superior a 50 cm. Os solos frescos, ligeiramente húmidos, mas bem drenados, são os mais adequados. Com pH variável entre 4,5 a 7,5	Encharcamento é o principal fator limitante ao cultivo. As geadas comprometem a produção.		REDE RURAL
Vinhas	As áreas com clima frio estão mais preparadas para o cultivo de uvas brancas (maior acidez e menor grau alcoólico). As áreas mais soalheiras são as ideais para a produção de vinho tinto (maior teor alcoólico e maior grau de açúcar).	Não se adapta bem a fundos de vale sujeitos a encharcamento. Preferem encostas de terrenos mais soalheiros, em especial as catas de uva tinto. Pode aproveitar áreas de declives superiores a 35% até 60%, em socacos.	Prefere solos pouco húmidos. Adapta-se a solos pedregosos.			
Olival	Adapta-se bem em áreas com clima mediterrânico, com Invernos suaves e verões quentes e secos.	Terrenos planos com exposição preferencial a sul.	Textura franco-arenosa, sejam permeáveis e com boa profundidade (que não deve ser inferior a um metro).	Encharcamento é o principal fator limitante ao cultivo.		DRAP-C

Culturas/Ocupações	Clima	Orografia	Solos	Principais fatores limitantes de desenvolvimento	Orientações para ocupação	Fonte
	Não suporta temperaturas inferiores a -5° C. Temperaturas muito baixas podem afetar a quantidade e qualidade do azeite.					
Marmeleiros	Adapta-se bem em áreas com clima temperado, invernos longos e verões quentes. Resistente a temperaturas baixas.	Adapta-se bem em terrenos planos, que podem ser sujeitos parcialmente a encharcamento.	Prefere solos férteis principalmente com textura franco-argilosa, bem arejados e drenados, mas que apresentem alguma humidade. Aguentam valores de acidez que variam entre os 5,6 e 7,2, devendo-se optar por solos ligeiramente ácidos.			INFOAGRO
Medronhal (com e sem rega)	Adapta-se bem ao clima mediterrânico quer de feição marítima quer continental. Prefere áreas com Invernos de temperaturas suaves (temperatura média anual de 12 a 18 °C) e poucos dias sujeito a geadas, uma precipitação média anual de 500 mm a 1000 mm e humidade relativa baixa.	Pode aproveitar áreas de declives superiores a 35% até 60%, em socacos.	Adapta-se bem a todo o tipo de terrenos mas prefere aqueles com estrutura e textura que permita uma boa drenagem do solo, profundos, siliciosos ou descarbonatados, ricos em matéria orgânica.	Muito sensível a geadas. As chuvas intensas, granizo e o vento forte destroem as flores. A ausência de rega limita o crescimento e a produtividade.		ESAC-IPC
Mirtilos	Adapta-se tanto a zonas húmidas como secas e tanto invernos muito rigorosos como a verões muito quentes.	Terrenos planos até 15% de declive	Solos arenosos ou franco-arenosos ou medianamente argilosos, com pH entre 4 e 5, 4% de matéria orgânica e bem drenados. Exigente em ferro e magnésio e sensível ao excesso de cálcio, boro e cloro.	Encharcamento é o principal fator limitante ao cultivo.		INIAV
Kiwis	Cultura subtropical que se adapta bem a invernos frios, primaveras quentes, verões quentes e húmidos e outros amenos, mas com elevada amplitude térmica.	Terrenos planos até 15% de declive.	Solos profundos, bem drenados, com boa capacidade de retenção de água	Limite -15°C. Necessita de rega para se desenvolver.		
Fisális	Cultura muito tolerante que se adapta a uma ampla	Terrenos planos até 15% de declive.	Adapta-se a solos de qualquer tipo que sejam profundos e bem	Necessita de rega para se desenvolver.		

Culturas/Ocupações	Clima	Orografia	Solos	Principais fatores limitantes de desenvolvimento	Orientações para ocupação	Fonte
	gama de condições agroecologias, nomeadamente clima Mediterrâneo.		drenados.			
Framboesas	Adapta-se bem em áreas com invernos amenos e verões longos e suaves.	Terrenos planos até 15% de declive.	Preferem solos arenosos ou arenosos francos, devem ser evitado o cultivo em solos de textura argilosa.	Raízes são muito sensíveis ao encharcamento. O elevado teor de argila limita o seu crescimento.		INIAV
Espargos	Adapta-se a diversos climas, contudo necessita de primaveras suaves, temperaturas invernais ou calores estivais com <i>stress</i> hídrico, na colheita condições climáticas secas melhoram a qualidade dos turriões.	Terrenos planos até 15% de declive.	Preferem solos arenosos ou franco-arenosos.	Necessita de rega para se desenvolver.		AJAP
Outras hortícolas	Diferentes culturas adaptam-se a diferentes climas.	Terrenos planos até 15% de declive.	Solos férteis, como matéria orgânica, porosos e com disponibilidade hídrica.	As características do solo fazem variar as culturas mais adequadas. No geral necessitam de rega para se desenvolverem.		
Pastagens						
Pastagens melhoradas	Adapta-se bem em áreas de clima mediterrâneo, com variações nos níveis de precipitação.	Terrenos planos até 8% de declive. Compatível com terrenos sujeitos a encharcamento.	Adaptam-se bem em áreas com solos mais férteis, profundos, de boa estrutura e textura. Solos delgados e de texturas ligeiras são de evitar. pH 5.5-7.0.		Áreas complementares do sistema produtivo agrícola e silvícola. Esta conjugação permite a criação de um sistema agrossilvopastoril, contribuindo para a produção de carne, leite e queijo	DGADR UÉVORA
Culturas Agroflorestais						
Castanheiro	Adapta-se bem em áreas de clima mediterrâneo continental. Prefere climas húmidos, luminosos e suaves (ótimo térmico entre -1 e 22°C). Tolerante	Preferencialmente entre os 200 e 1000m de altitude. Prefere zonas ensolaradas e depois de estabelecida tem alguma resistência à secura.	Solos siliciosos e frescos com textura franca arenosa e profundos e profundos. Tolerante a solos ligeiramente ácidos (pH entre 4 e 6,5).	A ausência de rega limita o crescimento e a produtividade.		PROF-CL INIAV

Culturas/Ocupações	Clima	Orografia	Solos	Principais fatores limitantes de desenvolvimento	Orientações para ocupação	Fonte
	precipitação entre os 800 e 1600mm.					
Aveleira	Clima temperado, com temperaturas entre 23 e 27°C, precipitação mínima de 700mm/ano e humidade relativa ótima entre 70 e 80%.	Terrenos planos até 15% de declive.	Adapta-se a diferentes solos, com exceção dos compactos e sem capacidade de retenção de água. Prefere solos bem drenados, franco a franco-argilosos, profundos, permeáveis com pH entre 5.5 e 6.2.	Sensível à salinidade		PROF-CL DRAP-C
Carvalhos <i>(consideram-se aspetos gerais em virtude da diversidade de espécies)</i>	Mediterrâneo, com invernos frios e húmidos e verões quentes a moderados - com temperaturas entre os -5°C e 40°C com uma precipitação mínima anual de 800 mm e máxima de 1100 mm	Terrenos planos até 8% de declive	Prefere solos bem drenados franco a franco-argilosos, profundos, permeáveis com pH entre 5.5 e 6.2.	Encharcamento, solos muito ácidos ou muito calcários	Adaptar a espécie ao clima e ao solo. Evitar solos muito encharcados ou muito ácidos.	ICNF DRAP
Nogueira	Mediterrâneo, com temperaturas entre os -15°C e 30°C e uma precipitação anual de 500 a 1500 mm	Terrenos planos a ondulados até 25% de declive. Evitar solos muito encharcados	A noqueira necessita de solos profundos e beneficia com a sua homogeneidade ao longo do perfil. Os solos argilosos têm uma boa capacidade de retenção para a água e um forte potencial nutritivo enquanto os solos mais arenosos, embora favoreçam o crescimento das raízes, estão sujeitos à lixiviação dos sais minerais e a importantes perdas hídricas. O solo deve ser bem drenado, com teor de calcário activo inferior a 5% e pH entre 6,0 e 7,5.	Encharcamento, solos muito ácidos	Adaptar a espécie ao clima e ao solo. Evitar solos muito encharcados ou muito ácidos.	ICNF DRAP
Sobreiro	Adaptada ao clima mediterrânico, caracterizado por períodos de seca estival e invernos amenos – com temperaturas entre os -5°C e 40°C -, com uma	Preferencialmente até 700 m de altitude. Declives entre 10%25%, podendo em áreas mais húmidas e sombrias ser superiores.	Solos argilosos com impermees ou hidromorfismo. Sensível a pouca retenção de água e/ou elementos grosseiros. Com um pH entre 5 e 7,5.	Encharcamento é o principal fator limitante ao cultivo.		PROF-CL

Culturas/Ocupações	Clima	Orografia	Solos	Principais fatores limitantes de desenvolvimento	Orientações para ocupação	Fonte
	precipitação mínima anual de 600 mm e máxima de 1100 mm.					
Pinheiro-manso	Clima mediterrânico. Prefere precipitações entre 300 a 1500 mm e suporta dois a quatro meses secos.	Prefere altitudes até 400m. Dá-se bem em todas as exposições solares mas prefere lugares luminosos.	Adapta-se melhor a solos profundos, de textura franco-arenosa. É sensível a texturas pesadas e à compactação do solo.	Sensível ao gelo e à neve.		PROF-CL
Pinheiro-bravo	Adapta-se a condições de clima mais extremo, sendo resistente à seca, ao frio e às geadas. Atinge o ótimo vegetativo em áreas com temperaturas médias entre 11° a 15° C e com precipitação entre 550-1200 mm.	Consegue desenvolver-se em quase todo o país, preferencialmente até 900 m de altitude.	É tolerante a solos pobres e degradados, embora prefira os siliciosos, permeáveis, soltos e arenosos, com profundidades entre os 30 e os 60 cm, onde as raízes se podem desenvolver. Não tolera, no entanto, níveis muito elevados de salinidade ou calcário. Com pH inferior a 7	Encharcamento é o principal fator limitante ao cultivo.	Baldios serranos	PROF-CL
Eucalipto	Adapta-se a uma grande variabilidade climática, tanto em ambientes marítimos como continentais. Prefere clima sem estação seca, com precipitação média anual de 900 mm e onde a temperatura mínima não seja inferior a -8°C.	Preferencialmente até 400 m de altitude.	Preferência por solos argilosos, siliciosos e húmidos, podendo mesmo ser pantanosos	Encharcamento é o principal fator limitante ao cultivo.	Afastado dos núcleos urbanos (mais de 1km), e dos corredores ecológicos. Importância de se considerar as metas propostas no PROF-CL assim como as condições impostas pela legislação em vigor para novas plantações	PROF-CL
Outras Oportunidades						
Plantas Aromáticas (p.ex. alecrim, alfazema, tomilho, menta, manjeriço, urze, etc.)	A maioria das ervas aromáticas prefere climas temperados ou mediterrâneos, com temperaturas amenas e precipitação regular.	Terrenos planos ou suavemente ondulados.	Solos bem drenados e ricos em matéria orgânica e com pH entre 6 e 7.	Encharcamento, solos muito ácidos ou muito calcários. O excesso de água, para algumas espécies, cria condições para produzir prioritariamente estruturas vegetativas (raiz, caule e folhas) em detrimento de substâncias do metabolismo secundário (aromas e princípios	Adaptar a espécie ao clima e ao solo. Evitar solos muito encharcados, muito ácidos ou pobres em matéria orgânica.	ICNF

Culturas/Ocupações	Clima	Orografia	Solos	Principais fatores limitantes de desenvolvimento	Orientações para ocupação	Fonte
				ativos)		
Apicultura / Mel: Apiário		Preferência por áreas com alguma inclinação e a meia encosta, orientadas para Sul ou a Nascente, protegidas dos ventos dominantes e do calor excessivo.		Colocação das colmeias: acima do solo e inclinadas para a frente. Ter bons acessos. Existência de água	Áreas com predomínio de urzes e que correspondam às indicações do mel da serra da Lousa DOP.	
Pastorícia (<i>ovelhas bordaleiras, vacas cachenas, cavalos garranos, cabras...</i>)		Compatível com terrenos sujeitos a encharcamento.			Em áreas com potencial para pastagens. Nas entrelinhas de culturas florestais.	DGAV
Cogumelos Silvestres				Estabelece-se em simbiose com as raízes das plantas.	Associado às áreas florestais	DRAP-C INIAV

6. UNIDADES DE GESTÃO DA PAISAGEM

Para o entendimento do conceito de “paisagem” e suas unidades em Portugal é considerada essencial a referência de três documentos:

- A Convenção Europeia da Paisagem (CEP) aprovada pelo Decreto-Lei n.º 4/2005, de 14 de fevereiro, previamente assinada em Florença em 20 de outubro de 2000, comprometendo-se Portugal a “reconhecer juridicamente a paisagem como uma componente essencial do ambiente humano, uma expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade”. Por isso, no que diz respeito à integração da paisagem nas suas políticas de ordenamento do território e de urbanismo, o país aumentou a sua responsabilidade com:
- i) a proteção da paisagem, ou seja, as ações de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e ou da intervenção humana;
 - ii) a “gestão da paisagem”, nomeadamente as ações que visem assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais;
 - iii) e o “ordenamento da paisagem”, isto é, as ações prospetivas que visem a valorização, a recuperação ou a criação de paisagens.
- O Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT), instrumento de topo do sistema de gestão territorial, que define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização do território nacional. A 1ª revisão deste instrumento, dada pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, incorpora diversas medidas de política, de onde se destaca a medida 1.4 “Valorizar o território através da paisagem”, e onde alguns dos seus objetivos operacionais têm enquadramento com o PRGP-AM. Destacam-se:
- i) a integração das preocupações de salvaguarda e valorização da paisagem;
 - ii) a incorporação nos instrumentos de financiamento da agricultura, floresta, conservação da natureza e infraestruturas critérios de elegibilidade e de prioridade que promovam a salvaguarda da qualidade da paisagem;
 - iii) a promoção da paisagem como recurso para a geração de emprego, promoção do turismo e da economia em geral;

- iv) a garantia da avaliação e a monitorização das transformações da paisagem a nível nacional e regional, especialmente nas áreas onde as dinâmicas se verifiquem de forma mais rápida e acentuada.
- A Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP) que assenta em áreas disciplinares complementar, numa intervenção territorial equilibrada e harmoniosa, e no quadro do ordenamento do território, do urbanismo e da conservação da natureza, capaz de garantir as funções ecológicas da paisagem e promover a qualidade ambiental, o património construído e a identidade dos lugares. Aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, esta política tem como principal finalidade contribuir para:
- i) A melhoria da qualidade de vida e o bem-estar
 - ii) A prossecução do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento urbano sustentável
 - iii) A proteção e valorização do património cultural e natural
 - iv) O incremento e disseminação de uma cultura cívica territorial
 - v) A competitividade da economia nacional e a afirmação do país e da cultura portuguesa na Europa e no mundo

Não obstante estas referências políticas, no conjunto da produção científica que aborda a caracterização e evolução do território português, são várias as obras publicadas sobre a descrição das principais características paisagísticas e distintivas das distintas regiões territoriais, cabendo à especialidade científica dos autores uma perspetiva própria de análise considerada. São contributos importantes com informação válida para quem procura identificar e compreender a paisagem do território português. Refira-se uma das mais antigas, senão a mais antiga, divisão regional do país da responsabilidade de Barros Gomes em 1875, sendo a mais conhecida a de Amorim Girão em 1933 por ser a que mais se aproxima da divisão provincial que perdurou durante a maior parte do século XX. Outros profissionais seguiram este exercício propositivo, nomeadamente Hermann Lautensach em 1937, destacando-se os trabalhos de Orlando Ribeiro, particularmente obra de referência de Orlando Ribeiro “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico”, de 1945, onde o autor apresenta a divisão geográfica do país e que é ainda hoje um contributo fundamental para a compreensão e caracterização da complexidade da paisagem portuguesa. Tem por base a consideração de fatores físicos como determinantes, o autor divide o continente em 23 unidades, inserindo-se a área de intervenção do PRGP-AM na “Cordilheira Central”.

Contudo, releva-se aqui o estudo mais recente, designado de “Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal continental”, desenvolvido entre 1999 e 2002 na Universidade de Évora por Cancela d’Abreu et al. (2004) para a antiga Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano antecessora da DGT, não só pelo foco no conceito de paisagem reconhecido como parte fundamental do nosso património natural e cultural, e base da identidade dos próprios territórios (Bacharel, 2022), como pela espacialização das distintas unidades de paisagem em Portugal em resultado da combinação diferenciada de aspetos morfológicos ou de natureza geológica, do uso do solo ou da combinação equilibrada de vários outros fatores.

Com base neste estudo de Cancela d’Abreu *et al.*(2004), para a área de intervenção do PRGP-AM foram identificadas quatro unidades de suporte à leitura impressiva da área de intervenção, estando maioritariamente integrada na unidade de paisagem “Dão e Médio Mondego”, na região da Beira Alta. É também integrada de forma parcial nas unidades dos “Montes Ocidentais e Beira Alta”, “Serra da Estrela” e “Serra da Lousã e Açor”, tal como mostra a figura seguinte.

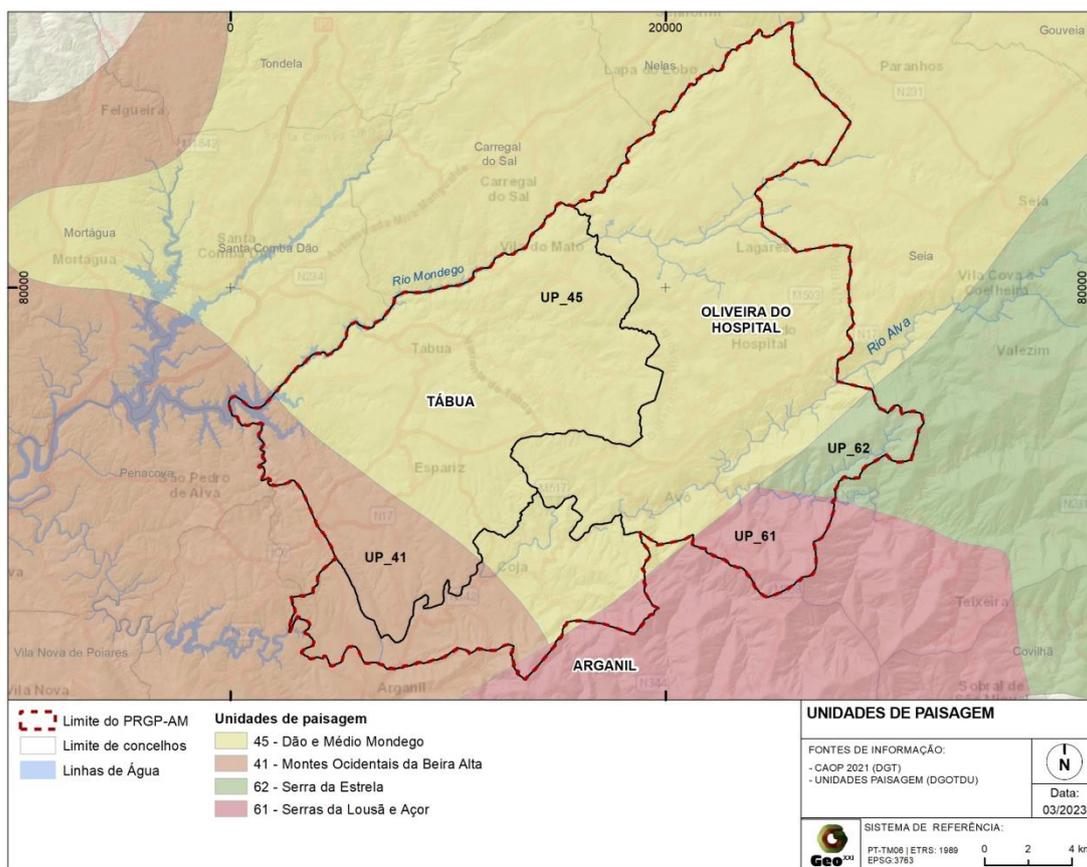


Figura 11 – Unidades de paisagem

Esta identificação permite uma leitura preliminar, holística, integrada e intuitiva sobre os traços identitários dominantes que caracterizam as principais unidades de paisagem presentes na área de intervenção, cujas características se revelam no quadro seguinte.

Quadro 4 – Principais características das Unidades de Paisagem

Beira Alta	
45 – Dão e Médio Mondego	41 – Montes Ocidentais da Beira Alta
	
<ul style="list-style-type: none"> • Área da Unidade: 1830km² • Área no PRGP-AM: 37402 ha (76.2%) • Grande planalto aberto (200 e 600m) com colinas • Matriz de ocupação de base florestal onde predomina o pinheiro e o eucalipto • Nas zonas planas predomina a agricultura e zonas altas com solos degradados e alguns afloramentos rochosos, predominam matos • O vale do Mondego é mais largo e agrícola e com povoamento mais denso a montante, mais fechado e florestal a jusante. • Vale do Alva é bastante estreito e encaixado • Alta densidade populacional com numerosos centros urbanos • Sítio Natura 2000 de Carregal do Sal • Parque Natural da Serra da Estrela; Geopark 	<ul style="list-style-type: none"> • Área da Unidade: 1980km² • Área no PRGP-AM: 7482.3 ha (15.3%) • Extensa área de colinas de altitudes baixas • Predominância de matas de eucaliptos e de pinheiro-bravo • Áreas agrícolas com mosaico policultural nos vales mais abertos e envolventes a aglomerados • Paisagem monótona interrompida pelos vales dos rios mais importantes (Mondego, Dão, Águeda e Vouga) e pelas áreas agrícolas • Diversidade e densidade de aglomerados populacionais, com relativa dispersão de povoamento no espaço rural
Maciço Central	
61 – Serras da Lousã e Açor	62 – Serra da Estrela
	
<ul style="list-style-type: none"> • Área da Unidade: 950km² 	<ul style="list-style-type: none"> • Área da Unidade: 1120km²

-
- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Área no PRGP-AM: 2467 ha (5%)• Identidade média a baixa fruto das transformações dramáticas das últimas décadas• Relevo xistoso com afloramentos rochosos e encostas escarpadas• Solos delgados e ácidos• Manchas escuras florestais, dominadas por pinheiros e eucaliptos, também por matos• Linhas de água encaixadas• Sistemas agrícolas e pastoris frágeis• Sítio Natura 2000 do Complexo do Açor e da Lousã• Área de Paisagem Protegida do Açor | <ul style="list-style-type: none">• Área no PRGP-AM: 1679 ha (3.4%)• Forte relevo de montanha• Vestígios glaciários de modelação da paisagem• Condições climáticas agrestes• Rocha à superfície e vegetação escassa e baixa• Matos de altitude, geralmente baixos• Vales agricultados de soutos e pinhais, azinheiras e oliveiras, campos de milho e azevém• Relativo desordenamento das envolventes de centros urbanos• Economia ligada à criação de ovinos, borrego e queijo da Serra• Sítio Natura 2000 Serra da Estrela• Parque Natural da Serra da Estrela; Geopark |
|--|--|
-

Sendo um termo antigo, já existente na Idade Média, a paisagem é considerada um sistema complexo, permanentemente dinâmico, expressão das inúmeras relações, ao longo do tempo, entre os recursos naturais e as ações humanas nos territórios, é determinante que seja protegida e fomentada a sua valorização através de uma gestão equilibrada. Para além das componentes mais materiais, físicas e objetivas, a paisagem é afetada pela componente subjetiva, diretamente ligada a todos os seres que interagem com ela, como observador ou ator de interação. Com efeito, reconhece-se que a uma escala de maior proximidade, é possível identificar unidades de gestão da paisagem (UGP) mais específicas, com foco na gerência desses territórios, permitindo focar ações e medidas mais específicas para esses territórios. Adota-se assim uma abordagem de análise mais particularizada, porém holística, para a compreensão destas paisagens específicas, através da agregação de diversas dimensões, desde os aspetos naturais e ecológicos, culturais, espirituais e sensoriais e socioeconómicos, constituindo-se como uma base para todas as atividades sociais e económicas que nela se desenvolvem.

6.1. IDENTIFICAÇÃO DAS UGP

Partindo do conhecimento de base sobre as principais características que marcam o território do PRGP-AM, a identificação de unidades de gestão da paisagem (UGP) obriga ao reconhecimento das suas especificidades territoriais decorrente da etapa analítica do contexto paisagístico e das questões de gestão do território a que o novo desenho da paisagem deve atender, sejam elas de natureza ambiental, económicas e até de diminuição de riscos naturais.

Com base nestas unidades mais específicas será possível estabelecer um foco mais específico para a gestão de territórios com aspetos homogéneos e maior afinidade territorial.

Possibilitam também uma hierarquização de prioridades aquando da definição de ações e medidas concretas a realizar no território do PRGP-AM, no sentido de concretizar a visão estabelecida para esta área de intervenção.

Para isso, e assumindo que a paisagem é o veículo da transição estratégica que se quer fomentar nas várias dimensões e sistemas que se interrelacionam entre si – de onde se destaca a importância fundamental da dimensão socioeconómica com capacidade de alavancar um desenvolvimento integrado e sustentável de todo o território –, refiram-se aspetos metodológicos importantes para a identificação destas UGP.

Por se tratar de um território com contextos rurais diversos e cenários de evolução complexos, optou-se por considerar fatores realmente críticos na ponderação das referidas unidades, evitando-se o adensamento ineficaz deste exercício metodológico. Com efeito, partindo do diagnóstico desenvolvido anteriormente, foram tidos em consideração sobretudo aspetos abióticos (como a orografia e fisiografia, geologia, hidrografia e solos) e alguns aspetos bióticos (como a cobertura vegetal, fauna, património natural, índice de qualidade da vegetação). Embora se tenham tido em consideração alguns aspetos antrópicos (como o tecido urbano, rede de acessibilidades, equipamentos, infraestruturas, densidade populacional), deu-se particular atenção à geometria do território, aos diversos fatores biofísicos e de ocupação do solo (congregando as condições edafoclimáticas, ocupação do solo e de paisagem tradicional) para a identificação de quatro grandes unidades estruturais para a gestão da paisagem e que serão tidas em conta na estratégia de transformação desta área de intervenção.

Mesmo considerando que esta é uma delimitação flexível à escala da estratégia e que sob devida justificação se poderá adaptar melhor a singularidades territoriais, ela está fortemente alinhada com os objetivos estratégicos e, sobretudo, com as medidas de transformação que se preconizam para este PRGP, resultando por isso da identificação de homogeneidades e identidades territoriais sobre as quais incidirão propostas concretas de desenvolvimento.

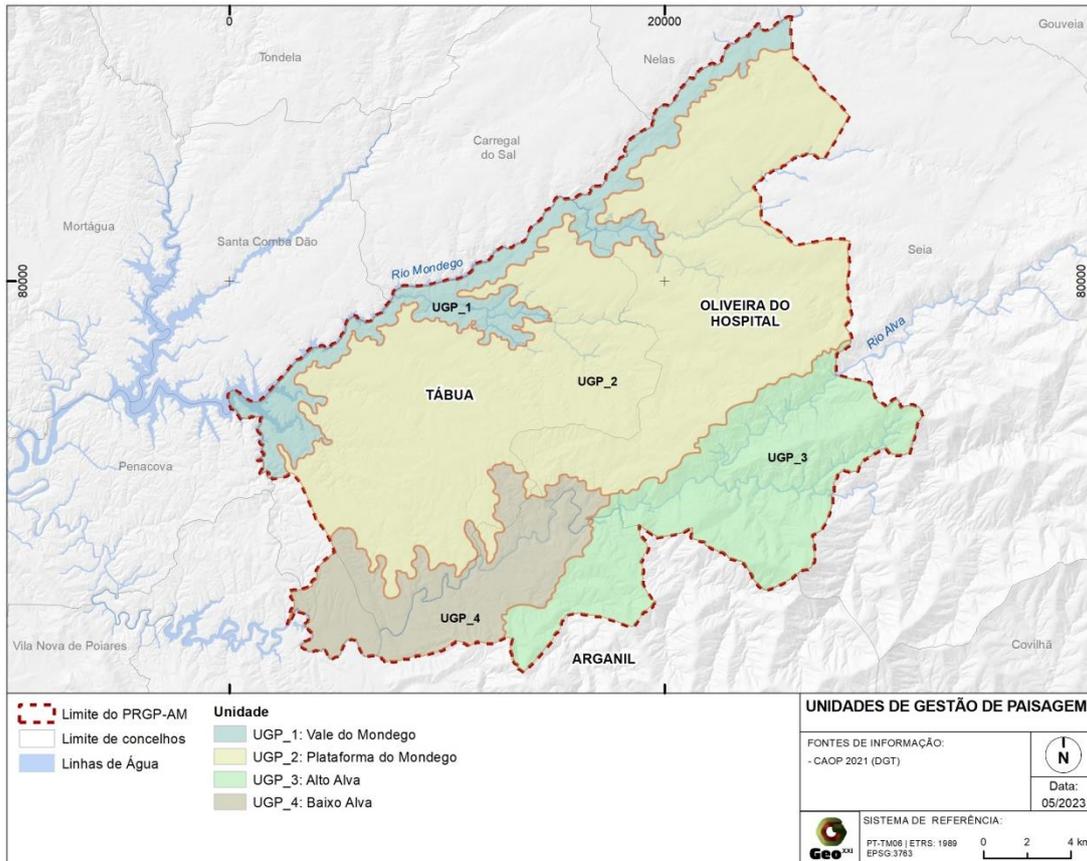


Figura 12 – Unidades de Gestão da Paisagem

6.2. CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES DE GESTÃO DA PAISAGEM

A área de intervenção do PRGP-AM pode ser enquadrada numa grande unidade que podemos designar por planalto do Alva-Mondego que apresenta características culturais e identitárias próprias e distintas e que por isso pode e deve ser alvo de uma gestão comum intermunicipal, conforme é proposto para algumas ações de seguimento dentro do Programa de Execução e Governança. Apesar disso, numa análise mais pormenorizada tendo em conta a vulnerabilidade aos incêndios e definição de áreas e ações prioritárias para a sua redução, podemos dividir esta área nas quatro Unidades de Gestão da Paisagem identificadas, que apresentam as seguintes características principais:

UGP1 – Vale do Mondego: unidade que corresponde à margem esquerda do vale do rio Mondego. Exceto no fundo de vale, trata-se de uma área onde predominam declives fortes a muito fortes, com aptidão agrícola muito exígua, onde ocorrem pontualmente muros e socacos agrícolas que devem ser preservados e valorizados. Releva-se nesta UGP o corredor ribeirinho e galeria ripícola associada que deve ser preservada e melhorada também corredor ecológico,

onde pontualmente apresenta potencial para o desenvolvimento de atividades de recreio e lazer. Atendendo à sua localização e características associadas, esta UGP deve ser definida como uma área estratégica de gestão de combustíveis, bem como para a concretização de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem.

UGP2 – Plataforma do Mondego: Trata-se da unidade mais representativa da área de intervenção do PRGP-AM. Situa-se na área central e caracteriza-se por ser uma grande área aplanada que se estabelece entre o vale do Alva e o Vale do Mondego. Predomina uma morfologia com declives mais suaves e moderados e com solos mais profundos. Por isso é aquela que apresenta maior aptidão agrícola, apesar de ser frequente a ocupação florestal e o abandono agrícola, que se encontra muito associado à problemática do minifúndio de escassez de infraestruturação rural.

UGP3 – Alto Alva: Unidade que corresponde à parte mais a montante do vale do rio Alva e seus afluentes (sobretudo a Ribeira de Alvoco). Trata-se de uma área de grande vulnerabilidade aos incêndios devido ao predomínio de matos e floresta sem gestão, que é agravada por se enquadrar em relevos com fortes declives e com uma rede de caminhos florestais exígua e com problemas de manutenção. As áreas com potencial agrícola são escassas e restringem-se, grosso modo, ao fundo dos vales dos principais cursos de água, que podem servir de alavancagem para a reestruturação agrícola desta área. Todo o vale e sobretudo a vertente da margem esquerda do Alva apresentam um potencial paisagístico e florístico com importância para a conservação, pelo que será de ponderar a sua classificação como área de paisagem protegida, eventualmente com ligação ao Parque da Serra da Estrela. Atendendo à sua localização e características associadas, esta UGP, tal como a UGP4, deve ser definida como uma área estratégica de gestão de combustíveis prioritária, bem como para a concretização de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem e implementação de condomínios de aldeia.

UGP4 – Baixo Alva: Unidade que corresponde à parte mais a jusante do vale do rio Alva e seus afluentes. Apesar de aqui também predominarem os declives fortes a muito fortes, por se situar numa parte onde as altitudes são mais baixas, o relevo é aqui menos escarpado do que a UGP3. Apesar do risco elevado de incêndio, devido à morfologia e ao predomínio de matos e floresta desordenada, identificam-se povoamentos florestais de eucaliptos com dimensão e gestão que poder servir de modelo para novas instalações. Tal como em outras áreas, identificou-se a construção de moradias isoladas em áreas florestais, em muitos casos por parte de população estrangeira, cujo risco perante os incêndios rurais merece um cuidado especial. Tal como a UGP3, predominam numerosas aldeias tradicionais, muitas já classificadas como aldeias de Xisto e aldeias de montanha que devem ser conservadas e potencializadas, por um lado, reforçando o desenvolvimento do turístico de cultura e natureza. Por outro

revitalizando a atividade agrícola nas áreas mais próximas dos aglomerados rurais e com maior potencial, incluindo a recuperação dos socalcos existentes. Espera-se que estas medidas direcionadas ao desenvolvimento agrário, comércio e serviços possam surtir um efeito positivo na revalorização das aldeias e na redução da sua vulnerabilidade aos incêndios. Estas ações propostas serão pormenorizadas no programa de execução e governança.

Apresentam-se no quadro seguinte as principais características destas UGP, no que diz respeito à sua representatividade face à área do PRGP-AM, aspetos de carácter biofísico mais distintivo, bem como aspetos de ocupação do solo e perigosidade de incêndio rural.

Quadro 5 – Caracterização das UGP

		UGP 1 Vale do Mondego	UGP 2 Plataforma do Mondego	UGP 3 Alto Alva	UGP 4 Baixo Alva
Área	ha	5128	28461	9339	6102
	%	10.5	58	19	12.5
Concelhos		Oliveira de Hospital Tábua	Arganil Oliveira de Hospital Tábua	Arganil Oliveira de Hospital	Arganil Oliveira de Hospital Tábua
Morfologia do terreno		<ul style="list-style-type: none"> Zona de vales encaixados sobre o rio Mondego, com declives acentuados (>15-25%), até 300m de altitude 	<ul style="list-style-type: none"> Área planáltica entre os rios Mondego e Alva, com variação altimétrica entre 200m e 600m 	<ul style="list-style-type: none"> Zona declivosa do grande vale do rio Alva e ribeira de Alvoco (muitas vertentes acima dos 40%), entre 250m e 1200m de altitude 	<ul style="list-style-type: none"> Zona baixa do vale mais aberto do rio Alva, abaixo dos 400m até 100m de altitude
Bacias e Sub-bacias hidrográficas		<ul style="list-style-type: none"> BH Rio Mondego - Rio Mondego, Albufeira Agueira, Rio Mel, Ribeira de Arca, Rio Cobral, Ribeira de Tábua, Ribeira de S. Simão, Rio de Cavalos 	<ul style="list-style-type: none"> BH Rio Mondego - Rio Mondego, Albufeira Agueira, Rio Mel, Ribeira de Arca, Rio Cobral, Ribeira de Tábua, Ribeira de S. Simão, Rio de Cavalos, Rio Seia, Ribeiro do Esporão. BH Rio Alva - Rio Alva, Ribeira do Pinheiro, afluente do Rio Alva, Ribeira do Fontão 	<ul style="list-style-type: none"> BH Rio Alva - Rio Alva, Ribeira de Pomares, Ribeira da Mata e Ribeira de Alvoco 	<ul style="list-style-type: none"> BH Rio Alva - Rio Alva, Ribeira da Mata, Ribeira do Pinheiro, afluente do Rio Alva, Ribeira do Fontão, Albufeira Fronhas
Geologia	Granitos	<ul style="list-style-type: none"> Granito biotítico porfiroide ao longo do vale; 	<ul style="list-style-type: none"> Granito biotítico porfiroide; Granito de duas micas; 	<ul style="list-style-type: none"> Granito biotítico porfiroide; Granito de duas micas; 	
	Xistos	<ul style="list-style-type: none"> Formação da Rainha: filitos, metapsamitos, metagrauvaques junto à albufeira; 	<ul style="list-style-type: none"> Cascalheira de clastos de metagrauvaques; Formação da Rainha: filitos, metapsamitos, metagrauvaques; Arcoses de génese fluvial; Formação Panasqueira: quartzitos compactos com xistos ardósíferos; 	<ul style="list-style-type: none"> Formação da Rainha: filitos, metapsamitos, metagrauvaques; 	<ul style="list-style-type: none"> Formação da Rainha: filitos, metapsamitos, metagrauvaques; Cascalheira de clastos de metagrauvaques; Arcoses de génese fluvial; Formação Panasqueira: quartzitos compactos com xistos ardósíferos;
Solos		<ul style="list-style-type: none"> Regossolos (71%) Cambissolos (24%) 	<ul style="list-style-type: none"> Cambissolos (41%) Regossolos (41%) 	<ul style="list-style-type: none"> Cambissolos (41%) Regossolos (30%) Umbrissolos (18%) 	<ul style="list-style-type: none"> Cambissolos (17%) Regossolos (36%) Luvisolos (35%)

Ocupação do solo dominante (COS218)		<ul style="list-style-type: none"> • Floresta de Eucalipto (27%) • Floresta de Pinheiro-bravo (21%) • Floresta de outras folhosas (14%) • Matos (12%) 	<ul style="list-style-type: none"> • Floresta de Pinheiro-bravo (36%) • Floresta de Eucalipto (15%) • Culturas Sequeiro e Regadio (11%) • Mosaicos culturais (7%) • Floresta de outras folhosas (6%) • Olivais (5%) 	<ul style="list-style-type: none"> • Floresta de Pinheiro-bravo (44%) • Floresta de outras folhosas (16%) • Floresta de Eucaliptos (9%) • Matos (9%) 	<ul style="list-style-type: none"> • Floresta de Pinheiro-bravo (48%) • Floresta de Eucaliptos (23%) • Floresta de outras folhosas (10%) • Culturas Sequeiro e Regadio (5%)
Perigosidade de incêndio	PMDFCI	<ul style="list-style-type: none"> • Alta:35% • Muito Alta: 34% • Total: 69% 	<ul style="list-style-type: none"> • Alta:12% • Muito Alta: 7% • Total: 19% 	<ul style="list-style-type: none"> • Alta:16% • Muito Alta: 3% • Total: 19% 	<ul style="list-style-type: none"> • Alta:16% • Muito Alta: 8% • Total: 24%
	PE 20-30	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada:23% • Muito Elevada: 60% • Total: 83% 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada: 53% • Muito Elevada: 17% • Total: 70% 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada: 51% • Muito Elevada: 43% • Total: 94% 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada: 49% • Muito Elevada: 26% • Total: 74%
Ordenamento agrícola e florestal	ZIF	<ul style="list-style-type: none"> • 035: Terra Chã • 047: Tábua Nordeste • 027: Tábua Mondego • 048: Cordinha 	<ul style="list-style-type: none"> • 035: Terra Chã • 047: Tábua Nordeste • 027: Tábua Mondego • 048: Cordinha • 046: Tábua Alva • 028: Lourosa 	<ul style="list-style-type: none"> • 035: Terra Chã • 058: Moura Alva • 028: Lourosa • 001: Alva e Alvoco 	<ul style="list-style-type: none"> • 046: Tábua Alva • 028: Lourosa • 058: Moura Alva
	AIGP	<ul style="list-style-type: none"> • 44: Palheiras à Penha (OH) • 46: Açude da Ribeira (OH) 	<ul style="list-style-type: none"> • 44: Palheiras à Penha (OH) • 46: Açude da Ribeira (OH) 	<ul style="list-style-type: none"> • 04: Ponte das Três Entradas (OH) • 05: Castelos do Alva (OH) • 06: Riba D'Alva (OH) • 14: Alva e Alvoco (OH) • 52: Alva e Alvoco 2 (OH) • 10: Carriça (AG) 	<ul style="list-style-type: none"> •
Elementos turísticos e culturais de referência		<p>Praia fluvial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vale de Gaios <p>Miradouro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Penha • Azere • Pedra da Sé • Penedo C'Abana 	<p>Miradouro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oliveira do Hospital 	<p>Aldeia de Xisto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aldeia das Dez <p>Aldeia de Montanha:</p> <ul style="list-style-type: none"> • São Gião <p>Praia fluvial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alvoco das Várzeas <p>Praia fluvial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avô • Alvoco das Várzeas • S. Sebastião da Feira <p>Miradouro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • São Gião <p>Miradouro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Penedo da Saudade • Santo António • Varandas de Avô • Esculca 	<p>Aldeia de Xisto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vila Cova de Alva <p>Praia fluvial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carneiro de Côja • Cascalheira • Valeiro do Barco • Barril de Alva • Urtigal <p>Miradouro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Do Canto

Nota: AG: Arganil; OH: Oliveira do Hospital; TB: Tábua

7. DESENHO DA PAISAGEM

Tendo como um dos grandes objetivos deste Programa a transformação da paisagem no sentido do desenvolvimento rural da sua área de intervenção, e sabendo que esta paisagem constitui-se em resultado de distintos valores, do equilíbrio e interações entre os seus constituintes, o desenho da paisagem assenta no diagnóstico prospetivo que reuniu a informação mais relevante sobre os serviços de ecossistemas (regulação, suporte e culturais) presentes no território do PRGP-AM, reconhecendo também que a atual paisagem é ela própria uma soma de componentes e funções dinâmicas e evolutivas que constituem a base para a transformação desejada.

Neste sentido, um novo desenho da paisagem passa obrigatoriamente pela integração de diferentes camadas de informação, como sejam as aptidões do solo, à luz das diferentes unidades de gestão da paisagem, traduzindo a realidade territorial da área de intervenção do PRGP-AM. A sua estrutura e os sistemas e elementos que integra serão fundamentais para, a diferentes níveis, se poder estabelecer estratégias de intervenção que promovam o esperado reordenamento e melhor gestão desta paisagem.

Com efeito, a matriz territorial desta nova paisagem é estruturada através dos respetivos sistemas estruturantes associados a cada UGP que traduzem as opções de base territorial da proposta e identificam, ainda, as medidas e áreas prioritárias, quer sejam faixas de gestão de combustível, quer sejam AIGP, Condomínios de Aldeia ou outras, como áreas prioritárias para agricultura, áreas de mosaicos, restauro de galerias ripícolas.

A proposta assenta na valorização económica e social dos diferentes sistemas, particularmente nas áreas com potencial em termos de conservação, que permitirá aumentar a resiliência às adaptações climáticas e a minimização de riscos, mas, também, na aposta e experimentação de novos modelos económicos rurais tirando partido do binómio “produção/conservação” como componentes fundamentais geradoras de rendimentos capazes de atrair novos investimentos e garantir a qualidade de vida da população. Requer, como expectável, quer o envolvimento ativo da população, que é chamada a implementar novas práticas culturais e de gestão, quer o compromisso e a corresponsabilização das instituições e das organizações na procura de soluções adaptadas que respondam aos objetivos da transformação que se propõe. Esta ação concertada entre todos os atores interessados deverá incorporar novos saberes, novas oportunidades e vontades, seja através de conjuntos de instrumentos operacionais, ou em ações de divulgação e sensibilização.

7.1. METODOLOGIA ESPECÍFICA

A definição de um desenho de paisagem desejável decorre obrigatoriamente da relação ponderada entre diferentes fatores/variáveis já referidos anteriormente, nomeadamente no que diz respeito aos vários recursos biofísicos, paisagísticos e do património rural, socioeconómicos e resiliência aos incêndios.

A proposta desse desenho da paisagem conjuga, por isso, distintas situações que advêm do diagnóstico e do processo participativo:

Quadro 6 – Aspetos fundamentais a considerar no desenho da paisagem

Aspetos que devem permanecer	<ul style="list-style-type: none">• Aglomerados rurais;• Cursos de água e albufeiras existentes• Rede viária e espaços associados;• Estruturas de apoio à atividade agrícola;• Áreas de desenvolvimento de outras atividades económicas;
Ocupação e uso do solo a manter	<ul style="list-style-type: none">• Terrenos agricultados;• Floresta de conservação (áreas de castanheiros, carvalhos, sobreiros, etc.)• Espaços naturais;• Projetos de empreendedorismo rural;• Pastagens biodiversa com atividade silvopastoril;
Território a reconverter/reordenar	<ul style="list-style-type: none">• Áreas ardidadas;• Grande extensão de plantações monoespécies (monoculturas);• Áreas de extensão de invasoras desordenadas;
Necessidades	<ul style="list-style-type: none">• Instalação de faixas de combustível;• Áreas de medidas programáticas específicas (AIGP, CA, etc.)• Proteção da biodiversidade e do património cultural;• Restauro das galerias ripícolas;• Valorização ecológica e económica;

O desenho da paisagem está orientado para representação macro de classes de uso principais (que farão mais sentido tendo em consideração a escala sub-regional estratégica deste documento). Esta identificação procura garantir a conservação do património natural, nomeadamente a biodiversidade e geodiversidade. Ainda assim, é crucial ter em conta que as especificidades dos lugares quando se intervém à escala local, poderão diferir das

representações identificadas, pelo que se poderão sempre considerar soluções distintas da proposta, desde que devidamente justificadas. Isto significa que apesar da delimitação de grandes sistemas de uso de solo dominante (distintas das classes de ocupação do solo tais como são definidas nos planos municipais que classificam e qualificam o solo), abre-se a hipótese para a coexistência de outros usos e elementos que se considerem poder integrar na paisagem, sem afetação da ocupação predominante e sem apresentar outros riscos para os elementos envolventes.

Esta classificação, por representar a uma escala estratégica as grandes orientações para a ocupação a privilegiar, tem, na sua génese, objetivos de preservação de espaços com carácter identitário desta paisagem, e de recuperação daqueles que estejam degradados através de ações que lhes confirmem características próprias do contexto. Da mesma forma preconiza-se a preservação dos valores naturais e culturais presentes na paisagem das unidades de gestão da paisagem definidas.

Metodologicamente refira-se que as classificações adotadas estão enquadradas pelo Decreto Regulamentar nº15/2015, de 19 de agosto, nomeadamente no que diz respeito à convergência entre as designações da COS2018 com as qualificações do solo rústico. No que concerne, por exemplo, aos sistemas florestais em destaque neste instrumento, aquilo que faz diferir entre floresta de produção e de proteção ou conservação, está sobretudo ligado com as espécies e densidades que estão associadas a cada uma das classes, assumindo-se como outras variáveis determinantes para esta distinção, elementos como o declive, o uso atual (COS), classes de uso do solo, áreas de proteção como a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e áreas protegidas, espaços naturais e paisagísticos (áreas com maior valor natural e zonas sujeitas a regime de salvaguarda mais exigentes); modelo tridimensional do terreno e ecologia do fogo.

A classe de uso com aptidão para a agricultura ou sistemas agrícolas, corresponde essencialmente a áreas em que o atual uso agrícola existe, incluindo também áreas mais extensas e classificadas como RAN, capacidade de uso do solo com classe A e declives inferiores a 15%. Como é evidente, esta representação terá, à escala local (inframunicipal), a possibilidade de sofrer ajustes mediante os usos do solo e padrões de ocupação que se possam desejar salvaguardar ou implementar, desde que se mantenham uma ocupação ecologicamente equilibrada. Já os sistemas de mosaicos agrossilvopastoris correspondem a áreas com capacidade agrícola menos produtivas, onde para além de conservarem os recursos naturais, se podem promover ocupações e aumento de produtividade agrícolas, num misto com áreas florestais em povoamentos puros ou mistos, pastagens ou atividade pecuária. Estes mosaicos são cruciais para o desenvolvimento de modelos de produção agrícola enquanto componente fundamental para a preservação dos serviços ecossistémicos, essenciais para a

manutenção da biodiversidade, para a mitigação dos riscos de erosão e degradação dos solos, para a preservação do conhecimento tradicional. De igual forma, a sua aplicação contribui para a redução da vulnerabilidade dos ecossistemas às ameaças climáticas, melhorando a sustentabilidade do território e o desenvolvimento rural, contribuindo para a mitigação do despovoamento, desertificação, aumento da segurança alimentar e redução de pobreza, bem como para o aumento dos benefícios para a comunidade local ligados à conservação e uso sustentável dos seus recursos e sistemas.

Já os matos, áreas rochosas ou de muito pouca vegetação, correspondem aos espaços permeáveis que se podem associar a valores de conservação da biodiversidade por constituírem uma mais-valia e complemento associado à pastorícia e floresta, pelo produtos e serviços que podem ser gerados, nomeadamente o leite e queijo Serra da Estrela, mel, cogumelos, ervas aromáticas, óleos ou até medronho (associado à presença de medronhais). Abre-se a hipótese destas áreas incluírem serviços de turismo e lazer associados ao turismo rural e de natureza, assim como outros serviços de conservação da natureza e da biodiversidade são também mais-valias a ponderar.

Os sistemas ripícolas, parte integrante dos corredores húmidos, têm também uma importância acrescida na estruturação da paisagem, não só pela sua correlação com corredores de conectividade ecológica fundamentais, mas também porque constituem importantes linhas de descontinuidades na paisagem. Este sistema corresponde às linhas de água e margens associadas às próprias dinâmicas de rios e ribeiras, permanentes ou temporárias, onde se integra componentes de água, solos, fauna e flora (bosques ripícolas) em permanente interação, dependente dos elementos biofísicos associados. Para além do seu papel crucial enquanto fator produtivo associado à agricultura de regadio, pastoreio e faixas de proteção à floresta, estes sistemas ripícolas são de grande apetência para turismo e recreio.

O quadro seguinte revela os principais temas da estrutura da paisagem, divididos em três principais componentes: as macroestruturas, os macrossistemas e os elementos singulares da paisagem.

Quadro 7 – Critérios de delimitação da estrutura da paisagem

Estruturas da paisagem			Aspetos metodológicos
Macroestrutura	Áreas e corredores de conectividade ecológica	Corredores húmidos (fundos de vale)	<ul style="list-style-type: none"> Linhas de água (1ª, 2ª e 3ª ordem) Planos de água Galerias ripícolas (Áreas delimitada até 12m das linhas de água, cruzadas intersetadas com áreas de florestas de outra folhosas)
		Corredores secos (Cumeadas e topos)	<ul style="list-style-type: none"> Áreas definidas em torno das linhas de fecho
		Outras áreas de conservação	<ul style="list-style-type: none"> Habitats classificados pelo PSRN2000 RN2000 Carregal do Sal Corredores ecológicos (PROF-CL)
	Estruturas de resiliência ao fogo	Áreas estratégicas de Gestão de combustível	<ul style="list-style-type: none"> Rede Primária das Faixas de Gestão de Combustíveis Rede Secundária das Faixas de Gestão de Combustíveis Faixa de proteção de infraestruturas Interface de áreas edificadas Mosaicos de Promoção do Regime Silvopastoril, as áreas de Fogos de Gestão, as Áreas de Influência dos Pontos de Abertura e Outras Áreas Estratégicas Lineares 200m das áreas edificadas sem floresta de produção
Macrossistemas	Sistemas Agrícolas	Existente	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de agricultura identificadas na COS2018 RAN
		Áreas prioritárias	<ul style="list-style-type: none"> Até 500m em torno das áreas edificadas, em solos com aptidão agrícola e declives <15%
	Sistemas Florestais	Sistemas Florestais de Produção	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de floresta de pinheiro-bravo, eucalipto, pseudotsuga (outras resinosas) e pinheiro larício (outras resinosas) Áreas de floresta que ocorrem em áreas com aptidão produtiva à respetiva

		espécie (PROF) e declives <35%, fora dos “espaços naturais”
	Sistemas Florestais de Proteção	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de floresta identificadas na COS2018 (DGT), com declive >35%
	Sistemas Florestais de Conservação	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de florestas de outros carvalhos (Áreas identificadas na COS2018 que ocorrem em áreas com declives <35%) Áreas de floresta coincidentes com as manchas de Habitats de carvalhos, outras folhosas ou azinheira
	Sistemas de Mosaicos Agrossilvopastoris	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de sistemas agroflorestais e pastagens identificadas na COS2018 (DGT), bem como as áreas de pinheiro-bravo com baixa aptidão produtiva em áreas cujo declive é ≤15% Socalcos tradicionais
	Matos	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de matos identificadas na COS2018
	Pastagens	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de pastagens identificadas na COS2018 e áreas com pouca vegetação com declives <15%
	Áreas Rochosas ou de Vegetação Esparsa	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de rocha nua ou vegetação esparsa identificadas na COS2018
Elementos singulares da paisagem	Socalcos tradicionais e outras estruturas agrícolas de interesse paisagístico	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de socalcos identificadas na área do PRGP
	Património arqueológico e construído	<ul style="list-style-type: none"> Património não classificado
	Património classificado	<ul style="list-style-type: none"> Património classificado identificado na Direção-Geral do Património Cultural
	Pontos de interesse	<ul style="list-style-type: none"> Castelos, igrejas, capelas, pelourinhos, museus, centros de interpretação ambiental, miradouros, praias fluviais, zonas de recreio, etc.
	Percursos de interesse	<ul style="list-style-type: none"> Percursos pedestres, cicláveis, BTT
	Árvore classificada	<ul style="list-style-type: none"> Árvores classificadas de interesse público identificadas pelo ICNF

7.2. DESENHO E ESTRUTURAÇÃO DA PAISAGEM

A integração das três grandes estruturas enunciadas no quadro anterior, constitui o Desenho da Paisagem proposta para o PRGP-AM, espacialidade que se ilustra na figura seguinte:

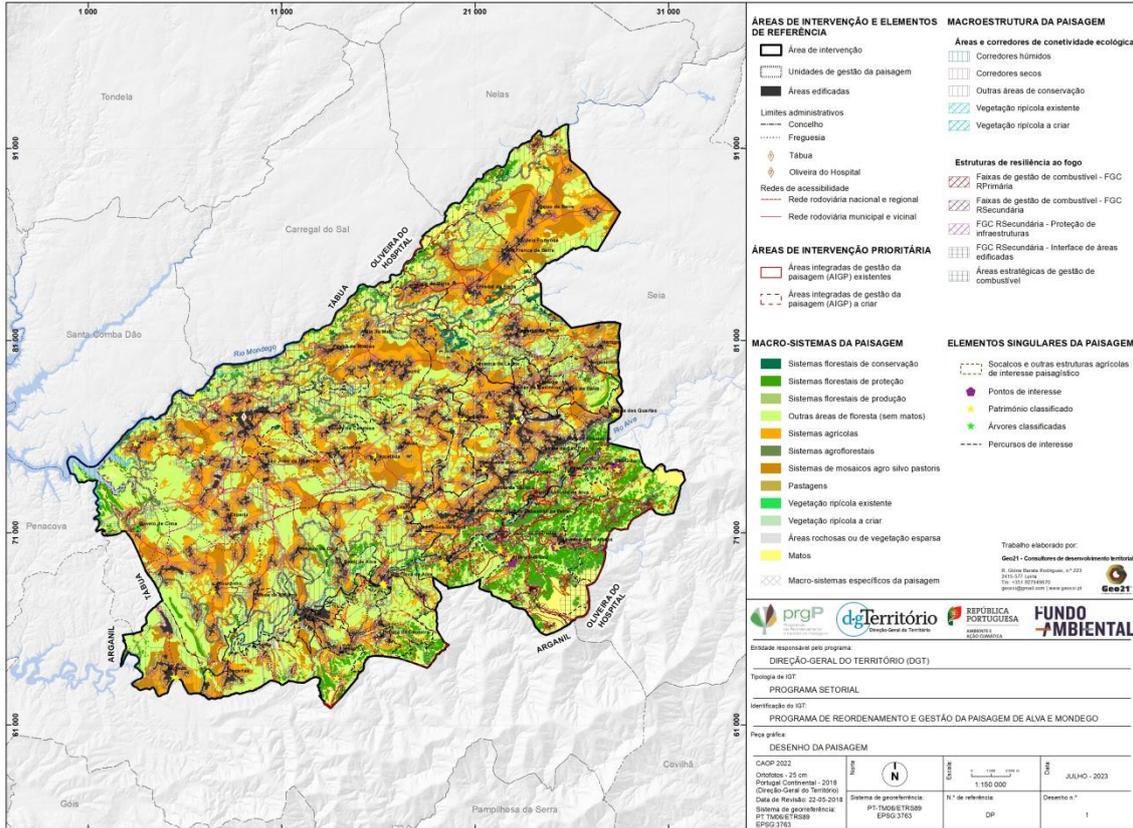


Figura 13 – Desenho da paisagem proposta

(Nota: ver melhor resolução em anexo fora do texto)

7.2.1. MACROESTRUTURA DA PAISAGEM

A Macroestrutura da paisagem representa e integra os elementos de carácter estruturador que constituem os pilares fundamentais da abordagem territorial ao desenho da paisagem. Estes elementos estão relacionados com o suporte físico do território, nomeadamente com os corredores de conectividade ecológica, os corredores de acessibilidade e o povoamento.

Os corredores configuram estruturas lineares que se apresentam como elementos com funções específicas, que possibilitam a conexão e o controlo de fluxos na paisagem, promovendo um eixo contínuo de espaço natural, crucial para o estabelecimento de descontinuidades natural da malha de ocupação agrícola e florestal. Estes eixos integram as

Áreas e os Corredores de Conetividade Ecológica que, por sua vez são compostas pelos corredores húmidos (associados às linhas de água e galerias ripícolas) e pelos corredores secos (associados às linhas de festo). Incluem-se outras áreas correspondentes à Reserva Natural 200 do Carregal do Sal bem como o próprio corredor ecológico definido no âmbito do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior.

Esta macroestrutura integra igualmente outras estruturas da paisagem para a resistência e resiliência ao fogo, nomeadamente as Áreas Estratégicas de Gestão de Combustíveis, áreas associadas ao regime de manutenção de mosaico de áreas abertas, bem como as interfaces diretas e indiretas das áreas edificadas (interfaces urbano-rurais) e a rede viária.

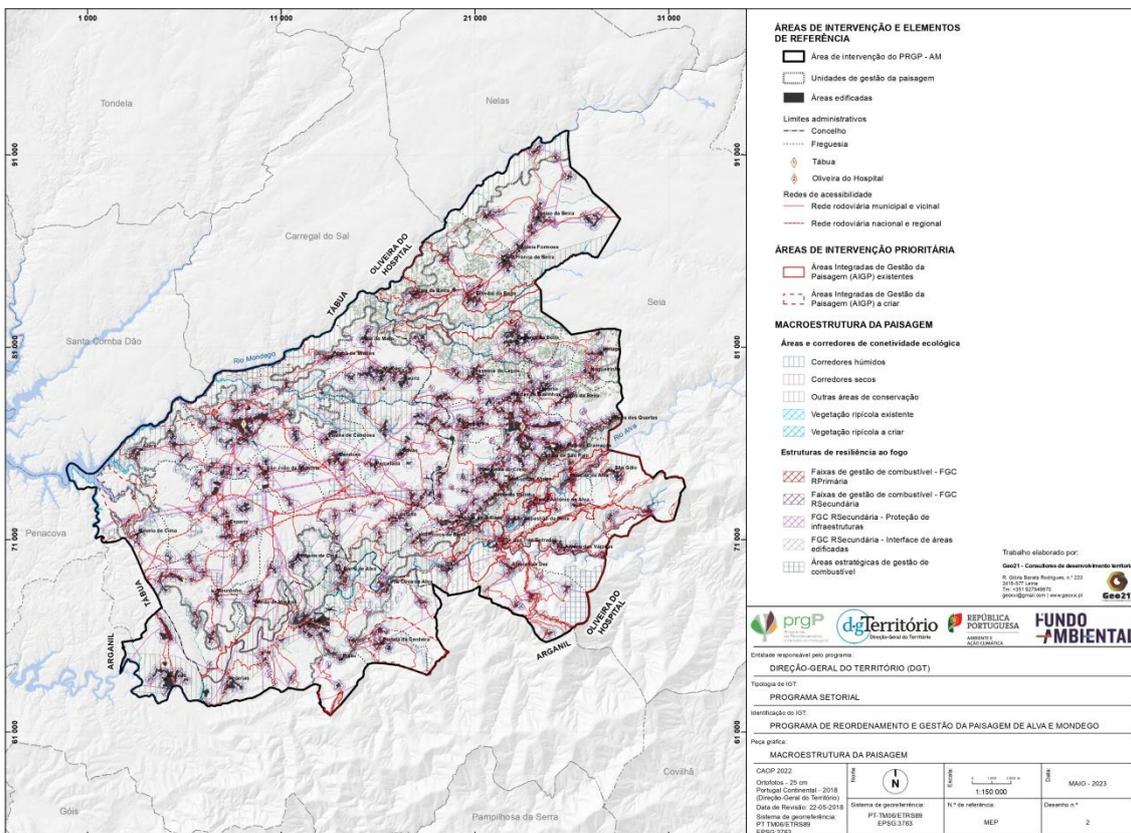


Figura 14 – Macroestrutura da paisagem
(Nota: ver melhor resolução em anexo fora do texto)

7.2.2. MACROSSISTEMAS DA PAISAGEM

A paisagem do Alva e Mondego é também formada por um conjunto de sistemas complexos de inter-relações que abrangem vários tipos de usos e ocupações do solo, traduzindo as

principais formas de aproveitamento do território e as suas aptidões para determinadas funções. São por isso estruturados a partir dos vários sistemas florestais, sistemas agrícolas, mosaicos agro-silvopastoris, matos, espaços descobertos ou com pouca vegetação e áreas edificadas em que a paisagem se organiza.

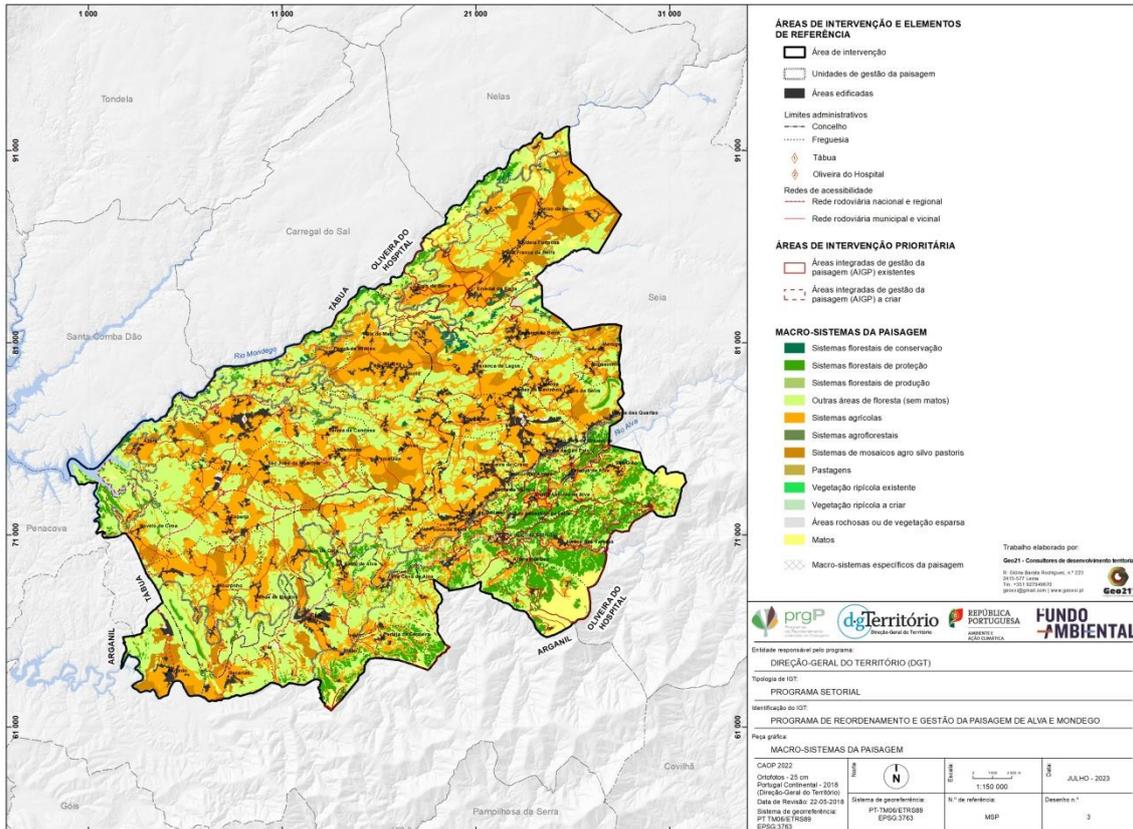


Figura 15 – Macrossistemas da paisagem

(Nota: ver melhor resolução em anexo fora do texto)

7.2.3. ELEMENTOS SINGULARES DA PAISAGEM

Já no que diz respeito aos elementos singulares da paisagem, estes traduzem o cariz identitário da paisagem, que no caso da área do PRGP-AM, se relacionam essencialmente com o património natural e cultural existente neste território. Estes elementos estabelecem a base identitária desta paisagem e pontos de grande interesse com potencial turístico para fomento da transformação desejada.

Destacam-se as aldeias de xisto (São Gião e Alvoco das Várzeas) as aldeias de montanha (Aldeia das Dez e Cova de Alva), as praias fluviais, os Miradouros, bem como outros elementos de grande valor patrimonial e paisagístico, nomeadamente edificações de arquitetura militar e religiosa.

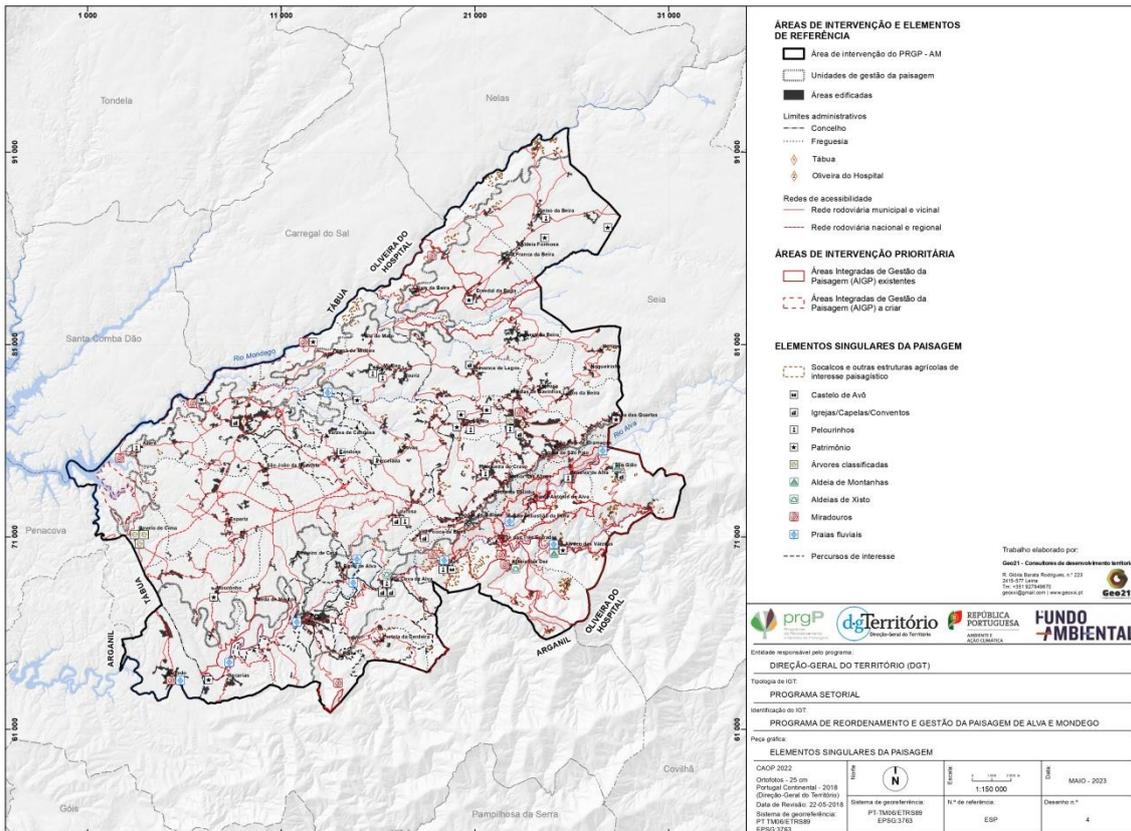


Figura 16 – Elementos singulares

(Nota: ver melhor resolução em anexo fora do texto)

7.2.4. TEMAS DETERMINANTES PARA A NOVA PAISAGEM

Atendendo à Visão e linhas de ação estratégica que se perspetivam para este território assim como às oportunidades de desenvolvimento e motores da transformação que devem nortear o Desenho da Paisagem que se apresenta para a área do PRGP-AM, estabelecem-se as áreas temáticas a desenvolver no quadro da implementação do programa estratégico para além de outros elementos de intervenção também determinantes para o programa.

Sublinha-se, no entanto, a importância do desenvolvimento económico enquanto motor principal para o sucesso de outras medidas que se possam desenhar, uma vez que se considera incompatível prever ações e medidas para a defesa efetiva da floresta contra incêndios ou a revitalização das áreas agrícolas, sem que existam medidas concretas e estruturantes para a criação de empresas e emprego que consigam atrair jovens e novos empreendedores (inclusive proprietários que têm terrenos no PRGP-AM mas residem fora deste território), em conjunto com soluções de setores complementares como a saúde e a

educação, descentralizando alguns serviços básicos para territórios periféricos. É necessário, numa primeira fase, aumentar as amenidades territoriais e a oferta de condições de fixação da população (num quadro de inversão do despovoamento e envelhecimento), para que outras medidas mais direcionadas à agricultura e floresta possam vislumbrar sucesso.

Quadro 8 – Áreas temáticas relevantes



→ **Reforço da resiliência ao fogo e outros riscos**

- Reconhece-se ser crucial aumentar a resiliência do território aos efeitos das alterações climáticas, por isso, toma destaque a execução da rede de faixas de gestão de combustíveis situadas em locais estratégicos onde se procede à modificação e à remoção total ou parcial da biomassa presente. Importam também outras ações e medidas orientadas para a diminuição da suscetibilidade e vulnerabilidade da área de intervenção aos principais riscos, com destaque para os incêndios, como são exemplo quer as alterações no uso e ocupação do solo para soluções menos combustíveis e/ou mais adaptadas às condições edafoclimáticas, quer o fomento de uma gestão mais efetiva do solo rústico agricultado e florestado dependentes da existência de população disponível para laborar e financiamento adequado.



→ **Revitalizar/criar mosaicos agrossilvopastoris e discontinuidades**

- Estes mosaicos agrossilvopastoris são cruciais para a e estratégia de diversificação das ocupações e usos do solo, através da criação de áreas próximas dos aglomerados populacionais e onde a agricultura deverá ser estimulada, para a promoção de áreas abertas onde coexistirão culturas agrícolas, matos e pastagens (ou até espécies florestais), promovendo-se a sua gestão através do estabelecimento de sistemas de pastoreio. A criação e manutenção das discontinuidades entre espécies são cruciais para a redução do risco de fogos rurais, sendo que os mosaicos e orlas criadas favoreceram a existência de pastos para a pastorícia de referência nesta região.



→ **Reforçar o empreendedorismo de base rural e criar de emprego**

- O aumento dos níveis de empregabilidade e conseqüentemente o reforço da capacidade de inovação da base económica de apoio ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de uma cultura de experimentação e de procura de novas vantagens competitivas, deverá ser uma estratégia central a partir da qual se pode inverter o atual panorama socioeconómico. Para isso é crucial apostar nas ligações a instituições de formação superior e profissional para o reforço das competências dos recursos humanos, bem como as associações e serviços de apoio para a criação de projetos e desenvolvimento do empreendedorismo de base rural, assim como na criação de infraestruturas de suporte à inovação e empreendedorismo.



→ **Valorizar o património rural e natural, turismo da natureza e aventura**

- Aposta no património rural e natural bem como no valor económico que intrinsecamente transportam para a economia, deve ser uma das áreas prioritárias de ação para a afirmação de uma nova ambição para este território. Num território tão rico e diverso, próximo de outros símbolos patrimoniais de valor acrescido para a região, os agentes económicos, sobretudo os da afirmação do turismo (em espaço rural, de natureza, aventura), deverão ter em conta os ecossistemas existentes, os distintos núcleos culturais associados à conjugação das vivências da ruralidade das aldeias, em serra ou planalto, o património histórico-cultural ímpar, a emergente dinâmica cultural que se une com as relações entre o turismo ativo e passivo, assim como o crescimento pelos novos interesses tecnológicos que algumas indústrias proporcionam, para que se reforce o elo de ligação entre vários setores da economia, incluindo o agrícola e o florestal.



→ **Potenciar os produtos endógenos de qualidade e práticas tradicionais**

- Aproveitamento dos recursos e produtos endógenos para potenciar o setor do comércio e serviços e fortalecer o setor primário e secundário muito importante para revitalizar o território. Através do fomento e do apoio à articulação entre os produtores e entidades do setor secundário e terciário, fomenta-se a possibilidade do surgimento de novas iniciativas empresariais em domínios de especialização regional, como a agricultura, a pastorícia e a floresta. Inclui-se a abertura a novos mercados nomeadamente o internacional, para potenciar, por exemplo, o leite e queijo da Serra da Estrela, o vinho, o mel e outros produtos agrícolas de grande qualidade.

8. MATRIZ DE TRANSIÇÃO E VALORIZAÇÃO

A matriz de transição e valorização identifica as medidas de base territorial associadas ao novo desenho da paisagem por UGP, destacando dentro destas as áreas e ações prioritárias que são estruturantes no âmbito do PRGP-AM. Estas áreas e ações integram o plano de ação para a efetiva transformação da paisagem, destacando-se como prioridades, por exemplo, a execução de faixas de gestão de combustível, em toda a área de intervenção mas sobretudo em trono dos aglomerados urbanos, o restauro e valorização das galerias ripícolas, o estabelecimento de áreas agrícolas prioritárias, a conservação de áreas florestais relevantes, bem como a preservação de solos com valor ecológico por intermédio de ocupações mais adaptadas às condições edafo-morfológicas.

Neste sentido, a figura seguinte ilustra as principais transformações dos sistemas produtivo, de conservação e social do PRGP-AM, em cada UGP, constituindo as principais áreas de foco da transformação desejada e, por isso, de transição da atual ocupação do solo existente para uma nova ocupação ajustada aos objetivos de diminuição da vulnerabilidade aos incêndios rurais e de fomento de um melhor desenvolvimento rural.

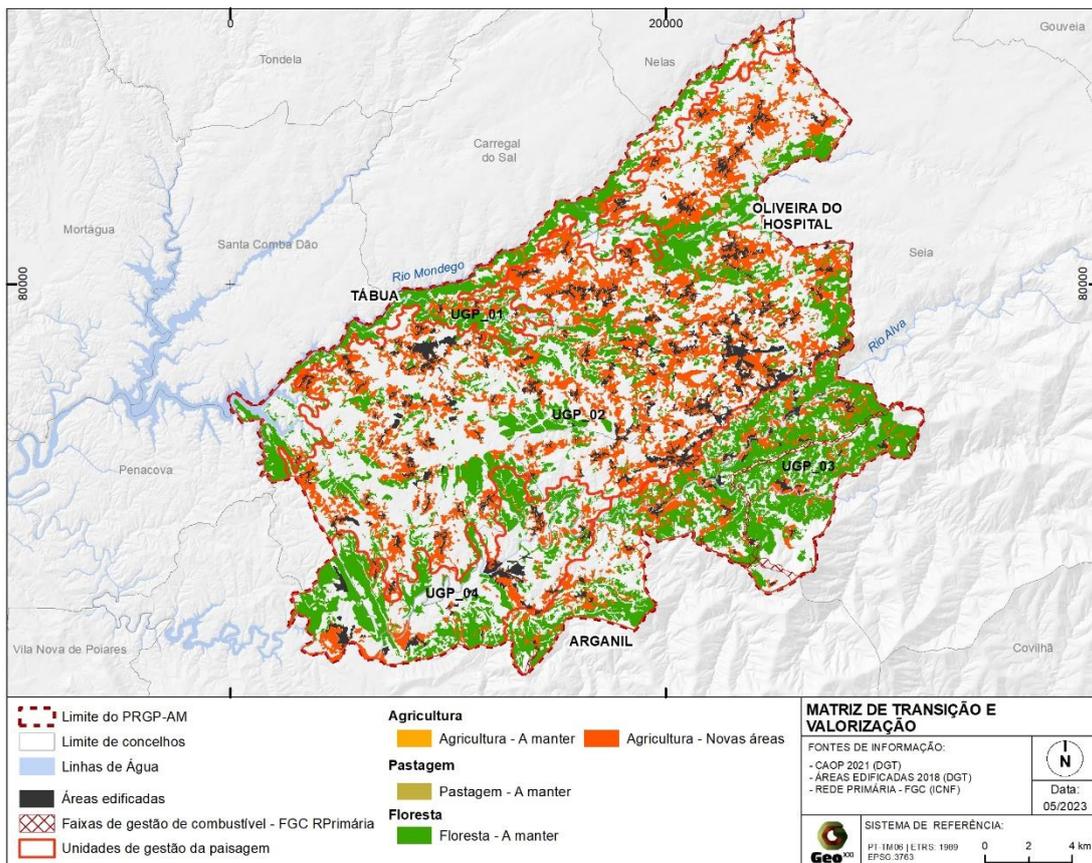


Figura 17 – Matriz de transição e valorização da nova paisagem

Tendo esta referência espacial da transformação, apresenta-se no quadro seguinte a matriz de transição e valorização por uso e ocupação do solo existente atualmente.

Quadro 9 – Matriz de transição e valorização por uso e ocupação do solo (ha)

PAISAGEM DE REFERÊNCIA (COS 2018)	PAISAGEM PROPOSTA		
	Rede Primária (FGC)	Galerias ripícolas a criar	Novas áreas agrícolas
Agricultura	3,60	33,39	-
Florestas	236,09	126,05	5 485,64
Pastagens	-	1,14	98,09
Matos	95,33	2,87	198,26
Outros	-	-	10,52
Total (ha)	335,03	163,45	5 792,51

Adicionalmente no seguinte quadro, apresenta-se essa transição das ações a desenvolver por unidades de gestão da paisagem.

Quadro 10 – Proposta de Reordenamento por UGP (ha)

Tipologia	Ação	UGP 01	UGP 02	UGP 03	UGP 04	Totais
FGC - Primária		-	-	-	423,27	423,27
Galerias Ripícolas	A manter	29,96	18,73	18,90	2,01	69,59
	A criar	63,21	0,16	38,86	61,23	163,45
	Total	93,17	18,89	57,75	63,24	233,05
Agricultura	A manter	800,27	14882,41	1555,61	1144,39	18382,69
	Novas áreas	225,56	5419,39	328,49	750,72	6724,16
	Total	1025,83	20301,80	1884,10	1895,11	25106,84
Floresta	A manter	2493,05	4216,29	7259,75	2403,44	16372,52
	Novas áreas	-	-	-	-	0,00
	Total	2493,05	4216,29	7259,75	2403,44	16372,52
Pastagem	A manter	1,25	94,12	9,72	11,78	116,86

Tendo em consideração a matriz apresentada, urge reforçar a noção de que este território do PRGP-AM apresenta baixa densidade populacional e maioritariamente envelhecida, pelo que não se preconizando novas áreas florestais, reconhece-se a pertinência de orientar a área florestal a manter para a produção ou conservação.

9. PROGRAMA DE EXECUÇÃO E GOVERNANÇA

Este capítulo aborda as ações, instrumentos, investimentos, atores chave e fontes de financiamento necessários para a execução da nova paisagem proposta, sendo sistematizado pelos seguintes elementos:

- Plano de ação, que identifica as ações estruturantes do PRGP-AM no horizonte temporal de 10 anos (2024-2033), destacando nomeadamente as ações prioritárias, os custos, prioridades, bem como a programação da execução;
- Fontes de financiamento, onde se identifica os instrumentos financeiros passíveis de mobilização;
- Diretrizes de planeamento e gestão, nomeadamente as dirigidas aos Planos Diretores Municipais, a planos e programas setoriais, a instrumentos de financiamento ou ainda, outras orientações consideradas importantes para a boa execução do PRGP;
- Modelo de governança, onde se identificam os fatores decisivos sob o ponto de vista organizativo que devem ser assegurados para garantir a execução e a operacionalidade das medidas e ações estruturantes do novo desenho de paisagem.

9.1. PLANO DE AÇÃO

O plano de ação apresenta de forma sistematizada o conjunto de áreas e ações prioritárias e assim como outras consideradas complementares que decorrem da proposta da nova paisagem. A partir das opções estratégicas associadas à matriz de transformação, bem como de outras orientações que se consideram estratégicas para alavancar o desenvolvimento rural deste território, identificam-se as áreas e ações, especificando-se as suas atuações.

9.1.1. AÇÕES E ÁREAS PRIORITÁRIAS

Como forma de operacionalizar a implementação da nova paisagem desejável para a área de intervenção do PRGP-AM, considerando os prazos associados à transição que se quer promover, é determinante programar adequadamente estratégias e medidas programáticas concretas que se devem implementar para essa transformação.

AÇÕES ESPECÍFICAS PRIORITÁRIAS – MACROSSISTEMAS ESPECÍFICOS

Atendendo aos temas determinantes para a paisagem e linhas de ação que guiam o desenho da proposta para a área do PRGP-AM, estabelecem-se duas grandes ações prioritárias a desenvolver no quadro da implementação do Programa.



SISTEMAS FLUVIAIS DO ALVA E DO MONDEGO

Fortalecimento da importância dos dois grandes cursos de água nacionais já identificados enquanto elementos da macroestrutura da paisagem – os rios Alva e Mondego que dão nome ao Programa – para a estruturação da paisagem deste território.

+



AGLOMERADOS RURAIS - ALDEIAS DE XISTO E DE MONTANHA

Reforço da importância em valorizar o património arquitetónico associado aos aglomerados rurais em torno dos grandes corredores ecológicos, sobretudo as aldeias de xisto e aldeias de montanha, localizadas no vale do Alva.

Com efeito, considera-se enquanto macrossistemas específicos da paisagem, as interligações policêntricas que se podem estabelecer entre estes aglomerados e as grandes estruturas ecológicas a manter ou a restabelecer. O objetivo destas ações prioritárias é que se promova um conjunto de intervenções integradas ao longo dos corredores húmidos, com reforço prioritário das áreas agrícolas e silvopastoris em torno destes povoados, como forma de potenciar os vínculos afetivos e de proveito histórico das comunidades com os recursos hídricos envolventes. Desta forma abre-se oportunidades para a criação de outros projetos complementares de reabilitação de antigas estruturas hídricas e residenciais ou até de outros projetos turísticos que fomentem a dinamização das aldeias classificadas e de outras que venham a merecer essa distinção.

Estes macrossistemas específicos correspondem assim às áreas agrícolas e silvopastoris que se encontram na envolvente e transição entre aglomerados rurais, de fomento de atividades agrícola e pecuária, situadas nas faixas correspondentes aos limites dos corredores ecológicos tais como identificados no PROF-CL.

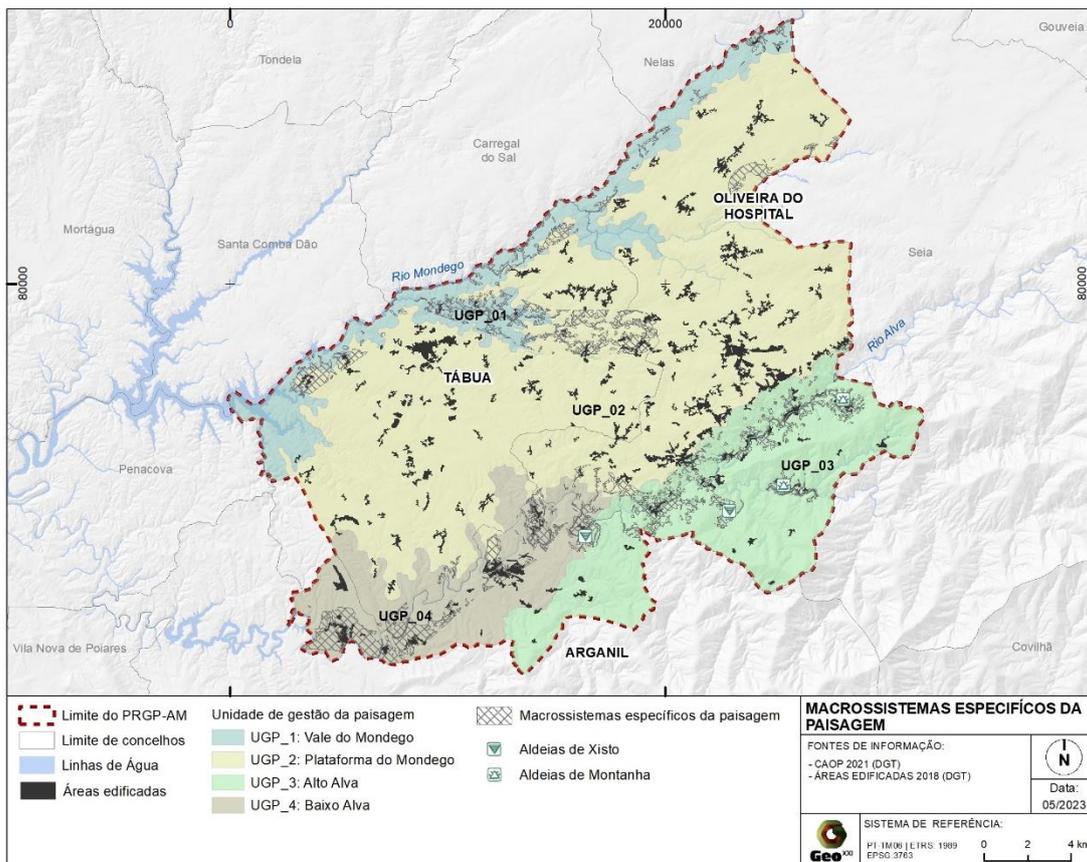


Figura 18 – Macrossistemas específicos da paisagem

ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM

As Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) definem um modelo de gestão agrupada, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020 de 24 de junho, que é operacionalizado através das designadas Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP). Estas AIGP devem ser dirigidas a contextos territoriais específicos, preferencialmente inseridos em área abrangidas por PRGP, com escala adequada para uma gestão ativa e racional.

Trata-se de um modelo que é orientado para comunidades locais concretas, dado que a sua constituição e, sobretudo, operacionalização depende da mobilização e da iniciativa local (proprietários de terrenos, associações locais, autarcas, empresas, entre outros), sendo o envolvimento dos atores locais nestes contextos rurais de baixa densidade e envelhecidos, um fator determinante para credibilizar e convencer todos aqueles que detêm terrenos na AIGP a aderirem a modelos de gestão coletiva. Evidentemente esta ‘adesão’ ganha contornos mais satisfatórios e aliantes para os atores locais, se o projeto devolver perspetivas de rentabilidade. Por isso, estas AIGP apresentam um elemento diferenciador, conseguido pela

disponibilização de instrumentos financeiros, por forma a garantir rentabilidades previsíveis e estáveis a médio prazo, incluindo apoios a curto prazo, o financiamento à constituição e funcionamento das entidades responsáveis pela administração e gestão das AIGP, mediante a celebração de contratos-programa.

Com efeito, quer as AIGP já constituídas quer as que poderão vir a ser propostas e aprovadas para a área do PRGP-AM, terão um papel fundamental na implantação e operacionalização do conteúdo do presente Programa do terreno, mesmo que, como já referido, o projeto desenvolvido nas OIGP, difira da proposta de desenho do PRGP. Isto significa que à escala da gestão ativa, a programação das intervenções e modelo operativo deverão ser ajustadas ao contexto particular do seu desenvolvimento, compatibilizando o desenho da transformação da paisagem aos recursos existentes.

Como referido no diagnóstico, na área de intervenção do PRGP-AM incluindo os limites fronteiriços, coexistem 8 AIGP aprovadas na 1ª fase pelo Despacho n.º7109-A72021, de 16 de julho, mais 1 AIGP aprovada na 2ª fase pelo Despacho n.º12447-D/2021, de 21 de dezembro. Está em aprovação uma nova AIGP na zona sul do concelho de Tábua. A AIGP Alva e Alvoco já se encontra na fase de Discussão Pública.

No que concerne à gestão destas áreas, constata-se que a Associação Florestal da Beira Serra, CAULE, é a entidade gestora da maioria destas AIGP. Constata-se igualmente que a grande maioria da área ocupada pelas AIGP se encontra em áreas de Zona de Intervenção Florestal (ZIF), sendo uma grande parte delas também estas geridas pela Associação CAULE.

Tendo em consideração os traços identitários da paisagem, bem como a análise que levou à delimitação das Unidades de Gestão da Paisagem (UGP) já apresentadas, é determinante que tanto estas AIGP como as que venham a ser constituídas, reflitam as particularidades e o carácter da paisagem de cada uma dessas unidades territoriais. As AIGP constituídas abrangem parcialmente todas as UGP estabelecidas, contendo a UGP “Alto Alva” cerca de 6 AIGP, estando em consonância com as características mais serranas e de perigosidade de incêndio associada a esta unidade.

Propõem-se um total de 3 novas AIGP (uma em Arganil e duas em Tábua) tal como assinalado esquematicamente na figura seguinte, não se considerando pertinente à escala do PRGP-AM e sem análise mais detalhada, a necessidade de definir os limites destas medidas programáticas, ficando esse exercício a cargo dos preponentes da proposta. Tal como se disse anteriormente as UGP3 e UGP4, devido às suas características e localização, são consideradas áreas prioritárias para se definir estes instrumentos. No concelho de Tábua existe outra AIGP com projeto mas sem financiamento, pelo que a sua delimitação é incluída no desenho seguinte.

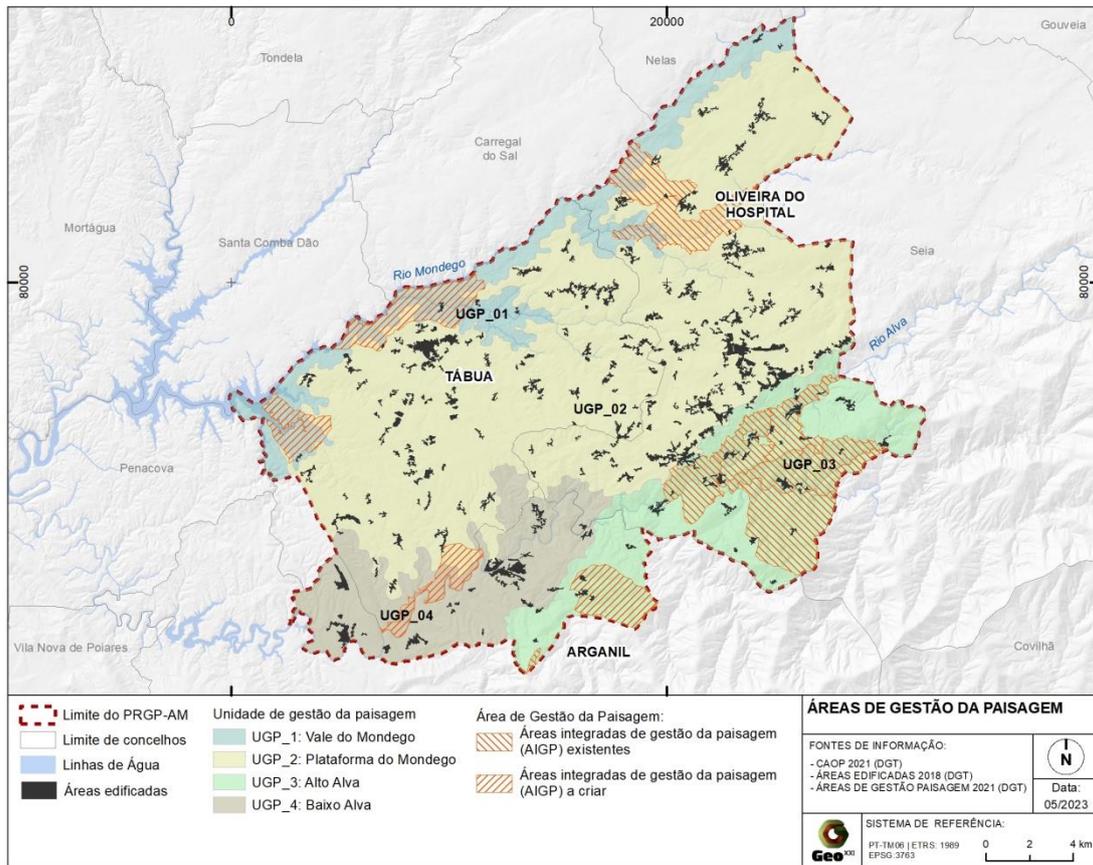


Figura 19 – Propostas de AIGP

No que concerne às importantes questões sobre a gestão destas AIGP, sendo uma das problemáticas identificadas em diagnóstico, sublinha-se que as autarquias locais devem estar representadas no órgão diretivo destas unidades, devendo ter um papel ativo quer na sua implementação, quer na sua gestão. Foi referido nas sessões dos métodos participativos, que a atual gestão das ZIF existentes na área do PRGP-AM não tem dados os resultados esperados, tendo-se questionado inclusive sobre a necessidade deste instrumento quando a relação da equipa de gestão e de técnicos da Associação CAULE com os proprietários dos terrenos e as autarquias não é favorável para o desenvolvimento efetivo que levou à criação das ZIF. Neste sentido, por forma a evitar situações idênticas e atendendo aos seus objetivos de interesse público e comunitário, as autarquias locais, municípios e freguesias abrangidas, devem ter um papel central no estabelecimento de ligação com os proprietários rurais e monitorizar de forma efetiva a prossecução dos objetivos de transformação que as AIGP propõem.

CONDOMÍNIO DE ALDEIAS

O Programa “Condomínios de Aldeia (CA) tem como objetivo promover a resiliência às aldeias localizadas em territórios vulneráveis de floresta (freguesias identificadas com maior suscetibilidade e perigosidade de incêndio rural, tem-se determinado nos termos do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, que se consideram aquelas que têm mais de 40% do território sob perigosidade alta e muito alta de incêndio rural ou seja circundadas por freguesias que cumpram a referência anterior, e cuja identificação consta da Portaria n.º301/2020, de 24 de dezembro).

Trata-se de uma medida programática que apoia um conjunto de ações destinadas a assegurar a alteração do uso e ocupação do solo e a gestão de combustíveis em redor dos aglomerados populacionais. Para isso incentiva-se os proprietários a assumir a manutenção dos terrenos garantindo a sua limpeza e promovendo uma ocupação do solo geradora de rendimentos. Tal como nas AIGP, os CA têm uma forte componente participativa e de envolvimento da comunidade local, em prol do desenvolvimento económico sustentável destes aglomerados populacionais.

Na área de intervenção do PRGP-AM identificam-se cerca de 10 (dez) novos CA (7 em Oliveira do Hospital, 2 em Arganil e 1 em Tábua), sendo que 5 integram a UGP “Alto Alva” e outras 2 “Vale do Mondego”. Esta concentração junto ao Alva e Mondego é reflexo das condições de grande proximidade à floresta e, conseqüentemente, a ocupações de maior perigosidade de incêndio rural. Uma avaliação mais detalhada das condições biofísicas e de ocupação do solo dos aglomerados populacionais, permitirá elevar o número de aldeias a integrar esta medida programática, tendo em consideração as franjas de contacto com as áreas florestais mais combustíveis nomeadamente a sua aproximação aos aglomerados. Tal como se disse anteriormente as UGP3 e UGP4, devido às suas características e localização, são consideradas áreas prioritárias para se definir estes instrumentos.

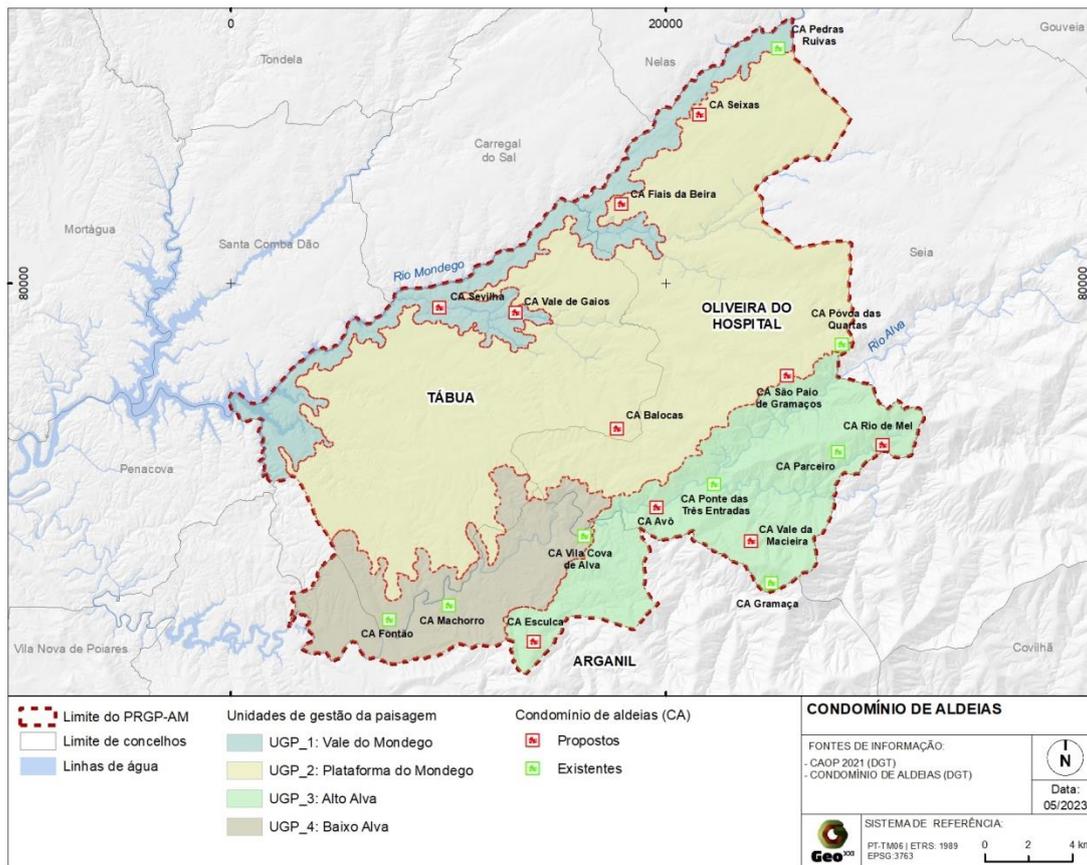


Figura 20 – Propostas de CA

ÁREAS ESTRATÉGICAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS

As áreas estratégicas de gestão de combustível que fazem parte da rede de defesa, visam minimizar os efeitos e a dimensão dos incêndios rurais, através da sua implementação em locais estratégicos, condicionando o comportamento e a propagação do fogo na paisagem e minimizando os seus impactos. O seu planeamento, instalação e manutenção, devem ter em consideração o histórico e tipologia dos grandes incêndios, bem como o comportamento previsível em situações meteorológicas que favoreçam a sua propagação, a localização de pontos críticos e as características fisiográficas da paisagem.

Não obstante a importante servidão administrativa constituída pelas Faixas de Gestão da Rede Primária (FGRP), que integra a estratégia definida no Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais e é introduzida nos Planos Regionais de Ação, considera-se que o modelo de Gestão do Regime de Fogo mais favorável, quer para uma efetiva mudança no regime de fogo atual, quer para a diminuição dos danos causados pelos incêndios (sobretudo aqueles que ganham dimensões extremas), terá maior probabilidade de sucesso se promover a gestão dos Mosaicos Estratégicos de Gestão de Combustível (mosaicos de parcelas de

gestão de combustíveis - MPGC). Em conjunto com as faixas de gestão de combustível, estas áreas estratégicas de mosaicos constituem áreas de diversidade na ocupação e no uso do solo, onde devem ser implementadas medidas de gestão de combustível e de alteração da composição, com o objetivo de limitar a propagação dos fogos, reduzir os seus efeitos, permitir e facilitar a sua supressão, isolar potenciais focos de ignição e diminuir a vulnerabilidade do património natural e construído.

No âmbito da proposta deste PRGP, estes mosaicos (para além daqueles identificados no âmbito do PMDFCI) focam-se também nas áreas definidas nos sistemas de mosaicos agrossilvopastoris, podendo o modelo de mosaico ser aplicado nas restantes ocupações, sobretudo a florestal, com a presença também de importantes linhas de descontinuidade na paisagem, e onde o relevo é mais complexo. Estas áreas evidenciam uma oportunidade para se fomentar a heterogeneidade espacial da ocupação, nomeadamente da idade dos combustíveis, possibilitando a execução de fogos úteis² (de menor intensidade e severidade) e como forma de contribuição para a supressão de fogos destrutivos (de maior severidade e, em alguns casos, acima da capacidade de extinção). Sobretudo em condições meteorológicas desfavoráveis, estas áreas estratégicas poderão servir para reduzir a carga de combustível na paisagem, pelo que é conveniente que todo o sistema esteja consciente dos processos que podem ser ativados, quer por parte dos elementos do dispositivo de defesa da floresta, quer por parte dos proprietários e das populações residentes. Ou seja, o uso do fogo como forma de gestão dos combustíveis que contribui para diminuição dos custos de intervenção, permite o treino dos operacionais e promove a recuperação de alguns habitats. Com efeito, nestas áreas, a administração central ou local poderá efetuar ou mandar o acesso e execução de atividades que reduzam a carga combustível herbácea ou arbustiva, seleção de varas, desramas ou desbastes não comerciais, desde que não destruam valor lenhoso ou benfeitorias.

Nos territórios com grande densidade de povoamentos florestais, a continuidade vertical e horizontal dos combustíveis tende naturalmente a ser elevada, sendo que em condições meteorológicas extremas, as faixas da rede primária dificilmente conseguirão permitir a contenção e propagação de um fogo. Havendo possibilidade, com efetiva gestão destes mosaicos, para se executar fogos controlados em casos de emergência (havendo conhecimento consolidado na aplicação desta técnica em matos e povoamentos de pinheiro bravo e de eucaliptos, como são exemplo os trabalhos desenvolvidos pela Universidade de

² Designados de fogos controlados como ferramenta de gestão de combustíveis, de criação de condições mais favoráveis para o combate aos incêndios rurais, mas também numa perspetiva de minimização dos seus impactos no território.

Trás-os-Montes e Alto Douro, ou os acompanhamentos feitos pela AGIF de casos bem sucedidos), esta deverá ser uma importante estratégia viável para este PRGP, sobretudo quando se considera a perigosidade de incêndio rural dada pela controversa carta de perigosidade estrutural 2020-2030. A complementaridade destas áreas com outras faixas de gestão de combustível assim como outras orientações para o fomento da diversidade e melhor distribuição das ocupações e coberturas vegetais, permitirá proteger de forma mais efetiva os valores ecológicos e económicos mais vulneráveis ao fogo evitando a remoção do legado biológico necessário à resiliência dos ecossistemas.

Porém, sabe-se que quaisquer mudanças na composição e estrutura da paisagem mais suscetível ao fogo (como são as grandes manchas de floresta sem qualquer gestão e outras ocupações de carácter abandonado) requerem investimento, tempo e a experimentação de modelos de gestão que maximizem os benefícios e minimizem os custos (de instalação e manutenção), sobretudo para os proprietários que deverão ser chamados a colaborar ativamente. Tal como se disse anteriormente, devido às suas características e regime de incêndio associado, a UGP1 e sobretudo a UGP3 e UGP4 são consideradas áreas prioritárias para a gestão de combustíveis.

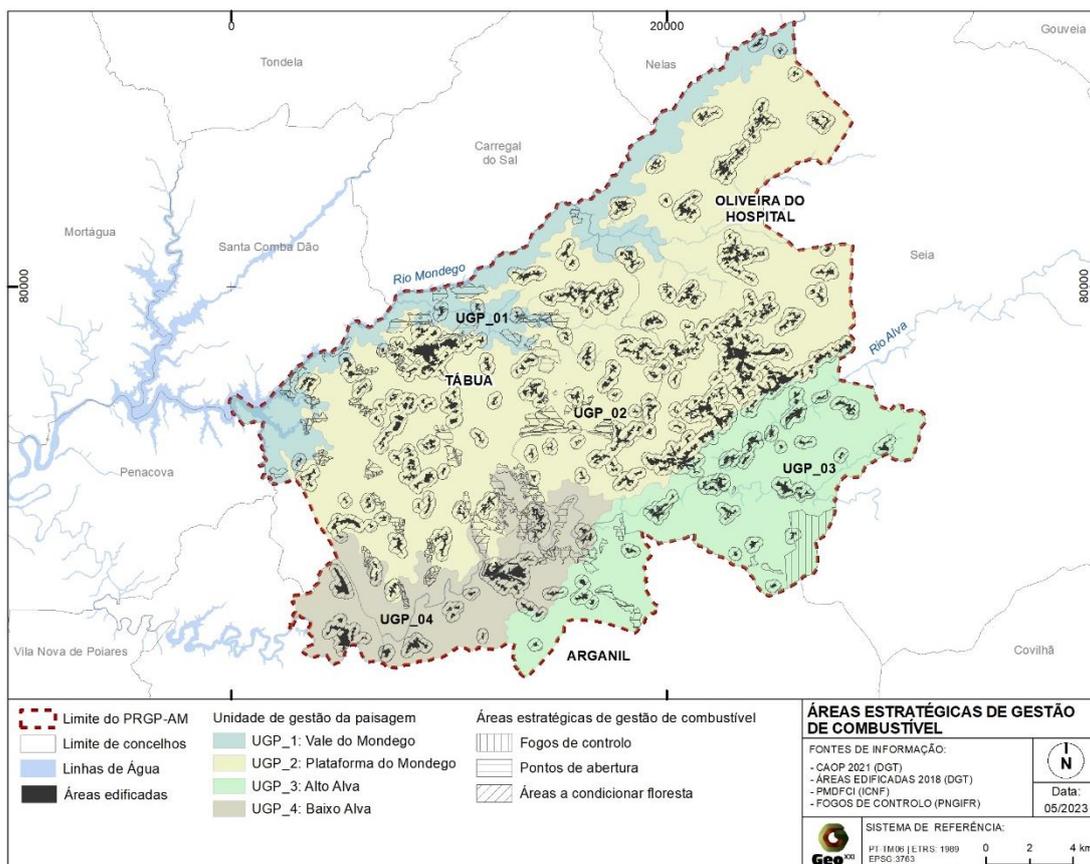


Figura 21 – Áreas estratégicas de gestão de combustível

MOSAICOS AGROSSILVOPASTORIS

Fomento de uma paisagem sustentável e biodiversa, traduzindo-se em benefícios ambientais mas também que consiga aumentar a viabilidade económica da atividade produtiva por via da multifuncionalidade, da maior resiliência, e de menores custos de gestão.

Nestas áreas coincidem uma diversidade de ocupações ligadas à agricultura, silvicultura e pastorícia. É segundo Coelho e Pinheiro (2019), uma das melhores soluções para a preservação de vastas zonas do território nacional. Os autores dizem mesmo que face às restrições ambientais do território, sobretudo os do interior continental, “os sistemas agro-silvo-pastoris são a melhor alternativa agrícola possível”, que contribuem para a não erosão do solo (reduzindo ao mínimo a sua mobilização) e para aumento da matéria orgânica (com a presença de animais em pastoreio que, por via da produção de dejetos, reciclam e restituem parte da fertilidade do solo).

Ainda que a existência de novas áreas de pastagens possa não estar atualmente refletida na contabilidade da transição, reconhece-se que parte das áreas agrícolas ou florestais possam, aquando do desenvolvimento de projetos agropecuários ou outros também equacionados no âmbito de OIGP, equacionar áreas de pastagens agora classificadas com outros usos.

9.1.2. SÍNTESE DAS AÇÕES E ÁREAS PRIORITÁRIAS E DESENHO PROPOSTO

Por forma a operacionalizar a implementação da proposta do PRG-AM, no horizonte dos próximos 10 anos vigência prevista deste programa setorial (correspondendo a 3 anos para transformação e 7 anos relativos à remuneração dos serviços dos ecossistemas e manutenção), apresentam-se no quadro seguinte as ações e áreas prioritárias que foram consideradas mais relevantes na transformação da paisagem, e que estão alinhadas com os objetivos do Programa de Transformação da Paisagem:

Quadro 11 – Ações e áreas prioritárias

Ações e áreas prioritárias		Área (ha)	
Macroestruturas da paisagem	Galerias ripícolas	Restauro	163,45
		Valorização	69,59
	Áreas estratégicas de gestão de combustível		2494,03
	Faixas de Gestão de Combustível da Rede Primária		423,27
	Interface das Áreas Edificadas (Condomínios de Aldeia)		9919,82
	Mosaicos agrossilvopastoris		3805,31

Macrossistemas específicos da paisagem (transformação diferenciadora mais relevante)	Interligações policêntricas Eco-Rurais: Contactos agrícolas e silvopastoris em aglomerados rurais nos corredores ecológicos	3249,3
Áreas Integradas de Gestão da Paisagem	3 AIGP a constituir	2126,38
Total		22251,15

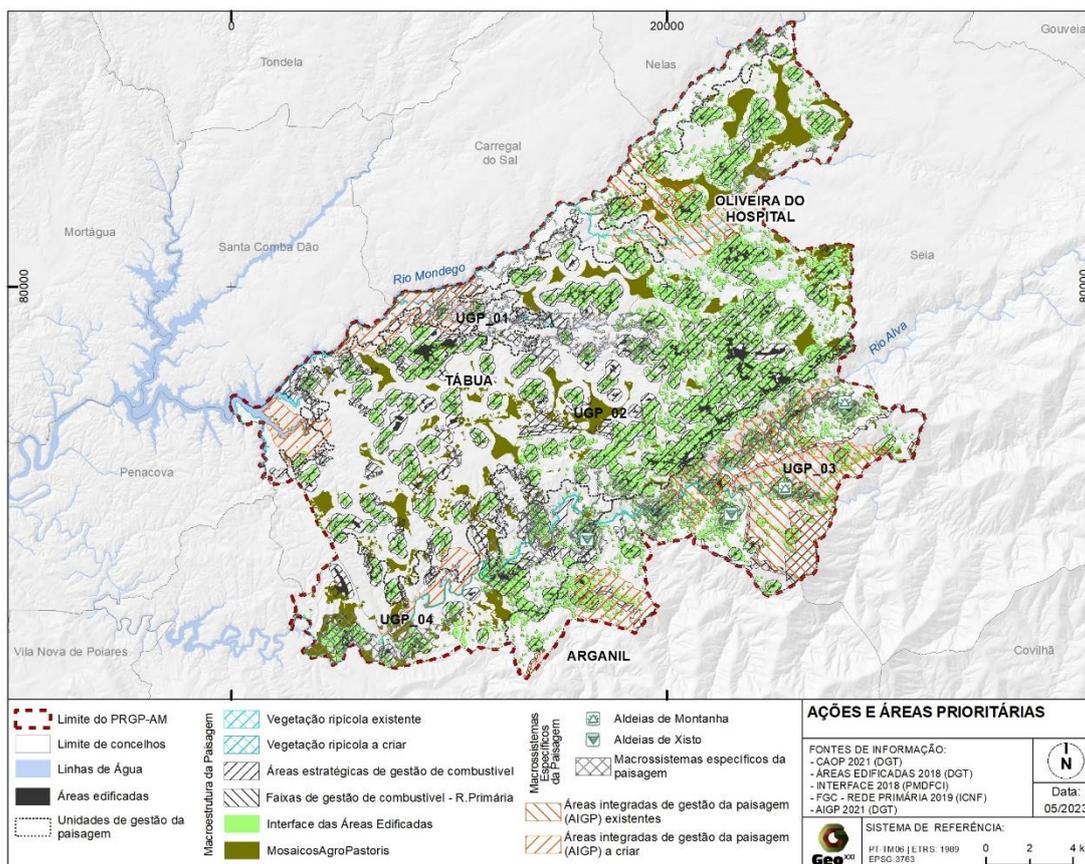


Figura 22 – Ações e áreas prioritárias

9.1.3. AÇÕES COMPLEMENTARES

Embora o investimento na transformação, manutenção e remuneração dos serviços dos ecossistemas incida apenas sobre as ações e áreas prioritárias, considera-se existir um conjunto de ações complementares (assinaladas no Quadro 12) que operativamente não representam um bolo financeiro significativo quando comparado com as ações prioritárias (assinaladas também no Quadro 12), que adicionam coerência às pretensões que se esperam cumprir com os objetivos deste Programa.

Quadro 12 – Ações complementares



→ Reforço da resiliência ao fogo e outros riscos

- P01: Faixas de gestão de combustível da Rede Primária *
- P02: Interface de Áreas Edificadas (Condomínios de Aldeia) *
- C01: Projeto de valorização dos rios Alva e Mondego e suas galerias ripícolas
- P03: Execução de ações de restauro das galerias ripícolas *
- P04: Execução de ações de valorização das galerias ripícolas *
- P05: Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) *



→ Revitalizar/criar mosaicos agrossilvopastoris e discontinuidades

- P06: Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível *
- P07: Mosaicos agroflorestais *
- P08: Macrossistemas específicos (interligações policêntricas Eco-Rurais)



→ Reforçar o empreendedorismo de base rural e criar de emprego

- C02: Plano de desenvolvimento rural integrado do Alva-Mondego
- C03: Agência de desenvolvimento e empreendedorismo rural Alva-Mondego



→ Valorizar o património rural e natural, turismo da natureza e aventura

- C04: Estudo para a criação de uma "Área de Paisagem Protegida" de Alvoco – Açor
- C05: Programa de rede de ecovias do Alva-Mondego
- C06: Plano de desenvolvimento turístico do Planalto Alva-Mondego
- C07: Plano para Infraestruturação rural do Planalto Alva-Mondego



→ Potenciar os produtos endógenos de qualidade e práticas tradicionais

- C08: Estudo de desenvolvimento para a valorização da Fileira do Leite e do Queijo
- C09: Estudo de desenvolvimento para a valorização da Fileira da Pera Passa
- C10: Agenda para a economia circular do Planalto Alva-Mondego
- C11: Plano de aproveitamento sustentável dos recursos energéticos

* ações prioritárias

9.1.4. SÍNTESE DAS AÇÕES E FICHAS DE CARACTERIZAÇÃO

Na estratégia preconizada para este PRGP, e na sequência dos debates e discussões concretizados no trabalho de campo e diferentes sessões participativas com autarcas, técnicos municipais, órgãos da administração central, investigadores florestais, associações e organizações locais, defende-se que os temas e ações que deverão constituir os pilares fundamentais do Desenho da Paisagem e do próprio instrumento estratégico, se devem basear na valorização do capital natural e no desenvolvimento socioeconómico. Por um lado, o capital natural deve ser valorizado através do incremento da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas. Por outro lado, o desenvolvimento socioeconómico sustentado deverá assentar na diversificação e no aumento de rendimento das explorações, tendo por base um

ajustamento dos usos e ocupações do solo de acordo com a aptidão edafoclimática e outros aspetos técnicos de posicionamento estratégico. Em conjunto, estes temas e ações devem concorrer para o que realmente importa fomentar com este instrumento: o aumento da resiliência deste território tendo em vista a diminuição da vulnerabilidade aos incêndios e consequentes efeitos das alterações climáticas, bem como o desenvolvimento rural de forma transversal.

As fichas seguintes sintetizam os seguintes aspetos relativos às ações identificadas:

- Contributo da ação para os objetivos estratégicos do PRGP-AM identificando o grau de interdependência com os objetivos (direta e indireta);
- Contributo da ação para o desenvolvimento dos temas diagnosticados na PLP;
- Descrição da ação, breve descrição das tarefas associadas à concretização da ação;
- Estimativa de custos das ações prioritárias e sua repartição temporal;
- Entidade ou entidades promotoras da ação;
- Prioridade do investimento (Prioridade 1 – ações prioritárias consideradas com maior relevância para a concretização dos objetivos estratégicos; Prioridade 2 – as ações complementares para a prossecução dos objetivos)

Importa salientar que, no que concerne aos custos associados às ações prioritárias a executar no território, os valores apresentados representam custos médios ou investimentos mínimos, com base em estimativas realizadas pelas entidades competentes na matéria, nomeadamente o ICNF ou a DGT, pelo que o valor poderá ser ajustado.

AÇÃO P01	Execução das faixas de gestão de combustível da Rede Primária	
TIPOLOGIA	<input type="checkbox"/> Plano <input type="checkbox"/> Programa <input type="checkbox"/> Estudo <input type="checkbox"/> Projeto <input checked="" type="checkbox"/> Operação	
CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DO PRGP-AM	+ Promover atividades agrícolas, agropastoris e pastagens naturais + Promover o ordenamento e multifuncionalidade da floresta + Promover a valorização do capital natural e cultural + Promover uma nova economia para os territórios	
DESCRIÇÃO	Execução da rede primária de faixas de gestão de combustível (ICNF), assumindo a largura de 125m	
ÁREA e %PRGP	Privilegiar a Execução das faixas de gestão de combustível nas UGP1, UGP3 e UGP4.	
ESTIMATIVA DE CUSTOS	890€/ha	
ENTIDADE PROMOTORA	ICNF, I.P.	
PARCEIROS	-	
PUBLICO ALVO	Proprietários dos terrenos	
PRIORIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Ação prioritária <input type="checkbox"/> Ação complementar	
FINANCIAMENTO	Plano de Recuperação e Resiliência - Componente C08 – Floresta	

Nota: + diretamente; + indiretamente

AÇÃO P02	Execução das faixas de gestão de combustível nas áreas edificadas (Condomínio de Aldeias)	
TIPOLOGIA	<input type="checkbox"/> Plano <input type="checkbox"/> Programa <input type="checkbox"/> Estudo <input type="checkbox"/> Projeto <input checked="" type="checkbox"/> Operação	
CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DO PRGP-AM	+ Promover atividades agrícolas, agropastoris e pastagens naturais + Promover o ordenamento e multifuncionalidade da floresta + Promover a valorização do capital natural e cultural + Promover uma nova economia para os territórios	
DESCRIÇÃO	Execução e/ou manutenção das faixas de gestão de combustível em torno das áreas edificadas, de acordo com as normas legais estabelecidas (faixas de 100 metros):	
ÁREA e %PRGP	Privilegiar a criação de Condóminos nas UGP3 e UGP4.	
ESTIMATIVA DE CUSTOS	400€/ha	
ENTIDADE PROMOTORA	Juntas de Freguesia; Municípios; Privados; Associações florestais	
PARCEIROS	-	
PUBLICO ALVO	Proprietários dos terrenos / infraestruturas públicas	
PRIORIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Ação prioritária <input type="checkbox"/> Ação complementar	
FINANCIAMENTO	Plano de Recuperação e Resiliência - Componente C08 – Floresta	

Nota: + diretamente; + indiretamente

A médio e longo prazos, os custos de manutenção das faixas de gestão de combustível consideram-se da responsabilidade dos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham os terrenos na interface de áreas edificadas

AÇÃO C01	Projeto de valorização dos rios Alva e Mondego e suas galerias ripícolas
TIPOLOGIA	<input type="checkbox"/> Plano <input type="checkbox"/> Programa <input checked="" type="checkbox"/> Estudo <input checked="" type="checkbox"/> Projeto <input type="checkbox"/> Operação
CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DO PRGP-AM	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Promover atividades agrícolas, agropastoris e pastagens naturais + Promover o ordenamento e multifuncionalidade da floresta ✚ Promover a valorização do capital natural e cultural + Promover uma nova economia para os territórios
DESCRIÇÃO	Elaboração de um anteprojecto para aferição da estratégia para estabilização de margens, restauro de galerias ripícolas, irradicação de infestantes e valorização desses corredores ecológicos. Este projecto ditará as áreas específicas para elaboração de projecto de execução que poderá incluir estruturas de valorização do recurso natural para aproveitamento turístico;
ÁREA e %PRGP	UGP1, UGP3 e UGP4.
ESTIMATIVA DE CUSTOS	75.000€
ENTIDADE PROMOTORA	Municípios; Juntas de Freguesia;
PARCEIROS	Juntas de Freguesia; Proprietários; APA; CCDR
PUBLICO ALVO	-
PRIORIDADE	<input type="checkbox"/> Ação prioritária <input checked="" type="checkbox"/> Ação complementar
FINANCIAMENTO	PEPAC 23.27 – Eixo C Desenvolvimento Rural PRR – C8 – Florestas; C9 Gestão hídrica

Nota: ✚ diretamente; + indiretamente

AÇÃO P03	Restauro de Galerias Ripícolas	
TIPOLOGIA	<input type="checkbox"/> Plano <input type="checkbox"/> Programa <input type="checkbox"/> Estudo <input type="checkbox"/> Projeto <input checked="" type="checkbox"/> Operação	
CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DO PRGP-AM	+ Promover atividades agrícolas, agropastoris e pastagens naturais + Promover o ordenamento e multifuncionalidade da floresta + Promover a valorização do capital natural e cultural + Promover uma nova economia para os territórios	
DESCRIÇÃO	<p>Reconstituição de galerias ripícolas nos cursos de água visando assegurar a conectividade ecológica destes corredores. Tem como objetivos a preservação da biodiversidade; a promoção da provisão de serviços dos ecossistemas; o aumento da resiliência do território ao fogo e alterações climáticas; a regulação dos ciclos hidrológicos e da qualidade da água; e a preservação do património natural e cultura</p> <p>Foi considerada uma largura de 12 m em cada margem de acordo com a Orientação Técnica Específica para a operação “Manutenção de galerias ripícolas” enquadrada no PDR 2020 e estabelecida pelo ICNF.</p>	
ÁREA e %PRGP	Privilegiar a intervenção nas UGP1, UGP3 e UGP4, rios Alva e Mondego.	
ESTIMATIVA DE CUSTOS	Plantação: 1835€/ha Manutenção: 200€/ha/ano	Remuneração do Serviço de Ecossistemas: 420€
ENTIDADE PROMOTORA	Municípios; Juntas de Freguesia;	
PARCEIROS	APA; CCDR; Organizações de produtores agrícolas e florestais; Entidades gestoras de ZIF, AIGP, Proprietários agrícolas e florestais	
PUBLICO ALVO	-	
PRIORIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Ação prioritária <input type="checkbox"/> Ação complementar	
FINANCIAMENTO	PEPAC 23.27 – Eixo C Desenvolvimento Rural PRR – C8 – Florestas; C9 Gestão hídrica	

Nota: + diretamente; + indiretamente

AÇÃO P04	Valorização e manutenção de Galerias Ripícolas	
TIPOLOGIA	<input type="checkbox"/> Plano <input type="checkbox"/> Programa <input type="checkbox"/> Estudo <input type="checkbox"/> Projeto <input checked="" type="checkbox"/> Operação	
CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DO PRGP-AM	+ Promover atividades agrícolas, agropastoris e pastagens naturais + Promover o ordenamento e multifuncionalidade da floresta + Promover a valorização do capital natural e cultural + Promover uma nova economia para os territórios	
DESCRIÇÃO	<p>Reconstituição de galerias ripícolas nos cursos de água visando assegurar a conectividade ecológica destes corredores. Tem como objetivos a preservação da biodiversidade; a promoção da provisão de serviços dos ecossistemas; o aumento da resiliência do território ao fogo e alterações climáticas; a regulação dos ciclos hidrológicos e da qualidade da água; e a preservação do património natural e cultura</p> <p>Foi considerada uma largura de 12 m em cada margem de acordo com a Orientação Técnica Específica para a operação “Manutenção de galerias ripícolas” enquadrada no PDR 2020 e estabelecida pelo ICNF; em floresta de folhosas;</p>	
ÁREA e %PRGP	Privilegiar a intervenção nas UGP1, UGP3 e UGP4, rios Alva e Mondego.	
ESTIMATIVA DE CUSTOS	Valorização: 1245€/ha Manutenção: 200€/ha/ano	Remuneração do Serviço de Ecossistemas: 420€
ENTIDADE PROMOTORA	Municípios; Juntas de Freguesia;	
PARCEIROS	APA; CCDR; Organizações de produtores agrícolas e florestais; Entidades gestoras de ZIF, AIGP, Proprietários agrícolas e florestais	
PUBLICO ALVO	-	
PRIORIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Ação prioritária <input type="checkbox"/> Ação complementar	
FINANCIAMENTO	PEPAC 23.27 – Eixo C Desenvolvimento Rural PRR – C8 – Florestas; C9 Gestão hídrica	

Nota: + diretamente; + indiretamente

AÇÃO P05	Constituição das 3 AIGP
TIPOLOGIA	<input type="checkbox"/> Plano <input type="checkbox"/> Programa <input type="checkbox"/> Estudo <input type="checkbox"/> Projeto <input checked="" type="checkbox"/> Operação
CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DO PRGP-AM	+ Promover atividades agrícolas, agropastoris e pastagens naturais + Promover o ordenamento e multifuncionalidade da floresta + Promover a valorização do capital natural e cultural + Promover uma nova economia para os territórios
DESCRIÇÃO	Constituição de três áreas integradas de gestão da paisagem em zonas de maior perigosidade de incêndio e ocupação do solo predominantemente florestal, prevendo: <ul style="list-style-type: none"> • Promoção de ações de divulgação junto dos atores locais (associações de produtores florestais, juntas de freguesia, autarquias) relativamente às vantagens e oportunidades decorrentes da constituição da AIGP; • Incentivar o agrupamento de proprietários florestais para uma gestão conjunta dos espaços florestais, promovendo a elaboração de planos de gestão florestal e fomentando a adesão a sistemas de certificação da gestão florestal sustentável; • Fomentar a execução das ações de beneficiação florestal dos povoamentos existentes, nomeadamente, podas, desramações, correções de densidades excessivas, controlo de vegetação arbustiva e aproveitamento de regeneração natural; • Incentivar o incremento de área florestal gerida, através da reflorestação de áreas de matos com recurso a povoamentos de composição mista e estrutura irregular.
ÁREA e %PRGP	Privilegiar a criação de AIGP na UGP1, UGP3 e UGP4.
ESTIMATIVA DE CUSTOS	Proposta + OIGP: 35€/ha (nunca inferior a 35 000€) Execução: >1 400€/ha (considera-se 1000€/ha para floresta; 1500€/ha para agricultura)
ENTIDADE PROMOTORA	Município/Associações de Produtores Florestais;
PARCEIROS	Proprietários agrícolas e florestais; Juntas de Freguesia; Municípios; Organizações de produtores agrícolas e florestais; Entidades gestoras de ZIF
PUBLICO ALVO	Proprietários rurais
PRIORIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Ação prioritária <input type="checkbox"/> Ação complementar
FINANCIAMENTO	PRR: C08 – Floresta PEPAC 23.27 – Eixo C Desenvolvimento Rural

Nota: + diretamente; + indiretamente

AÇÃO P06	Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível	
TIPOLOGIA	<input type="checkbox"/> Plano <input type="checkbox"/> Programa <input type="checkbox"/> Estudo <input type="checkbox"/> Projeto <input checked="" type="checkbox"/> Operação	
CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DO PRGP-AM	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Promover atividades agrícolas, agropastoris e pastagens naturais ✚ Promover o ordenamento e multifuncionalidade da floresta ✚ Promover a valorização do capital natural e cultural ✚ Promover uma nova economia para os territórios 	
DESCRIÇÃO	Criação e manutenção de importantes áreas estratégicas para a gestão de combustível complementares às FGC. Considera-se o Mosaico de Promoção do Regime Silvo- Pastoril, Fogos de Gestão (fogo de controlo), Áreas de Influência dos Pontos de Abertura e Outras Áreas Estratégicas Lineares, integradas na Macroestrutura da Paisagem, bem como Áreas Estratégicas de Gestão do Combustível.	
ÁREA e %PRGP	Privilegiar a instalação de mosaicos nas UGP1, UGP3 e UGP4.	
ESTIMATIVA DE CUSTOS	800€/ha	Remuneração do Serviço de Ecossistemas: 420€
ENTIDADE PROMOTORA	Municípios; Juntas de freguesia	
PARCEIROS	Proprietários agrícolas e florestais ; Organizações de produtores agrícolas e florestais; Entidades gestoras de ZIF	
PUBLICO ALVO	-	
PRIORIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Ação prioritária <input type="checkbox"/> Ação complementar	
FINANCIAMENTO	Plano de Recuperação e Resiliência - Componente C08 – Floresta;	

Nota: ✚ diretamente; + indiretamente

AÇÃO A08	Mosaicos agrossilvopastoris	
TIPOLOGIA	<input type="checkbox"/> Plano <input type="checkbox"/> Programa <input type="checkbox"/> Estudo <input type="checkbox"/> Projeto <input checked="" type="checkbox"/> Operação	
CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DO PRGP-AM	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Promover atividades agrícolas, agropastoris e pastagens naturais ✚ Promover o ordenamento e multifuncionalidade da floresta ✚ Promover a valorização do capital natural e cultural ✚ Promover uma nova economia para os territórios 	
DESCRIÇÃO	<p>Áreas para fomento da silvopastorícia (investimento para criação e manutenção). Correspondem às superfícies agroflorestais, incluindo as áreas de socalcos tradicionais e áreas florestais de pinheiro-bravo com baixa aptidão.</p>	
ÁREA e %PRGP	Privilegiar a execução de mosaicos na UGP2	
ESTIMATIVA DE CUSTOS	1250€/ha	Remuneração do Serviço de Ecossistemas: 420€/ha
ENTIDADE PROMOTORA	Município; Juntas de freguesia	
PARCEIROS	Proprietários agrícolas e florestais; Organizações de produtores agrícolas e florestais; Entidades gestoras de ZIF	
PUBLICO ALVO	-	
PRIORIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Ação prioritária <input type="checkbox"/> Ação complementar	
FINANCIAMENTO	PEPAC 23.27 – Eixo C Desenvolvimento Rural	

Nota: ✚ diretamente; + indiretamente

AÇÃO P08	Execução de Macrossistemas específicos da paisagem	
TIPOLOGIA	<input type="checkbox"/> Plano <input type="checkbox"/> Programa <input type="checkbox"/> Estudo <input type="checkbox"/> Projeto <input checked="" type="checkbox"/> Operação	
CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DO PRGP-AM	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Promover atividades agrícolas, agropastoris e pastagens naturais + Promover o ordenamento e multifuncionalidade da floresta ✚ Promover a valorização do capital natural e cultural ✚ Promover uma nova economia para os territórios 	
DESCRIÇÃO	<p>Interligações policêntricas Eco-Rurais, que se podem estabelecer entre aglomerados rurais e as grandes estruturas ecológicas. O objetivo passa pela promoção de intervenções integradas ao longo dos corredores húmidos, com reforço prioritário das áreas agrícolas e silvopastoris em torno destes povoados, como forma de potenciar os vínculos afetivos e de proveito histórico das comunidades com os recursos hídricos envolventes. Correspondem às áreas agrícolas e silvopastoris que se encontram na envolvente e transição entre aglomerados rurais, de fomento de atividades agrícola e pecuária, situadas nas faixas correspondentes aos limites dos corredores ecológicos tais como identificados no PROF-CL.</p>	
ÁREA e %PRGP	-	
ESTIMATIVA DE CUSTOS	1250€/ha	Remuneração do Serviço de Ecossistemas: 420€/ha
ENTIDADE PROMOTORA	Município; Juntas de freguesia	
PARCEIROS	Proprietários agrícolas e florestais; Organizações de produtores agrícolas e florestais; Entidades gestoras de ZIF	
PUBLICO ALVO	-	
PRIORIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Ação prioritária <input type="checkbox"/> Ação complementar	
FINANCIAMENTO	PEPAC 23.27 – Eixo C Desenvolvimento Rural	

Nota: ✚ diretamente; + indiretamente

AÇÃO C02	Plano de desenvolvimento rural integrado do Alva-Mondego	
TIPOLOGIA	<input checked="" type="checkbox"/> Plano <input type="checkbox"/> Programa <input type="checkbox"/> Estudo <input type="checkbox"/> Projeto <input type="checkbox"/> Operação	
CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DO PRGP-AM	+ Promover atividades agrícolas, agropastoris e pastagens naturais + Promover o ordenamento e multifuncionalidade da floresta + Promover a valorização do capital natural e cultural + Promover uma nova economia para os territórios	
DESCRIÇÃO	Documento estratégico de suporte ao planeamento de ações de intervenção no território e gestão e desenvolvimento sustentável do espaço rural (Reis, 2021). Trata-se de um instrumento destinado a melhorar as condições económicas e sociais da comunidade rural. Do ponto de vista económico pressupõe o planeamento de medidas que visem apoiar o desenvolvimento integrado de todos os sectores da economia rural (primária, secundário e terciário), tendo em vista o fomento de <i>clusters</i> agroindústrias das fileiras estratégicas identificadas. Inclui o planeamento de todas as infraestruturas equipamentos para o desenvolvimento rural, bem como as medidas necessárias para a formação de um quadro de governança. Este plano deve ter ainda em conta a necessidade de aproximar a produção do consumo através do fomento dos mercados locais e vendas diretas, orientações para o ordenamento do espaço rural, com base na aptidão do uso, como também identificar as medidas necessárias para a valorização das aldeias (aglomerados rurais), sobretudo aquelas que apresentam maior potencial de património cultural, inseridas na UGP1, UGP3 e UGP4. Este plano pode e deve ser incorporado no âmbito da elaboração e revisão dos planos territoriais	
ÁREA e %PRGP	Privilegiar as ações de desenvolvimento rural nas UGP1, UGP3 e UGP4.	
ESTIMATIVA DE CUSTOS	65 000€	
ENTIDADE PROMOTORA	Municípios;	
PARCEIROS	Proprietários agrícolas e florestais; Juntas de Freguesia; Organizações de produtores agrícolas e florestais; Entidades gestoras de ZIF e AIGP; Instituições de Ensino; Empresas	
PUBLICO ALVO	-	
PRIORIDADE	<input type="checkbox"/> Ação prioritária <input checked="" type="checkbox"/> Ação complementar	
FINANCIAMENTO	PEPAC 23.27 – Eixo C Desenvolvimento Rural	

Nota: + diretamente; + indiretamente

AÇÃO C03	Agência de desenvolvimento e empreendedorismo rural Alva-Mondego
TIPOLOGIA	<input type="checkbox"/> Plano <input type="checkbox"/> Programa <input type="checkbox"/> Estudo <input checked="" type="checkbox"/> Projeto <input type="checkbox"/> Operação
CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DO PRGP-AM	+ Promover atividades agrícolas, agropastoris e pastagens naturais + Promover o ordenamento e multifuncionalidade da floresta + Promover a valorização do capital natural e cultural + Promover uma nova economia para os territórios
DESCRIÇÃO	Criação de uma agência regional a quem cumpre a promoção de projetos de inovação e desenvolvimento de clusters de negócio com potencial socioeconómico, assim como do crescimento empresarial, assegurando o apoio à conceção, execução e avaliação de estratégias dirigidas a atividades agroindustriais. Pretende-se reforçar o apoio às incubadoras existentes, fortalecendo-se a inovação, empreendedorismo e o investimento empresarial, com vista à internacionalização da economia local. Trata-se da criação de oportunidades de reforço da competitividade e sustentabilidade a longo prazo dos clusters de negócios, alargando-se mercados e geração de ganhos na cadeia de valor dos produtos. Este espaço pretende também reforçar a capacidade institucional, adotar modelos e instrumentos inovadores de governança e promover as redes de cooperação, assente na convergência de sinergias entre organizações empresariais, instituições de ensino e entidades públicas.
ÁREA e %PRGP	-
ESTIMATIVA DE CUSTOS	100 000€
ENTIDADE PROMOTORA	Municípios/associações empresariais/Instituições de Ensino;
PARCEIROS	Proprietários agrícolas e florestais; Juntas de Freguesia; Organizações de produtores agrícolas e florestais; Entidades gestoras de ZIF e AIGP; Instituições de Ensino; Empresas
PUBLICO ALVO	-
PRIORIDADE	<input type="checkbox"/> Ação prioritária <input checked="" type="checkbox"/> Ação complementar
FINANCIAMENTO	PRR: C05 - Capitalização e Inovação Empresarial; C16 Empresas 4.0 PT2030: 2.2 - Inovação empresarial; 4.2 Competitividade e coesão na baixa densidade

Nota: + diretamente; + indiretamente

AÇÃO C04	Estudo para a criação de uma “Área de Paisagem Protegida” de Alvoco-Açor	
TIPOLOGIA	<input type="checkbox"/> Plano <input type="checkbox"/> Programa <input checked="" type="checkbox"/> Estudo <input type="checkbox"/> Projeto <input type="checkbox"/> Operação	
CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DO PRGP-AM	+ Promover atividades agrícolas, agropastoris e pastagens naturais + Promover o ordenamento e multifuncionalidade da floresta + Promover a valorização do capital natural e cultural + Promover uma nova economia para os territórios	
DESCRIÇÃO	<p>Exercício de avaliação territorial para a criação de uma área de paisagem protegida (APP), na freguesia de Alvoco das Várzeas, com o objetivo de proteger e valorizar o património natural, promovendo recursos e produtos locais, e potenciando o turismo de natureza através da valorização e dinamização do património rural. Para além de propor definição de limites concretos (colocando-se a hipótese alternativa do alargamento do PN da Serra da Estrela), esta APP deverá apostar no potencial do mel (abundância de urzes) e no potencial paisagístico e florístico, assim como no pagamento de serviços de ecossistemas, por exemplo créditos de carbono, abrindo oportunidades de investimento para a região. Pretende-se com esta área, aliar a conservação das espécies e habitats locais e a preservação do património natural e construído, com a criação de novas oportunidades para as atividades económicas, de recreio e lazer em harmonia com os valores naturais e culturais salvaguardados, através de parcerias público-privadas orientadas pelas premissas do desenvolvimento sustentável. Propõe-se que a APP seja de gestão pública ou comunitária (maior percentagem de área possível, sobretudo em terrenos sem aptidão agroflorestal).</p>	
ÁREA e %PRGP	-	
ESTIMATIVA DE CUSTOS	60 000€	
ENTIDADE PROMOTORA	Município;	
PARCEIROS	ICNF, Proprietários agrícolas e florestais; Junta de Freguesia; Organizações de produtores agrícolas e florestais; Entidades gestoras de ZIF e AIGP; Instituições de Ensino; Empresas, DGPC, CIM-RC	
PUBLICO ALVO	-	
PRIORIDADE	<input type="checkbox"/> Ação prioritária <input checked="" type="checkbox"/> Ação complementar	
FINANCIAMENTO	PRR: C08 – Floresta;	

Nota: + diretamente; + indiretamente

AÇÃO C05	Plano de rede de ecovias do Alva-Mondego	
TIPOLOGIA	<input checked="" type="checkbox"/> Plano <input type="checkbox"/> Programa <input type="checkbox"/> Estudo <input type="checkbox"/> Projeto <input type="checkbox"/> Operação	
CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DO PRGP-AM	+ Promover atividades agrícolas, agropastoris e pastagens naturais + Promover o ordenamento e multifuncionalidade da floresta + Promover a valorização do capital natural e cultural + Promover uma nova economia para os territórios	
DESCRIÇÃO	Documento estratégico orientado para a promoção da mobilidade pedonal e de um uso mais intensivo da bicicleta, conjugando o potencial dos valores paisagísticos do território com as atividades de recreio, lazer e saúde física. Este programa assenta na criação de uma rede de caminhos pedestres e cicláveis que ateste a atratividade e procura de espaços naturais e uma distintos pontos de interesse patrimonial. O seu desenvolvimento uma aproximação à natureza e consciencialização da sua envolvência imediata, contribuindo não só para a manutenção e estabilidade dos sistemas naturais e rurais, mas também para a sua valorização, numa ótica de usufruto sustentável do território. Esta rede de percursos encoraja as atividades ao ar livre e um turismo mais ativo, promovendo a saúde e o bem-estar. Valoriza os espaços envolventes e gera atratividade adicional.	
ÁREA e %PRGP	-	
ESTIMATIVA DE CUSTOS	30 000€	
ENTIDADE PROMOTORA	Municípios;	
PARCEIROS	CIM-RC; Instituições de Ensino; Empresas; ICNF	
PUBLICO ALVO	-	
PRIORIDADE	<input type="checkbox"/> Ação prioritária <input checked="" type="checkbox"/> Ação complementar	
FINANCIAMENTO	PRR: C07- Infraestruturas; C15 – Mobilidade sustentável PT2030: Sustentável 2030	

Nota: + diretamente; + indiretamente

AÇÃO C06	Plano de desenvolvimento turístico do Planalto Alva-Mondego	
TIPOLOGIA	<input checked="" type="checkbox"/> Plano <input type="checkbox"/> Programa <input type="checkbox"/> Estudo <input type="checkbox"/> Projeto <input type="checkbox"/> Operação	
CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DO PRGP-AM	+ Promover atividades agrícolas, agropastoris e pastagens naturais + Promover o ordenamento e multifuncionalidade da floresta + Promover a valorização do capital natural e cultural + Promover uma nova economia para os territórios	
DESCRIÇÃO	Documento estratégico orientado para o desenvolvimento sustentável e integrado do turismo, bem como a sua promoção no contexto regional, nacional e internacional. Trata-se de um instrumento que tem o objetivo de afirmar este território como um dos destinos de excelência para a prática de um turismo sustentável, comungando da proximidade ao Parque Natural da Serra da Estrela e do valor patrimonial e paisagístico do rio Alva e rio Mondego, através da divulgação e promoção nacional e internacional das potencialidades turísticas. Pretende-se acompanhar a visão da Estratégia Nacional e da Região de Turismo do Centro, reforçando os vários produtos turísticos que o território oferece, conjurando-os com novos mercados, novas oportunidades e novas iniciativas que assentam na qualificação e valorização do património natural e cultural existente.	
ÁREA e %PRGP	-	
ESTIMATIVA DE CUSTOS	50 000€	
ENTIDADE PROMOTORA	Municípios;	
PARCEIROS	CIM-RC; Turismo do Centro; Empresas; Associações locais	
PUBLICO ALVO	-	
PRIORIDADE	<input type="checkbox"/> Ação prioritária <input checked="" type="checkbox"/> Ação complementar	
FINANCIAMENTO	PRR: C4 - Cultura	

Nota: + diretamente; + indiretamente

AÇÃO C07	Plano para infraestruturização rural do Planalto Alva-Mondego	
TIPOLOGIA	<input checked="" type="checkbox"/> Plano <input type="checkbox"/> Programa <input type="checkbox"/> Estudo <input type="checkbox"/> Projeto <input type="checkbox"/> Operação	
CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DO PRGP-AM	+ Promover atividades agrícolas, agropastoris e pastagens naturais + Promover o ordenamento e multifuncionalidade da floresta + Promover a valorização do capital natural e cultural + Promover uma nova economia para os territórios	
DESCRIÇÃO	Documento estratégico orientado para o desenvolvimento de infraestruturas rurais , com o objetivo de melhorar a capacidade produtiva da região, apoiando a estabilização das economias locais. Pretende desenvolver a rede viária rural agrícola e florestal (orientando a necessária estruturação, gestão e manutenção), determinantes para acesso às propriedades; a definição de uma rede de equipamentos e serviços comunitários e interfreguesias, bem como as infraestruturas de rega para fomento da atividade agropecuária, entre outras, nomeadamente associadas à energia e eletrificação e ao apoio do turismo de natureza. Fomentando a criação de um quadro de governança, bem como a descentralização de competências, recursos e meios de gestão, das infraestruturas de âmbito local, para as Juntas de Freguesia e associações locais	
ÁREA e %PRGP	-	
ESTIMATIVA DE CUSTOS	55 000€	
ENTIDADE PROMOTORA	Municípios;	
PARCEIROS	CIM-RC; Juntas de Freguesia; Associações locais; Organizações empresariais, Proprietários;	
PUBLICO ALVO	-	
PRIORIDADE	<input type="checkbox"/> Ação prioritária <input checked="" type="checkbox"/> Ação complementar	
FINANCIAMENTO	PRR: C7 – Infraestruturas; C8 – Florestas; C12 – Bioeconomia sustentável; C13 – Eficiência Energética	

Nota: + diretamente; + indiretamente

AÇÃO C08	Estudo de desenvolvimento para a valorização da Fileira do Leite e do Queijo	
TIPOLOGIA	<input type="checkbox"/> Plano <input type="checkbox"/> Programa <input checked="" type="checkbox"/> Estudo <input type="checkbox"/> Projeto <input type="checkbox"/> Operação	
CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DO PRGP-AM	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Promover atividades agrícolas, agropastoris e pastagens naturais + Promover o ordenamento e multifuncionalidade da floresta + Promover a valorização do capital natural e cultural ✚ Promover uma nova economia para os territórios 	
DESCRIÇÃO	Documento para o desenvolvimento estratégico e valorização da fileira do leite e do queijo Serra da Estrela, produtos da pastorícia tradicional deste território do PRGP-AM. Este estudo visa trabalhar na autenticidade e valorização da fileira da produção de queijo até à sua comercialização, e subprodutos, com o objetivo de impulsionar a gestão integrada deste setor, essencial para a economia local da região	
ÁREA e %PRGP	-	
ESTIMATIVA DE CUSTOS	30 000€	
ENTIDADE PROMOTORA	Municípios;	
PARCEIROS	Organizações empresariais, Proprietários; Associações locais;	
PUBLICO ALVO	Produtores e Comerciantes locais	
PRIORIDADE	<input type="checkbox"/> Ação prioritária <input checked="" type="checkbox"/> Ação complementar	
FINANCIAMENTO	PRR: C4 – Cultura PEPAC 23-27: Eixo B – Abordagem setorial integrada	

Nota: ✚ diretamente; + indiretamente

AÇÃO C09	Estudo de desenvolvimento para a valorização da Fileira da Pera Passa	
TIPOLOGIA	<input type="checkbox"/> Plano <input type="checkbox"/> Programa <input checked="" type="checkbox"/> Estudo <input type="checkbox"/> Projeto <input type="checkbox"/> Operação	
CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DO PRGP-AM	+ Promover atividades agrícolas, agropastoris e pastagens naturais + Promover o ordenamento e multifuncionalidade da floresta + Promover a valorização do capital natural e cultural + Promover uma nova economia para os territórios	
DESCRIÇÃO	Documento para o desenvolvimento estratégico e valorização da Pera Passa, um produto agroalimentar tradicional da região da Beira Alta que tem uma forte presença no território do PRGP-AM. Sugere-se que este estudo possa servir de base para a criação de uma Denominação de Origem Protegida.	
ÁREA e %PRGP	-	
ESTIMATIVA DE CUSTOS	30 000€	
ENTIDADE PROMOTORA	Municípios;	
PARCEIROS	Organizações empresariais, Proprietários; Associações locais;	
PUBLICO ALVO	Produtores e Comerciantes locais	
PRIORIDADE	<input type="checkbox"/> Ação prioritária <input checked="" type="checkbox"/> Ação complementar	
FINANCIAMENTO	PRR: C4 – Cultura PEPAC 23-27: Eixo B – Abordagem setorial integrada	

Nota: + diretamente; + indiretamente

AÇÃO C10	Agenda para a economia circular do Planalto Alva-Mondego	
TIPOLOGIA	<input type="checkbox"/> Plano <input type="checkbox"/> Programa <input type="checkbox"/> Estudo <input checked="" type="checkbox"/> Projeto <input type="checkbox"/> Operação	
CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DO PRGP-AM	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Promover atividades agrícolas, agropastoris e pastagens naturais ✚ Promover o ordenamento e multifuncionalidade da floresta + Promover a valorização do capital natural e cultural ✚ Promover uma nova economia para os territórios 	
DESCRIÇÃO	<p>Documento estratégico com vista à identificação de oportunidades de aceleração e transição para a utilização mais eficiente e sustentável dos recursos neste território do PRGP-AM. Pretende-se com este instrumento conciliar estratégias de conjunto com todos os atores da sub-região e com os parceiros mais relevantes para o cumprimento da visão e objetivos estratégicos, através da formação de redes colaborativas para a implementação de ações ou iniciativas conjuntas e mecanismos de investimento coordenado. Uma das ações consideradas mais importantes será a previsão de parques de biorresíduos oriundos da agricultura e das florestas em todas as freguesias, sobretudo das UGP1, UGP2 e UGP3, como forma de valorização de recursos e de condicionamento à queima destes resíduos.</p>	
ÁREA e %PRGP	-	
ESTIMATIVA DE CUSTOS	30 000€	
ENTIDADE PROMOTORA	Municípios;	
PARCEIROS	CIM-RC; Juntas de Freguesia; Instituições de ensino; Organizações empresariais, Associações locais;	
PUBLICO ALVO	-	
PRIORIDADE	<input type="checkbox"/> Ação prioritária <input checked="" type="checkbox"/> Ação complementar	
FINANCIAMENTO	PRR: C12 – Bioeconomia sustentável;	

Nota: ✚ diretamente; + indiretamente

AÇÃO C11	Plano de aproveitamento sustentável dos recursos energéticos	
TIPOLOGIA	<input checked="" type="checkbox"/> Plano <input type="checkbox"/> Programa <input type="checkbox"/> Estudo <input type="checkbox"/> Projeto <input type="checkbox"/> Operação	
CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DO PRGP-AM	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Promover atividades agrícolas, agropastoris e pastagens naturais ✚ Promover o ordenamento e multifuncionalidade da floresta + Promover a valorização do capital natural e cultural ✚ Promover uma nova economia para os territórios 	
DESCRIÇÃO	<p>Documento estratégico comprometido com desenvolvimento sustentável dos recursos energéticos e a consequente geração de riqueza e qualidade de vida da população. Assume que a importância da eficiência energética, utilização de energias renováveis (biomassa, solar e eólico) e o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia são vetores de desenvolvimento local, de promoção de saúde e bem-estar, que impulsionam a inovação e o conhecimento, facilitam o acesso à água e colaboram para a mitigação contra os efeitos nocivos da mudança global do clima. Orienta-se por medidas alinhadas com a redução das emissões de gases com efeito de estufa, aumento da quota-parte das energias renováveis, melhoria da eficiência energética e reforço da capacidade das interligações energéticas - aumentando assim gradualmente o nível de ambição no âmbito do Acordo de Paris -, promovendo o correto planeamento e desenvolvimento de uma economia circular, resiliente, competitiva e de baixo carbono.</p>	
ÁREA e %PRGP	-	
ESTIMATIVA DE CUSTOS	35 000€	
ENTIDADE PROMOTORA	Municípios;	
PARCEIROS	CIM-RC; Juntas de Freguesia; Instituições de ensino; Organizações empresariais, Associações locais;	
PUBLICO ALVO	-	
PRIORIDADE	<input type="checkbox"/> Ação prioritária <input checked="" type="checkbox"/> Ação complementar	
FINANCIAMENTO	PRR: C11 – Descarbonização da indústria, C12 – Bioeconomia sustentável; C13 – Eficiência energética; C14 – Hidrogénio e Renováveis;	

Nota: ✚ diretamente; + indiretamente

9.1.5. PROGRAMA DE EXECUÇÃO

O horizonte temporal definido para programa de execução do PRGP-AM é de 10 anos, entre 2024 e 2033, considerando-se que neste prazo as ações prioritárias e intervenções estruturantes ao cumprimento dos objetivos do programa devem ser executadas.

Tendo em consideração os valores de investimento considerados para a execução dos projetos e ações, incluindo também manutenção de investimentos e remuneração dos serviços dos ecossistemas (MRSE), apresenta-se no quadro seguinte o programa de execução previsto para o período temporal referido.

Quadro 13 – Programa de execução

Ações Prioritárias e complementares		area / und.	INV	MRSE	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
P01: Faixas de gestão de combustível da Rede Primária	INV	423,27	376 712,21 €	-	125 570,74 €	125 570,74 €	125 570,74 €	-	-	-	-	-	-	-
P02: Interface de Áreas Edificadas	INV	9919,82	3 967 928,00 €	-	1 322 642,67 €	1 322 642,67 €	1 322 642,67 €	-	-	-	-	-	-	-
P03: Execução de ações de restauro das galerias ripícolas	INV Plantação	163,45	899 804,77 €	-	299 934,92 €	299 934,92 €	299 934,92 €	-	-	-	-	-	-	-
	INV Manutenção		98 071,36 €	-	32 690,45 €	32 690,45 €	32 690,45 €	-	-	-	-	-	-	-
	MRSE		-	68 649,95 €	-	2 059,50 €	4 119,00 €	8 924,49 €	8 924,49 €	8 924,49 €	8 924,49 €	8 924,49 €	8 924,49 €	8 924,49 €
P04: Execução de ações de valorização das galerias ripícolas	INV Valorização	69,59	259 932,35 €	-	86 644,12 €	86 644,12 €	86 644,12 €	-	-	-	-	-	-	-
	INV Manutenção		41 756,20 €	-	13 918,73 €	13 918,73 €	13 918,73 €	-	-	-	-	-	-	-
	MRSE		-	29 229,34 €	-	876,88 €	1 753,76 €	3 799,81 €	3 799,81 €	3 799,81 €	3 799,81 €	3 799,81 €	3 799,81 €	3 799,81 €
P05: Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (3 AIGP)	INV Projeto	2126,38	105 000,00 €	-	105 000,00 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	INV floresta	1063,19	1 063 190,00 €	-	-	531 595,00 €	531 595,00 €	-	-	-	-	-	-	-
	INV agrícola		1 594 785,00 €	-	-	797 392,50 €	797 392,50 €	-	-	-	-	-	-	-
P06: Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível	INV	2494,03	1 995 220,55 €	-	665 073,52 €	665 073,52 €	665 073,52 €	-	-	-	-	-	-	-
	MRSE	-	-	1 047 490,79 €	-	31 424,72 €	62 849,45 €	136 173,80 €	136 173,80 €	136 173,80 €	136 173,80 €	136 173,80 €	136 173,80 €	136 173,80 €
P08: Mosaicos agro-silvopastoril	INV	3805,31	4 756 637,50 €	-	1 585 545,83 €	1 585 545,83 €	1 585 545,83 €	-	-	-	-	-	-	-
	MRSE	-	-	1 598 230,20 €	-	47 946,91 €	95 893,81 €	207 769,93 €	207 769,93 €	207 769,93 €	207 769,93 €	207 769,93 €	207 769,93 €	207 769,93 €
P08: Macrossistemas específicos da paisagem	INV	3249,30	4061625,00 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	MRSE	-	-	1 364 706,00 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C01: Projeto de valorização dos rios Alva e Mondego e suas galerias ripícolas	INV	1,00	75 000,00 €	-	75 000,00 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C02: Plano de desenvolvimento rural integrado do Alva-Mondego	INV	1,00	65 000,00 €	-	65 000,00 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C03: Agência de desenvolvimento e empreendedorismo rural Alva-Mondego	INV	1,00	100 000,00 €	-	100 000,00 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C04: Estudo para a criação de uma "Área de Paisagem Protegida" de Alvoco – Açor	INV	1,00	60 000,00 €	-	60 000,00 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C05: Programa de rede de ecovias do Alva-Mondego	INV	1,00	30 000,00 €	-	-	30 000,00 €	-	-	-	-	-	-	-	-
C06: Plano de desenvolvimento turístico do Planalto Alva-Mondego	INV	1,00	50 000,00 €	-	-	50 000,00 €	-	-	-	-	-	-	-	-
C07: Plano para Infraestruturação rural do Planalto Alva-Mondego	INV	1,00	55 000,00 €	-	55 000,00 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C08: Estudo de desenvolvimento para a valorização da Fileira do Leite e do Queijo	INV	1,00	30 000,00 €	-	-	30 000,00 €	-	-	-	-	-	-	-	-
C09: Estudo de desenvolvimento para a valorização da Fileira da Pêra Passa	INV	1,00	30 000,00 €	-	-	30 000,00 €	-	-	-	-	-	-	-	-
C10: Agenda para a economia circular do Planalto Alva-Mondego	INV	1,00	30 000,00 €	-	-	30 000,00 €	-	-	-	-	-	-	-	-
C11: Plano de aproveitamento sustentável dos recursos energéticos	INV	1,00	35 000,00 €	-	-	35 000,00 €	-	-	-	-	-	-	-	-

AÇÕES PRIORITÁRIAS TOTAL **19 220 662,95 €** **4 108 306,29 €**
 AÇÕES COMPLEMENTARES TOTAL 560 000,00 €

NOTA: INV: Investimento; MRSE: Manutenção de investimentos e remuneração dos serviços dos ecossistemas

Os investimentos são repartidos igualmente por 3 anos. O Pagamento dos serviços de ecossistemas inicia-se no ano após o 1º investimento.

9.2. FONTES DE FINANCIAMENTO

As ações, medidas e projetos a desenvolver no âmbito do PRGP-AM têm na sua promoção diversos agentes, com âmbitos de atuação distintos, aos quais cabem, naturalmente, fontes de financiamento também distintas. Esse modelo de financiamento, em consonância com o enquadramento que lhe assiste, deve reger-se por um princípio de sustentabilidade da transformação preconizada, ou seja, garantir que as operações a realizar assentem um modelo financeiramente equilibrado e que, de facto, contribua para a valorização do contexto rural a intervir.

Com o objetivo de sustentar as propostas apresentadas anteriormente para o PRGP-AM, impõe-se a necessidade de identificação dos instrumentos financeiros existentes e passíveis de serem mobilizados, das tipologias de apoio para a remuneração dos serviços de ecossistemas, assim como dos benefícios e incentivos fiscais para os proprietários rurais, e as penalizações via arrendamento forçado/coercivo em cenários de inércia dos proprietários que não avançam a reconversão dos seus terrenos.

9.2.1. FINANCIAMENTO

Não obstante a adaptação do Programa de Transformação da Paisagem (PTP) ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), na Resolução do Conselho de Ministros nº 2/2022, de 7 de janeiro, no atual período de programação comunitária, o financiamento do PTP, incluindo do PRGP-AM, AIGP entre outros instrumentos envolve, no atual período de programação comunitária, a canalização de recursos financeiros provenientes de diferentes fontes de financiamento. Esta modalidade destaca-se como elemento diferenciador para impulsionar a iniciativa e investimento das entidades locais e dos proprietários rurais, uma vez que permite conjugar para a mesma área sujeita a apoio fontes de financiamento distintas, como o Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), designadamente o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o Plano Estratégico da PAC (PEPAC) e Fundo Ambiental (FA) e Portugal 2030 (PT2030). Porém, sem prejuízo para outros instrumentos e mecanismos de incentivo que existem atualmente, sendo o PRGP instrumento de programação de médio e longo prazo, não só ao nível das ações mas também dos seus objetivos e resultados, constata-se existir um caráter dinâmico desta exposição, com a possibilidade de ajustamentos e progressos no que diz respeito aos meios e instrumentos aplicáveis, nomeadamente no que concerne ao novo quadro comunitário de apoio e ao nível da disponibilização de futuros incentivos financeiros e fiscais que se venham a desenhar.

Estas fontes serão assim mobilizadas para os apoios aos investimentos, à manutenção e gestão e à remuneração dos serviços dos ecossistemas, de acordo com os modelos de gestão, as tipologias das operações e a dotação orçamental definidos no âmbito dos procedimentos de apoio financeiro previstos na lei. Por exemplo, as operações passam a poder beneficiar de apoios ao investimento por via do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020/ PEPAC 23.27) ou dos programas que lhe venham a suceder, e de apoios à manutenção, por via do Fundo Ambiental, desde que enquadrados com as normas dos respetivos avisos.

Complementar às fontes referidas, há ainda a hipótese de mobilização de outras fontes de financiamento com origem em fundos da União Europeia, quer para investimentos iniciais de operações, quer para manutenção e gestão, bem como como remuneração dos serviços dos ecossistemas. Desses Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) que são geridos pela Comissão Europeia e pelos países da EU, destacam-se o Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), Fundo de Coesão (FC) e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

No que concerne ao atual quadro comunitário em conclusão – Portugal 2020 – destacam-se também os seguintes instrumentos financeiros disponíveis (condicionados pelo devido enquadramento com as normas dos respetivos avisos): o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) e PEPAC 23.27 e o Programa Operacional Regional do Centro (CENTRO 2020). No entanto, com a entrada em vigor no novo quadro comunitário de apoio - Portugal 2030 – sucedem-se outros programas, idênticos aos anteriores e onde o tema da adaptação às alterações climáticas, sustentabilidade dos territórios, uso eficiente dos recursos e a gestão dos riscos naturais continuam a merecer destaque e a representar prioridade de atuação e financiamento. Destacam-se o Programa Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade, assim como o Programa LIFE 2021-2027.

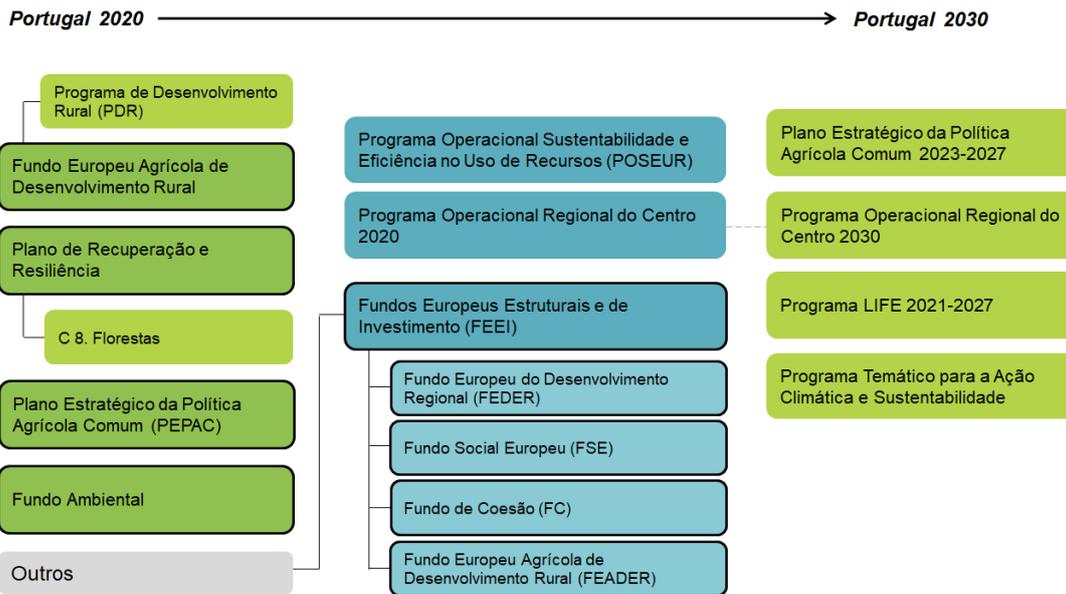


Figura 23 – Síntese das fontes de financiamento

Dos instrumentos da política agrícola comum, da política de coesão, o **PDR 2020** (futuro PEPAC 23.27) é o instrumento financeiro que, através do FEADER, apoia o setor agroflorestal e o desenvolvimento rural em Portugal continental. Tem como objetivo contribuir para o crescimento sustentável do setor agroflorestal em todo o território nacional, concentrando apoios na produção de bens transacionáveis, dirigindo o financiamento a agentes envolvidos na criação de valor a partir das atividades agrícolas e florestais.

Quadro 14 – PDR2020, síntese das características

Objetivo	Apoiar o crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura, a promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos, bem como a criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural;
Beneficiários	Instituições públicas e privadas
Ações financiadas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inovação e conhecimento 2. Competitividade e organização da produção <ol style="list-style-type: none"> 2.1 Valorização da produção agrícola 2.2 Valorização dos recursos florestais 2.3 Organização da produção 2.4 Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo 3. Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima <ol style="list-style-type: none"> 3.1 Agricultura e recursos naturais 3.2 Proteção e reabilitação de povoamentos florestais 3.3 Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavoráveis 4. Desenvolvimento local

Fonte: Adaptado de <http://www.pdr-2020.pt/>

O **PEPAC (2023-2027)** integra as medidas de apoio para se alcançarem os objetivos específicos da UE para a Política Agrícola Comum (PAC). Materializa os instrumentos da PAC financiados pela UE através de pagamentos diretos, de medidas setoriais das frutas e hortícolas, da vinha e da apicultura e de instrumentos de desenvolvimento rural.



Figura 24 – Objetivos da PAC 2023-2027

Quadro 15 – PEPAC, síntese das características

Objetivo transversal	Modernização do setor através da promoção e da partilha de conhecimentos, inovação e da digitalização da agricultura e das zonas rurais e dos incentivos à adoção de medidas para o efeito
Prioridades	<ul style="list-style-type: none"> Atividade produtiva suportada no princípio de uma "gestão ativa" do território Solo como principal ativo dos agricultores e produtores florestais e associado ao uso dos restantes recursos naturais Sustentabilidade económica, social e ambiental permitindo assegurar a resiliência e a vitalidade das zonas rurais Desenvolvimento do setor baseado no conhecimento
Eixos de intervenção	<p>A. Rendimento e Sustentabilidade</p> <p>A1. Rendimento e resiliência</p> <p>A2. Equidade</p> <p>A3. Sustentabilidade</p> <p>B. Abordagem Setorial integrada</p> <p>B1. Frutas e produtos hortícolas</p> <p>B2. Apicultura</p> <p>B3. Vitivinicultura</p> <p>C. Desenvolvimento rural</p> <p>C1. Gestão ambiental e climática</p> <p>C2. Investimento e rejuvenescimento</p> <p>C3. Sustentabilidade das zonas rurais</p> <p>D. Abordagem territorial integrada</p> <p>D1. Desenvolvimento local de base comunitária</p> <p>D2. Áreas sensíveis</p> <p>D3. Regadios coletivos sustentáveis</p>

Esta política pretende dar prioridade às pequenas e médias explorações agrícolas e encorajar os jovens agricultores a ingressar na atividade agrícola, focalizando os apoios ao rendimento. Reconhece que os agricultores desempenham um papel fundamental no combate às alterações climáticas, na proteção do ambiente e na preservação das paisagens e da biodiversidade, por isso preconiza a preservação de solos ricos em carbono através da proteção de zonas húmidas e turfeiras; a utilização de instrumento de gestão de nutrientes para melhorar a qualidade da água, reduzir os níveis de amoníaco e de óxido nitroso; e a rotação de culturas em vez da sua diversificação. Reconhece também que agricultores estão no centro das comunidades rurais e determinantes no fornecimento de bens públicos vitais pelo que pretende apoiar as novas gerações de agricultores a ingressar na atividade agrícola, através da tutoria de jovens agricultores por agricultores mais experientes, melhorando a transferência de conhecimentos; melhorar o acesso dos jovens agricultores à terra; e estabelecer requisitos de segurança alimentar e de qualidade mais rigorosos para os agricultores.

O **Fundo Ambiental**, que veio extinguir um conjunto de outros fundos, tem natureza de património autónomo, gozando de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e personalidade judiciária. Embora se aguarde nova programação, este fundo poderá ser importante para a mobilização e apoios à manutenção das operações preconizadas.

Quadro 16 – FA, síntese das características

Objetivo	Apoiar políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos relativos à adaptação às alterações climáticas, recursos hídricos, resíduos e à conservação da natureza e biodiversidade.
Beneficiários	Instituições públicas e privadas
Ações financiadas	<ol style="list-style-type: none">1. Mitigação das alterações climáticas2. Adaptação às alterações climáticas3. Cooperação na área das alterações climáticas4. Sequestro de carbono5. Recurso ao mercado de carbono6. Uso eficiente da água e proteção dos recursos hídricos7. Prevenção e reparação de danos ambientais8. Cumprimento de objetivos e metas de gestão de resíduos urbanos9. Transição para uma economia circular10. Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade

O **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)**, programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, que visa implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, consagra na sua componente C8, 615 milhões de euros (M€) a investimentos na área da floresta, subordinados à aposta de “Desenvolver uma resposta estrutural na prevenção e combate de incêndios rurais

com impacto ao nível da resiliência, sustentabilidade e coesão territorial”. Deste bolo financeiro, destacam-se cinco principais áreas de investimento com importância para o PRGP, cuja tabela seguintes sintetiza:

Objetivos	Promotores	Metas
<p>Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis (270 M€)</p> <p>Aumentar a resiliência dos territórios vulneráveis face aos riscos associados às alterações climáticas, em particular aos incêndios rurais e à perda da biodiversidade, através de medidas que promovam uma mudança estrutural nos modelos de ocupação e gestão dos solos, que favoreçam a adaptação do coberto vegetal às novas condições climáticas, que apoiem o restauro dos ecossistemas, que assegurem uma acumulação de longo prazo de carbono atmosférico e que, simultaneamente, promovam o crescimento sustentável e a valorização do capital natural desses territórios, fomentando novas economias e a coesão territorial, contrariando a perda de população.</p>		
<p>Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)</p>	<p>Administração Central</p>	<p>Elaborar 19</p>
<p>Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)</p> <p>Sujeita determinada área com fatores críticos de perigosidade de incêndio e vulnerabilidades a um conjunto articulado e integrado de intervenções, tendo por base uma Operação Integrada de Gestão da Paisagem (OIGP)</p>	<p>Autarquias, organizações de produtores florestais e agrícolas, cooperativas, associações locais, entidades de gestão coletiva, entre outras</p>	<p>Constituir 60</p>
<p>Condomínio de Aldeia</p> <p>Programa Integrado de Apoio às Aldeias localizadas em territórios florestais – visa atuar na envolvente às áreas edificadas e aglomerados rurais, promovendo a reconversão de áreas de matos e floresta em redor dos aglomerados populacionais mais vulneráveis ou críticos em áreas destinadas a outros usos (agrícola, silvopastoril), garantindo comunidades mais resistentes, resilientes e seguras.</p>	<p>Proprietários</p>	<p>Apoiar 800 aldeias</p>
<p>Programa “Emparcelar para Ordenar”</p> <p>Visa fomentar o aumento da dimensão física dos prédios rústicos em contexto de minifúndio e, assim, aumentar a viabilidade e a sustentabilidade económica, social e ambiental.</p>	<p>Proprietários de prédios rústicos e investidores privados</p>	<p>-</p>
<p>Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (86M€)</p> <p>Pretende-se dotar o País de conhecimento atualizado e detalhado do território, quer a nível cadastral, com identificação dos proprietários da terra e dos limites e caracterização da propriedade, quer de cartografia de referência, sobre a qual possam assentar os diversos processos de planeamento de âmbito nacional, regional e local.</p>		
<p>Operacionalizar o BUPI</p> <p>Plataforma única de relacionamento com o cidadão e empresas e destes com a Administração Pública e o sistema de cadastro simplificado assente nos três pilares de promoção do registo da propriedade, de aquisição expedita de dados relativos à geometria dos prédios e de harmonização da</p>	<p>Administração Pública</p>	

informação tributária.

Operacionalizar o Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo (SMOS)

Obter produtos cartográficos de referência, no sentido de inovar nos processos de angariação e exploração de dados e de informação e de alimentar um sistema dinâmico que permita o conhecimento atempado das dinâmicas de aproveitamento do solo e das práticas agrícolas e silvícolas relevantes para a gestão integrada dos incêndios rurais e para a política de transformação da paisagem nos territórios vulneráveis de floresta

Administração Pública

Faixas de gestão de combustível - rede primária (120 M€)

Caracterização da rede primária estruturante, onde se inclui a cartografia e avaliação do uso e ocupação do solo dos terrenos incluídos na rede primária estruturante de faixas de gestão de combustível

Administração Pública

Funcionamento de uma **estrutura dedicada à avaliação e implementação de servidões administrativas nos terrenos rurais privados e comunitários ocupados pelas Faixas de Interrupção de Combustível (FIC)** da rede primária estruturante de faixas de gestão de combustível, através da prévia identificação de proprietários, avaliação e cálculo de indemnizações e restantes elementos conducentes à declaração de utilidade pública, bem como para as fases subsequentes de notificação aos titulares dos terrenos abrangidos, celebração de acordos e pagamento das respetivas indemnizações

Promoção na plataforma BUPi do procedimento de representação gráfica georreferenciada dos prédios rústicos incluídos na constituição da servidão administrativa com vista a viabilizar os subsequentes procedimentos especiais de registo

Meios de prevenção e combate a incêndios rurais (89 M€)

Pretende-se igualmente investir no *reforço dos meios* do Estado para a prevenção e combate a incêndios rurais

Administração Pública

Aquisição de vários meios e equipamentos aéreos e terrestres

Programa MAIS Floresta (50 M€)

Pretende-se investir na realização de **ações de informação e sensibilização para a prevenção** de comportamentos de risco da população, de programas de autoproteção de pessoas e infraestruturas (alargamento dos programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”) e, simultaneamente, aumentar a capacidade da resposta operacional com a aquisição de veículos de combate a incêndios, de equipamentos de proteção individual

Administração Pública

Ações de informação e sensibilização

e restante equipamento operacional de combate a incêndios rurais, e o reforço da qualificação dos operacionais que intervêm no combate aos incêndios rurais

O **Programa LIFE 2021-2027**, instrumento financeiro para o ambiente e a ação climática, foi estabelecido pelo Regulamento (UE) 2021/783 do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de abril de 2021, com vista a contribuir para a transição para uma economia sustentável, circular, energeticamente eficiente, baseada nas energias renováveis, neutra para o clima e resiliente. O enquadramento financeiro para a execução do Programa LIFE para o período de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2027 é de 5432M€

Quadro 17 – LIFE, síntese das características

Objetivos	Contribuir para a transição para uma economia sustentável, circular, energeticamente eficiente, baseada nas energias renováveis, neutra para o clima e resiliente, a fim de proteger, restabelecer e melhorar a qualidade do ambiente, incluindo o ar, água e solos, e travar e inverter a perda da biodiversidade e lutar contra a degradação dos ecossistemas, inclusive através do apoio à implementação e à gestão da rede Natura 2000, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável.
Eixos de intervenção	Domínio do "Ambiente" subprograma "Natureza e biodiversidade" subprograma "Economia circular e qualidade de vida" Domínio da "Ação Climática" subprograma "Mitigação e Adaptação às alterações climáticas" subprograma "Transição para energias limpas"

9.2.2. BENEFÍCIOS E INCENTIVOS AOS PROPRIETÁRIOS

A perceção do risco de investimento e de gestão associado ao setor florestal é crítica, sobretudo porque este setor se desenvolveu principalmente com base na atividade privada e o seu futuro (caso não se venha a verificar uma mudança estrutural neste domínio) continuará a basear-se na iniciativa privada. Veja-se como Portugal é um dos países europeus com maior percentagem de floresta privada (84,2% de propriedades privadas e 13,8% em terrenos comunitários)³ na sua grande maioria pertencente a pequenos proprietários. Todavia, enquanto os riscos de investimento associados continuarem elevados, será difícil continuar a assegurar o interesse dos privados nas propriedades rurais. Isto significa que é determinante garantir a

³ URL: [Florestas.pt](https://www.florestas.pt)

diminuição dos riscos (reais e percebidos) associados à floresta, por forma a manter os altos valores económicos e assegurar a sua competitividade e sustentabilidade.

Estes riscos estão associados, quer ao contexto e panorama atual das preocupações com as mudanças dos ecossistemas, sejam as alterações climáticas, incêndios, praga e doenças, mercados, despovoamento rural, quadro institucional e legal, etc., quer também às políticas florestais menos adequadas de multiplicidade de instrumentos legais e regulamentares, figuras de planeamento, organizações intervenientes, instrumentos de apoio financeiro de grande complexidade.

Em virtude dos múltiplos desafios que se colocam aos territórios de floresta e de minifúndio, reconhece-se que a obtenção de escala é um dos fatores determinantes para o sucesso das ações de gestão e de ordenamento destes contextos rurais com uma estrutura de propriedade bastante fragmentada (como áreas reduzidas de escasso valor económico) e detidas maioritariamente por proprietários privados, muitos deles envelhecidos ou herdeiros residentes fora da região. Este perfil da estrutura fundiária, em conjunto com os desincentivos motivados pela elevada perigosidade de incêndio e baixas rentabilidades que resultam também do pouco investimento por parte dos proprietários, acabam por contribuir para o bloqueio ao desenvolvimento de melhores soluções, sobretudo coletivas.

Por isso, o PTP prevê o lançamento de “medidas de estímulo ao investimento privado, incluindo o Plano de Poupança Florestal, os Vistos Green para a Floresta e a contribuição especial para a conservação dos recursos florestais”, e que representam uma alternativa de alavancagem deste território do PRGP-AM. Também o “Programa Emparcelar para Ordenar” possibilita a atribuição de subsídios e acesso a linhas de crédito bonificado com vista à aquisição de terrenos com o objetivo de aumentar a dimensão física dos prédios rústicos. Como referido, este ganho de escala permitirá aumentar a viabilidade económica das explorações, agilizar o ordenamento rural e a gestão destas propriedades e, consequentemente a resiliência deste território.

Embora sejam escassos os exemplos da sua aplicabilidade, é certo que o quadro de incentivos que está em construção e os benefícios fiscais ponderados, nomeadamente em sede de IVA, IRS e IRC, são de extrema importância para os atores locais ligados aos setores agrícola e florestal. Também as bonificações, desagravamentos fiscais ou transferências financeiras, são consideradas como auxílios importantes do Estado, no entanto devem implicar uma avaliação rigorosa por parte da Comissão Europeia sob pena de constituírem violações penosas para o correto funcionamento do mercado e concorrência. Todavia, se os auxílios forem ambientais para fomentar ações favoráveis à conservação da natureza, a sua admissibilidade é compatível.

SISTEMA DE INCENTIVOS

O Pedido Único (PU) consiste no pedido de pagamento direto das ajudas que integram os regimes sujeitos ao Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC), previsto na regulamentação comunitária.

O Pedido Único abrange os seguintes apoios:

Raças autóctones: Manutenção de raças autóctones

Elegibilidade: Os beneficiários da intervenção prevista na presente secção devem candidatar um efetivo pecuário que reúna cumulativamente as seguintes condições:

- Seja constituído, pelo menos, por uma fêmea reprodutora explorada em linha pura, ou por um macho reprodutor, das espécies bovina, ovina, caprina, suína, equídea ou avícola;
- Pertença a uma das raças autóctones classificadas como em risco de erosão genética, constante no anexo XV da Portaria n.º 54-C/2023, de 27 de fevereiro;
- Esteja registado no respetivo livro genealógico.

Raças autóctones e classificação quanto ao grau de ameaça:

- Espécie Bovina
- Cachena - Em Risco
- Espécie Ovina
- Serra da Estrela- Em Risco

Montante/Nível de Apoio: Nível de ameaça em risco – 160 €/CN.

Mosaico Agroflorestal:

Elegibilidade: Os beneficiários da intervenção prevista na presente secção devem, pelo menos, cumprir uma das seguintes condições:

- Candidatar uma área mínima de 0,5 hectares de culturas temporárias, olival, vinha ou culturas frutícolas exceto pinheiro manso (Quando se verificarem situações de seca extrema ou severas reconhecidas pelas autoridades nacionais competentes, a superfície referida no primeiro ponto pode incluir pousio).
- Candidatar uma área mínima de um hectare, no caso de prados e pastagem permanentes ou de pastagens arbustivas utilizadas através de pastoreio por efetivos do próprio, de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e equídeos.

Quadro 18 – Apoios da intervenção agroflorestal

	Escalões de Área (ha)	Montante de Apoio (€/ha)
Culturas temporárias	≤ 3	120
	>3 a ≤50	60
Culturas frutícolas, olival e vinha, exceto pinheiro manso	≤ 10	162
	>10 a ≤50	90

	>50	50
Prados e pastagens permanentes e prados e pastagens permanentes com predominância de vegetação arbustiva	≤ 10	65
	>10 a ≤50	48
	>50 a ≤100	20

Pastagens biodiversas:

Elegibilidade: Os beneficiários da intervenção prevista na presente secção devem cumprir as seguintes condições:

- Candidatar uma superfície mínima de 5 hectares de pastagens permanente instalada biodiversa ou de pastagem permanente natural biodiversa;
- Submeter a subparcela ou as subparcelas agrícolas candidatas ao sistema de controlo por um Organismo de Controlo e Certificação (OC) reconhecido para o efeito pela DGADR, considerando o referencial estabelecido em orientação técnica específica (OTE) a definir pela PEPAContinente;
- Deter um Plano de Gestão do Pastoreio e de Fertilização (PGPF), que abranja todo o período de compromisso, com o conteúdo normalizado e definido pela PEPAContinente disponível no seu portal e validado pelo OC.

Quadro 19 – Apoio da intervenção «Conservação do Solo – Pastagens Biodiversas»

Escalões de área de pastagem biodiversa (ha)	Montante do Apoio (€/ha)
<20	120
≥20 a <40	96
≥40 a <100	58
≥100	23

1. O nível mínimo de encabeçamento para efeitos de pagamento é de 0,200 CN/ha, exceto quando se verificarem situações de seca extrema ou severa, reconhecidas pelas autoridades nacionais competentes, em que o encabeçamento mínimo passa a ser de 0,100 CN/ha.
2. Caso o encabeçamento seja superior a 0,750 CN/ha, o montante de apoio será reduzido em 20%, não havendo lugar a apoio quando o encabeçamento seja superior a 1,500 CN/ha.

Pagamento natura:

Elegibilidade: Podem beneficiar deste apoio os beneficiários que candidatem uma superfície explorada em regime de sequeiro de culturas temporárias, incluindo pousio, culturas permanentes ou prados e pastagens permanentes com dimensão igual ou superior a um hectare, situada na área geográfica de aplicação do apoio.

Quadro 20 – Apoio da intervenção Pagamento natura

Escalões de área	PNT 001 Área condicionada tipo 1
Até 100 ha	20 €/ha
Mais de 100 ha até 300 ha	16 €/ha
Mais de 300 ha	12 €/ha

9.2.3. PENALIZAÇÕES

Em virtude da ineficácia de anteriores medidas que consigam inverter o quadro de abandono das propriedades rurais, o Estado foi obrigado a avançar para medidas mais diretas que deem resposta à permanência de propriedades sem gestão ou sem a sua adaptação ao risco de incêndio, nomeadamente “mecanismos que permitam substituir-se ao proprietário em ações de execução substitutiva, face à inércia daquele, tornando efetivos os instrumentos que existem e, se necessário, adotando novas medidas que responsabilizem os proprietários rurais pela gestão das suas propriedades”. Assim, o regime jurídico do arrendamento forçado de prédios rústicos - Decreto-Lei nº 52/2021, de 15 de junho - estabelece que o arrendamento forçado passa a abranger prédios rústicos localizados em AIGP e que sejam objeto de OIGP, criando o regime “arrendamento forçado” nas situações de inércia dos proprietários para a reconversão dos territórios a intervencionar. Isto significa que no caso de desconhecimento total sobre os proprietários de terrenos ou quando os estes, demais titulares de direitos reais sobre os prédios ou quem represente legalmente esses interesses, não manifestar intenção de executar de forma voluntária as intervenções previstas na OIGP, o Estado poderá recorrer ao arrendamento forçado atendendo aos interesses públicos em causa, por forma a permitir a execução coerciva dessas ações.

9.3. DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO

O PRGP enquanto programa setorial que vincula as entidades públicas e os particulares, estabelece orientações estratégicas e normas de ocupação, uso e aproveitamento dos espaços florestais para serem integradas em outros programas setoriais e especiais e em planos territoriais (em particular PDM), bem como diretrizes para a gestão ativa do solo a serem consideradas em regulamentos administrativos nacionais e municipais (Bacharel, 2020; Carmo & Seixas (coord), 2020).

Constituindo o PRGP um programa sectorial que visa a transformação da paisagem através de ações que promovam a resiliência aos riscos de incêndio e que criem simultaneamente uma nova economia para este território de baixa densidade, o seu papel no quadro de interação coordenada no sistema de gestão territorial, faz com que estabeleça as diretrizes e normas que irão vincular diretamente todas as entidades públicas, sem prejuízo de vincularem direta e imediatamente os particulares, relativamente às normas sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, como disposto n.º 2 do Artigo 7.º do RJRP e no n.º 3 do Artigo 3.º do RJIGT.

As diretrizes de planeamento e gestão territorial estabelecidas no âmbito do PRGP-AM dividem-se em:

- A. Diretrizes a incorporar nos Planos Diretores Municipais (PDM) e outros instrumentos municipais associadas à transposição, intervenção e gestão das macroestruturas e macro sistemas da paisagem;
- B. Diretrizes de transposição/aplicação do PROF-CL e do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR);
- C. Diretrizes de articulação com o Regime Jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as Ações de Arborização e Rearborização com recurso a espécies florestais (RJAAR);
- D. Diretrizes para os Instrumentos de Financiamento;
- E. Orientações para a transformação da paisagem.

9.3.1.PDM

O PRGP-AM define diretrizes que devem ser integradas nos processos de alteração e revisão dos Planos Diretores Municipais (PDM) dos concelhos de Arganil, Oliveira do Hospital e Tábua.

Considerando a Organização do Desenho da Paisagem Proposto e as Áreas e Ações Prioritárias, sistematizam-se em seguida as principais diretrizes de importância estratégica para o reordenamento do solo rústico nos PDM, designadamente:

A1: As macroestruturas da paisagem definidas no desenho da paisagem do PRGP devem ser consideradas na planta de ordenamento dos PDM, atribuindo-lhe uma qualificação do solo compatível com as funções de conectividade ecológica e/ou de resiliência ao fogo, conforme definido no PRGP. As áreas e corredores de conectividade ecológica devem também ser integrados nas respetivas Estruturas Ecológicas Municipais.

A2: Os macrossistemas definidos no desenho e na matriz de transição do PRGP devem ser considerados nas diferentes categorias de espaço do solo rústico do PDM, adaptados à escala do planeamento municipal com base em critérios técnicos de maior detalhe (salvaguardando a presença de sistemas culturais extensivos, utilização de muros de pedra seca, a recuperação e valorização de socalcos como áreas de produção agrícola e estruturas de valorização da paisagem e de descontinuidade à propagação do fogo, bem como o património arquitetónico).

A2.1: Integrar orientações estratégicas para a categoria de solo rústico - espaços florestais, tendo em vista:

- A reconversão das áreas com povoamentos de pinheiro-bravo em zonas com baixa aptidão para sistemas silvo pastoris e de “outras folhosas florestais”.
- A manutenção e/ou expansão das áreas de floresta de folhosas predominantemente autóctones;
- A promoção do emparcelamento por forma a aumentar a dimensão física e económica dos prédios rústicos (desenvolvidos em trabalhos específicos), privilegiando as áreas das UGP1, UGP2 e UGP3;
- A valorização dos recursos cinegéticos e o seu potencial turístico, privilegiando as áreas das UGP1, UGP2 e UGP3.
- Condicionar a plantação de novos povoamentos florestais (sobretudo eucaliptos) na proximidade aos aglomerados populacionais até, pelo menos, 200m do seu perímetro.

A2.2: Integrar orientações para a categoria de solo rústico - espaços agrícolas, tendo em vista:

- Integrar estudos da aptidão do uso nos instrumentos de planeamento territorial, tendo em vista maior adequação de instalação de culturas à aptidão do solo;
- Instalar novas culturas em solos com melhor aptidão agrícola, privilegiando a faixa de 200m em torno dos aglomerados populacionais;
- Promover o emparcelamento por forma a aumentar a dimensão física e económica dos prédios rústicos, privilegiando as áreas das UGP1, UGP2 e UGP3.

A2.3: Integrar orientações para a categoria de solo rústico, para as áreas de sistemas de mosaicos agrossilvopastoris:

- Instalar novas culturas em solos com melhor aptidão agrícola;
- Promover o emparcelamento por forma a aumentar a dimensão física e económica dos prédios rústicos (desenvolvidos em trabalhos específicos), privilegiando as áreas das UGP1, UGP2 e UGP3.
- Valorizar os recursos cinegéticos e o seu potencial turístico), privilegiando as áreas das UGP1, UGP2 e UGP3.

A2.4: Para todas as categorias de solo rústico, os PDM devem ainda:

- Promover a compartimentação da paisagem através de muros de pedra seca e sebes de compartimentação arbustivas, aumentando o efeito de orla e a melhoria dos habitats.
- Propor medidas de valorização do património arquitetónico associado às aldeias de xisto e aldeias de montanha, e de recuperação do património florestal;
- Prever a construção de estruturas e equipamentos que possibilitem as práticas ligadas ao turismo de natureza, nomeadamente no que se refere a percursos cicláveis e de caminhada e áreas de recreio e lazer, nomeadamente ligadas a praias fluviais.
- Acautelar a regulamentação de atividades admitidas em solo rústico de suporte à economia rural permitindo a instalação de estruturas necessárias à recriação de mosaicos de atividade agrícola, agrossilvopastoril e florestal, como abertura de pontos de água para acumulação de águas à superfície, a instalação de pequenas centrais de compostagem, ou parques de biorresíduos, para aproveitamento dos resíduos florestais e produção de composto, de forma a alterar a cultura de realização de queimadas.
- Facilitar a instalação de atividades do setor turístico, nomeadamente ligados ao agroturismo, natureza, e saúde, como motores do desenvolvimento dos aglomerados rurais, associado à captação de novos residentes e visitantes, e à dinamização da economia local.

A3: Nas áreas identificadas como mosaicos estratégicos associados aos pontos de abertura de incêndios, os PDM devem prever o uso e transformação do solo rústico compatível com as funcionalidades associadas a sistemas culturais de resiliência ao fogo.

A4: Prever ações estratégicas que sejam adequadas à revitalização dos aglomerados urbanos como estruturas organizadoras da paisagem dando resposta à ponderação do seu papel no sistema urbano municipal e à salvaguarda dos seus elementos singulares como fatores diferenciadores da paisagem.

A5: Acautelar a regulamentação necessária sobre o depósito de madeiras e outros produtos resultantes de exploração florestal ou agrícola, de outros materiais de origem vegetal e de produtos altamente inflamáveis, no interior ou nos 20 m contíguos das FGC.

Ainda:

A6: O desenvolvimento rural deve ser inserido como um dos principais objetivos dos PDM, tendo em vista o estímulo de toda a economia de base rural (agricultura, florestas, agroindústria, comércio e serviços), dado que o solo rústico ocupa a esmagadora maioria dos territórios destes municípios.

A6.1: Valorizar toda a economia rural tendo em conta os princípios da economia circular, aproximando a produção do consumo através do estímulo à revalorização das feiras e dos mercados e das vendas diretas. Introduzir incentivos para o fomento de culturas agropecuárias estratégicas e para os serviços dos ecossistemas em áreas com maior potencial para a conservação

A7: Definir as áreas de maior aptidão agrícola, considerando as culturas mais relevantes, em especial nas áreas próximas aos aglomerados rurais e urbanos, desenvolvendo sobre elas instrumentos de desenvolvimento, nomeadamente pro via de projetos de emparcelamento e infraestruturação rural ou Planos de Intervenção em Espaço Rural (PIER).

A8: Aprofundar as áreas com potencial para a produção florestal, para cada uma das espécies de maior valor acrescentado enquanto fator a considerar no âmbito do RJAAR.

A9: Definir as principais fileiras agroflorestais, de acordo com as UGP, estabelecendo parques agroindústrias, em todas as freguesias rurais, priorizando aquelas que são mais vulneráveis aos incêndios (UGP1, UGP2 e UGP3).

A10: Identificar as áreas com maior potencial para o desenvolvimento de atividades de turismo rural e de natureza, propondo projetos de ação para a sua valorização e desenvolvimento em estreita ligação com as aldeias tradicionais.

A11: Definir os riscos naturais, incluindo o florestal, como uma das premissas base para as orientações de ordenamento do território;

9.3.2. PROF E SGIFR

Tendo em consideração o papel do PRGP-AM no reordenamento da paisagem rústica, em particular da ocupação e utilização dos espaços florestais, importa assegurar a sua articulação setorial e temática com o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) e o PROF-CL nomeadamente:

B1: Orientar as Câmaras Municipais na transposição orientações do PROF-CL para os PDM dos concelhos Arganil, Oliveira do Hospital e Tábua, devendo a qualificação do solo rústico identificar e salvaguardar mosaicos de usos.

B1.1: Assegurar nas categorias de solo rústicos, as funções gerais a desenvolver nos espaços florestais e as espécies florestais a privilegiar nas sub-regiões homogêneas do PROF-CL;

B1.2: As normas de silvicultura e gestão estabelecidas no PROF-CL devem ser consideradas na disciplina de ocupação e utilização do solo rústico definida pelos PDM e nas atividades a desenvolver nestes espaços;

B2: O desenho da rede primária de Faixas de Gestão de Combustível, no que se refere à sua evolução ou ajustes, deve concretizar-se no âmbito do SGIFR atendendo aos objetivos do PRGP-AM, designadamente no que se refere ao desempenho de resiliência ao fogo e das funções ecológicas da macroestrutura da paisagem.

B3: A área de intervenção dos mosaicos estratégicos associados aos pontos de abertura de incêndios pode ser ajustada em função dos instrumentos do SGIFR, fundamentando essa alteração com base na respetiva adaptação ao terreno.

9.3.3.RJAAR

A aplicação do PRGP-AM deve estar articulada com o regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização (RJAAR) e até de reconversão florestal, devendo-se considerado:

C1: Nas ações de arborização, rearborização e reconversão florestal, independentemente da dimensão da área de intervenção da ação e tendo em conta a arborização envolvente, deve garantir-se a descontinuidade nos povoamentos monoespecíficos e equiênicos, através da gestão dos cortes e de redes (faixas de gestão de combustível, rede divisional, usos do solo com baixa perigosidade de incêndio rural, linhas de água temporárias ou permanentes e respetivas faixas de proteção, entre outros).

C2: Nas ações de arborização, rearborização e reconversão florestal, deve igualmente garantir-se a identificação e intervenção adequada nos pontos de abertura de incêndio:

- a) Quando localizados exclusivamente em vales com habitats ripícolas, as intervenções a realizar incidem sobre a estrutura vertical dos combustíveis e no aumento da superfície com vegetação herbácea.
- b) Quando localizados em zonas de encosta a intervenção visa a obtenção de um mosaico cultural diversificado e adequado à realidade do território tendo por referência a dominância de áreas abertas e de espécies de baixa combustibilidade.

C3: Nas áreas com declive superior a 25 % qualquer projeto de arborização ou rearborização deve assegurar a manutenção de zonas abertas, em mosaico e a existência de um sistema de gestão de combustível nas seguintes condições:

- c) Baseado em atividades como a silvopastorícia e/ou gestão cinegética desde que garantindo encabeçamentos eficazes para a gestão de combustível;
- d) Baseado em técnicas de gestão de combustível como o fogo controlado ou a remoção da vegetação;
- e) Uma combinação eficaz das alíneas anteriores.

C4: Condicionar a plantação de novos povoamentos florestais (sobretudo eucaliptos) na proximidade aos aglomerados populacionais até, pelo menos, 200m do seu perímetro.

C5: Identificar todos os povoamentos de florestas de produção que não se encontram licenciados nem são anteriores ao quadro legal de licenciamento propondo medidas de regularização nas áreas com potencial e recondução para outras culturas nas áreas sem potencial, provendo medidas de compensação conforme previsto no quadro legal e envolvendo as associações locais e as juntas de freguesia neste processo.

C5: melhorar as ações de fiscalização dos povoamentos florestais, conferindo poderes às associações de produtores florestais bem como das Juntas de Freguesia para o efeito, fazendo cumprir os limites de povoamento florestal de eucalipto previsto na Portaria n.º 18/2022 de 5/01.

9.3.4. INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO

Atendendo à execução do PRGP-AM, são definidas diretrizes para alguns dos possíveis Instrumentos de Financiamento, tendo em vista orientar esses financiamentos às ações preconizadas neste Programa, designadamente:

E1: O PEPAC deverá atribuir coeficientes de majoração nas áreas abrangidas pelo PRGP-AM, incentivando as ações relativas ao aumento atividade agrícola, às boas práticas agrícolas e florestais, ao aumento da silvopastorícia e da fileira agropecuária associada e às áreas de prados e pastagens permanentes.

E2: O Programa Operacional Regional do Centro deve atribuir coeficientes de majoração à valorização ambiental e gestão polivalente das áreas florestais, e às intervenções nos aglomerados rurais que contribuam para a valorização do património cultural como fator de desenvolvimento e dinamização económica.

E3. Em solos integrados na Reserva Ecológica Nacional (REN), Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Faixas de Gestão de Combustíveis, os financiamentos devem prever a discriminação

de incentivos a conceder aos proprietários que promovam uma gestão ativa para a sua conservação e continuidade do desempenho das funções ecológicas.

9.3.5. OUTRAS ORIENTAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Para além das anteriores diretrizes de planeamento e gestão, estabelecem-se outras orientações e recomendações importantes para a necessária transformação da paisagem, no sentido da promoção de uma gestão ativa do solo da totalidade da área do PRGP-AM. Estas indicações têm uma relação direta com práticas culturais a promover, com as ações de gestão da biomassa, de defesa contra incêndios, de gestão da propriedade, entre outras, e que poderão ser integradas em regulamentos administrativos nacionais e municipais e aplicáveis em decisões administrativas, tais como os instrumentos referidos anteriormente.

→ Território e acessibilidades

- Descentralizar funções centrais de serviços e comércio para aglomerados rurais, nomeadamente criando lojas do cidadão em todas as Juntas de Freguesia, tendo em vista o fomento de qualidade de vida dos seus habitantes;

→ Meio biofísico e perigos naturais

- Promover ações que visem a melhoria do estado/potencial ecológico dos cursos de água, particularmente o rio Mondego e Alva;
- Controlar a erosão nas bacias hidrográficas através da proteção do solo com arborização de espécies nativas melhoradoras do solo, em particular nas áreas de cabeceira, encostas declivosas e na envolvimento de cursos de água;
- Realizar intervenções no terreno, incorporando as áreas estratégicas de gestão de combustíveis estabelecidas de acordo com o enquadramento dado pelo Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro (SGIFR), garantindo a gestão ativa das mesmas, nomeadamente no que se refere às redes de defesa e ao uso do fogo;
- Promover a capacitação das entidades gestoras e dos proprietários na operacionalização do regime de gestão do fogo, para a sua efetiva articulação, no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais e com o ICNF na concretização das ações previstas.
- Promover ações de capacitação e de sensibilização das entidades gestoras e proprietários de parcelas confinantes para as vantagens do emparcelamento.
- Promover incentivos junto das entidades gestoras e proprietários para as ações de emparcelamento.
- Devolver a responsabilidade da elaboração e gestão da perigosidade de incêndio rural aos Municípios, sob orientação do ICNF;

→ Património rural e paisagem

- Valorizar a biodiversidade e o património natural enquanto ativo territorial e produto turístico garantindo a execução dos respetivos planos de ordenamento e as normas de gestão aplicáveis, nomeadamente do Plano de Gestão da ZEC Carregal do Sal.
- Promover o regime silvopastoril através de incentivos ao investimento, manutenção da atividade e remuneração de serviços dos ecossistemas.
- Recuperar e promover a agricultura extensiva de culturas permanentes e temporárias em torno das aldeias e principais aglomerados populacionais, até, pelo menos, 200m;
- Criar e disponibilizar bolsas de terras para novos investimentos agro-silvopastoris;
- Recuperar da compartimentação da paisagem através de muros de pedra seca, que consubstanciam o carácter da paisagem enquanto elementos característicos do mundo rural;
- Reativar os sistemas de rega tradicional através da sua modernização e expandir estas infraestruturas.

→ Recursos sociodemográficos

- Descentralizar algumas funções centrais para aglomerados rurais;
- Criar incentivos fiscais para novos residentes;
- Melhorar a oferta de serviços de saúde e educação para a população;

→ Emprego e empreendedorismo de base rural

- Estimular os estabelecimentos de ensino profissional e superior para a oferta de cursos e formações orientadas para os setores da Agrossilvopastorícia e floresta.
- Valorizar a atividade pecuária, voltada na sua maioria para a criação de ovinos produção biológica, extensiva e certificada, para a produção de leite;
- Definir zonas utilizáveis para a constituição de percursos de pastoreio, incluindo capacidade forrageira com origem herbácea, arbustiva e arbórea, coerentes com a gestão de combustíveis e de habitats;
- Criar infraestruturas comunitárias para valorização da silvopastorícia (p.ex. salas de ordenha)
- Aproximar o ciclo de produção-comercialização, com a modernização da capacidade escoamento dos produtos locais para mercados locais e de maior escala;
- Aumentar a capacidade e oferta turística, atraindo novos visitantes e dinamizando os recursos naturais, compatibilizando-a com a preservação dos valores naturais;
- Criação de percursos pedonais ao longo do Vale do Mondego e do Vale do Alva e interligações;

- Valorizar o património arquitetónico associados às aldeias de xisto e de montanha, bem como das antigas casas de guardas-florestais, promovendo o seu potencial turístico ou de educação ambiental.
- Divulgar os produtos tradicionais e endógenos da região, reforçando o tecido económico;
- Criar condições para o desenvolvimento da atividade cinegética, promovendo o seu potencial turístico;

→ Recursos florestais

- Reversão das áreas com povoamentos de eucaliptos e pinheiro-bravo em zonas com baixa aptidão, para sistemas silvopastoris com sobreiro, carvalho-português, castanheiro e zonas abertas para pastagens, apoiando os proprietários através do pagamento pelos serviços ecossistémicos;
- Valorizar as áreas de carvalho e castanheiro, apoiando os proprietários através do pagamento pelos serviços ecossistémicos;
- Rentabilizar os subprodutos do pinheiro-bravo, como a casca ou a resina;
- Desenvolver um modelo de produção do eucalipto, negociável com parceiros;
- Manter e/ou expandir as áreas de floresta de folhosas predominantemente autóctones;
- Promover ações de capacitação nas formas de aproveitamento e gestão da biomassa;
- Promover ações de capacitação em técnicas de silvopastorícia (prevenção dos fogos rurais, produção pecuária e pastoreio).
- Condicionar a proximidade da floresta (sobretudo eucaliptos) aos aglomerados populacionais até, pelo menos, 200m

→ Governança

- Descentralizar as competências para gestão da floresta para os Municípios e sobretudo para as Juntas de freguesia capacitando-as;
- Promover Planos de Intervenção no Espaço Rural (PIER) para desenvolvimento de projetos inovadores quer no setor agroflorestal, quer no setor do turismo rural e de natureza;
- Promover ações de divulgação junto dos atores locais (associações de produtores florestais, juntas de freguesia, autarquias) relativamente às vantagens e oportunidades decorrentes da constituição de uma AIGP;
- Incentivar o agrupamento de proprietários florestais para uma gestão conjunta dos espaços florestais, promovendo a elaboração de planos de gestão florestal e fomentando a adesão a sistemas de certificação da gestão florestal sustentável;

9.4. MODELO DE GOVERNANÇA

A transformação da paisagem que se pretende para a área de intervenção do PRGP-AM, assenta num princípio basilar de reconhecimento que a mudança necessária não ocorre a curto prazo. Funda-se assim o pressuposto de que o desenvolvimento da floresta, por um lado, obriga ao estabelecimento de uma visão de longo prazo, cujas ações a implementar exigem a disponibilização de instrumentos operacionais que garantem a sua concretização, competitividade e eficiência do setor e dos operadores nesta evolução. Por outro lado, ao reconhecimento que é necessário estabelecer interligações com outros sectores de atividade dentro da economia de base rural, tendo em vista criar um novo quadro de harmonia paisagística que permita também diminuir a vulnerabilidade aos incêndios.

Nesta perspetiva, sublinha-se a necessidade também do envolvimento, compromisso e da co-responsabilização de todos os atores interessados existentes neste território, sejam as instituições, as organizações, a comunidade e os cidadãos, em geral, na procura de soluções que sejam adaptadas ao contexto geográfico, biofísico e socioeconómico e, sobretudo, que respondam aos objetivos da transformação que aqui se propõe. Neste processo sempre vantajoso a adição de novos saberes, de conhecimento suportado na ciência e na prática da experiência, de novas oportunidades e vontades de contribuir para a resiliência deste território maioritariamente florestal.

Esta noção acompanha o cenário ideal para a transformação, de onde se perspetiva uma transição positiva alicerçada num quadro de governança coletivo entre instituições públicas, privadas, associativismo e proprietários rurais. Com efeito, esta mudança de paradigma na abordagem ao território, onde se reconhece as características e aptidões específicas, a necessidade urgente da diminuição da vulnerabilidade aos riscos e perigosidade aos incêndios rurais, a adaptação às alterações climáticas, assim como a importante valorização dos serviços de ecossistemas (determinante para a alavancagem dos ações e projetos junto dos proprietários) implica uma estreita articulação das políticas com as comunidades rurais e dinâmica económica que se desenvolve nestes territórios.

A partir do reconhecimento das multifuncionalidades da paisagem e da validação de que é essencial privilegiar as complementaridades entre territórios (sobretudo contíguos como no presente caso), a opção pela gestão partilhada é uma opção incontornável no panorama atual do desenvolvimento florestal e rural, constituindo um desafio bastante exigente. Por isso, é crucial identificar os ativos e os fatores decisivos sob o ponto de vista organizativo que devem ser assegurados para garantir a execução e a operacionalidade das medidas e ações estruturantes de um novo desenho de paisagem.

Neste sentido, o modelo de governança deverá assentar nas estruturas de decisão existentes e que foram já identificadas cruciais no próprio processo de elaboração do PRGP-

AM, propondo-se, à semelhança de outros instrumentos estratégicos, a constituição de uma plataforma de articulação e de coordenação das medidas, políticas e programas mais importantes para a transformação da paisagem, envolvendo assim os principais *stakeholders* com responsabilidades por esta mudança. Pese embora as relações horizontais sejam importantes e se considerem como atores fundamentais entidades da administração central, reconhece-se que a mobilização deste efetivo será mais vantajosa se esta articulação for liderada por uma entidade com presença local, mesmo que numa fase inicial deste processo de concretização da estratégia.

Assim, tendo em consideração as intervenções propostas no PRGP-AM, identificam-se como principais entidades com intervenção direta:

Quadro 21 – Entidades com intervenção direta no PRGP-AM

Âmbito	Entidade
Administração central	DGT ICNF DRAP Centro ARH Centro, APA
Administração local	Câmara Municipal de Arganil Câmara Municipal de Oliveira do Hospital Câmara Municipal de Tábua Juntas de Freguesia: - Secarias, União das freguesias de Cerdeira e Moura da Serra; Sarzedo; União das freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz; União das freguesias de Côja e Barril de Alva (Arganil); - Aldeia das Dez; Avô; Alvoco das Várzeas; União das freguesias de Santa; Ovaia e Vila Pouca da Beira; Lourosa; São Gião; União das freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira; Nogueira do Cravo; Bobadela; União das freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços; União das freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa; Meruge; Travanca de Lagos; Lagares; União das freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira; Seixo da Beira (Oliveira do Hospital); - Mouronho; União das freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros; União das freguesias de Espariz e Sinde; São João da Boa Vista; União das freguesias de Ázere e Covelo; União das freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha; Candosa; Tábua; Póvoa de Midões; Midões (Tábua); CIM Região de Coimbra;
Atores locais	Entidades gestoras das ZIF Entidades gestoras das AIGP Grupos de Ação Local Associações locais Proprietários rurais

Não obstante este agrupamento de entidades, sabe-se que o sucesso da implementação de estratégias e planos de para a paisagem depende maioritariamente da adesão daqueles detentores da propriedade rural e que constroem diariamente a paisagem rural. O seu envolvimento nestes processos de gestão e decisão é, por isso, determinante. O sucesso do PRGP-AM depende assim da adesão e dos compromissos assumidos, enquanto a

operacionalização depende, por sua vez, de um processo participativo baseado na relação de confiança entre todos os atores.

Neste contexto identificam-se como dimensões estruturantes do quadro de governança necessária para a prossecução do PRGP-AM, a confiança entre entidades, a vontade de avançar com compromissos alcançáveis, o estabelecimento de acordos e parcerias entre diferentes atores, bem como a importante mobilização de recursos para a transformação desejada. Considera-se que a existência de um Observatório da Paisagem do Alva e Mondego poderia constituir uma estrutura de interpretação dos resultados dessa transformação e comunicação das práticas desenvolvidas.



Figura 25 – Modelo de governança

10. ENQUADRAMENTO E COMPATIBILIDADE COM IGT

Neste capítulo é feita uma abordagem à conformidade do PRGP-AM como os instrumentos de gestão territorial, uma vez que à luz do RJGT “a elaboração dos programas sectoriais (...) obriga a identificar e a ponderar os planos, os programas e os projetos da iniciativa da Administração Pública, com incidência na área a que respeitam (...) considerando os que já existem e os que se encontrem em preparação, por forma a assegurar as necessárias compatibilizações”.

Durante a elaboração deste PRGP, foram consultados os diversos programas e planos aprovados com incidência na área de intervenção, no sentido de articular as opções entre instrumentos. Da análise efetuada aos diversos instrumentos de gestão territorial (IGT) não se verificam incompatibilidades relativamente ao PNPOT e aos planos setoriais vigentes verificando-se, contudo, que os PDM em vigor deverão incorporar alterações nas suas propostas de ordenamento de forma a adequar nas suas opções de ordenamento do território a proposta do PRGP-AM.

Por se tratar de um instrumento estratégico que vincula as entidades públicas, estabelece o quadro de transformação e valorização da paisagem e explicita as formas, modelos e procedimentos com vista à implementação das orientações da proposta com os planos territoriais, em particular com os Planos Diretores Municipais (PDM) e ainda os particulares relativamente às normas sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, os PDM terão que adequar-se ao PRGP-AM mediante procedimento de alteração por adaptação, ou de alteração ou revisão, consoante envolva ou não uma decisão autónoma de planeamento, sem prejuízo da eficácia real das normas do presente programa, imediatamente após a sua entrada em vigor.

Assim, no âmbito dos processos de elaboração e revisão deste Planos Municipais, estes têm de incluir as disposições previstas no PRGP-AM, nos termos do número 7 do artigo 44.º e do número 4.º do artigo 46.º da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU) sendo essa adequação aplicada através da transposição das opções de transformação e valorização da paisagem proposta para os seus modelos de ordenamento, planta de ordenamento e respetivos regulamentos.

Com efeito, o quadro seguinte analisa a compatibilidade dos PDM em vigor, dos Municípios de Arganil, Oliveira do Hospital e Tábua, com a proposta do PRGP-AM, identificando sobretudo as disposições legais que serão necessárias compatibilizar.

Quadro 22 – Análise de compatibilidade da proposta ao PDM de Arganil

Classes e Categorias de Usos	Art.º PDM	Conteúdo regulamentar e restrições mais relevantes	Conclusão
Condicionantes, Servidões e Restrições de Utilidade Pública			
RAN Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua redação atual	(sem ref.)	As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos estabelecidos.	Compatível
REN Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, na sua redação atual	(sem ref.)	Nas áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional privilegia-se a proteção dos recursos e características naturais, contudo pontualmente poderá ter espaços vocacionados para utilização lúdico-turística compatível, e ainda permitido a instalação de equipamentos e infraestruturas de interesse público.	A rever
Rede Natura RCM n.º76/00 de 5 julho	(sem ref.)		Compatível
PMDFCI	Art.º22	“Independentemente das disposições regulamentares afetas a cada classe de espaço do solo rural que a seguir se apresentam, qualquer nova edificação em solo rural deve enquadrar -se nas orientações do sistema nacional de prevenção e proteção das florestas contra incêndios, nomeadamente quanto aos afastamentos às extremas definidos na legislação em vigor ou no respetivo plano municipal de defesa da floresta contra incêndios (PMDFCI).”	A rever
Ordenamento			
Solo Rural – Espaço Natural	Art.º 24	Pontualmente nesta categoria de espaço poderá ser vocacionada para utilização lúdico -turística compatível, em função dos níveis de proteção definidos no POAPPSA; Nos espaços englobados nesta área é ainda permitido a instalação de equipamentos e infraestruturas de interesse público, salvaguardados os valores naturais ou atividades existentes.	Compatível
Solo Rural – Espaço Agrícola	Art.º25	As classes de espaços englobados nesta área destinam-se essencialmente às atividades agrícola, agropecuária e pecuária.	Compatível com o uso agrícola
	Art.º 26	A edificação nesta categoria de espaço tem carácter excecional, estando restringida à edificação de suporte às atividades económicas associadas. São admitidas as seguintes ocupações e utilização: - Anexos agrícolas e pecuários de apoio; - Instalações agropecuárias, pecuárias e outras compatíveis; - Habitação Unifamiliar, para residência do proprietário/agricultor; - Equipamentos / Infraestruturas que, devido à sua natureza, não se possam localizar em solo urbano; - Empreendimentos Turísticos Isolados e Núcleos de Desenvolvimento Turístico.	
Solo Rural- Espaço Florestal	Art.º28	O Espaço Florestal destina-se a assegurar a sua função ecológica, de proteção e produção, podendo eventualmente aí ocorrer outras atividades que, não criando situações de incompatibilidade com o uso dominante, sejam complementares.	Compatível com o uso florestal e silvopastoril
	Art.º29	Esta categoria de usos permite excecionalmente a edificação, estando limitada à edificação de suporte às atividades económicas associadas, definidas no art.º29.	
Solo Rural- Espaços de Ocupação Turística	Art.º33	Os espaços de Ocupação Turística caracterizam-se pela reserva estratégica de terrenos para instalação e execução futura de novos espaços de utilização para fins turísticos.	Compatível
Solo Rural-Aglomerados Rurais	Art.º35	A categoria dos aglomerados rurais distinguem-se pela existência de pequenos núcleos de edificações concentrados, servidos de arruamentos de uso público, com funções residenciais e de apoio a atividades localizadas em solo rural.	Compatível

Quadro 23 – Análise de compatibilidade da proposta ao PDM de Oliveira do Hospital

Classes e Categorias de Usos	Art.º PDM	Conteúdo regulamentar e restrições mais relevantes	Conclusão
Condicionantes, Servidões e Restrições de Utilidade Pública			
RAN Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua redação atual	(sem ref.)	As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos estabelecidos.	Compatível
REN Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, na sua redação atual	(sem ref.)	Nas áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional privilegia-se a proteção dos recursos e características naturais.	A rever
Rede Natura Resolução de Conselho de Ministros nº142/97 de 28 Agosto	(sem ref.)		Compatível
PMDFCI	Art.º11	“Todas as construções, infraestruturas, equipamentos e estruturas de apoio enquadráveis no regime de construção previsto para as categorias de espaços inseridas em solo rural, terão de cumprir o previsto no quadro legal em vigor e no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).”	A rever
Ordenamento			
Solo Rural – Espaços agrícolas e espaços florestais	Art.º 17	Na categorização destes espaços são permitidas: -Novas edificações para fins habitacionais de quem exerce a atividade agrícola/florestal; - Construções de apoio às atividades agrícolas, pecuárias e florestais; -Empreendimentos turísticos e demais usos e atividades complementarem; -Estabelecimentos industriais de primeira transformação de produtos agrícolas/florestais/minerais e outros ligados ao primeiro sector económico; - Equipamentos de utilização coletiva, empreendimentos ou construções de interesse público; -Explorações pecuárias; -Infraestruturas territoriais; -Obras indispensáveis à salvaguarda do património cultural; -Prospecção e pesquisa geológica e hidrogeológica, exploração de Recursos geológicos e respetivos anexos de apoio à exploração; -Edificações ligadas à proteção civil; - Ações de povoamento ou repovoamento e beneficiação florestal.	Compatível com o uso agrícola, florestal e silvopastoril, condicionada à gestão do coberto vegetal
Solo Rural – Espaço Natural	Art.º22		
Solo Rural- Espaço afetos a atividades industriais ligadas à pecuária	Art.º24	Este espaço permite a edificação excecionalmente relacionada com explorações pecuárias, indústrias complementares e uma unidade de alojamento para o encarregado ou pessoal de vigilância ou manutenção do espaço.	Compatível Tecido Urbano condicionado pela função.
Solo Rural- Aglomerados rurais	Art.º26	Nos Aglomerados rurais é interdito a construção de indústrias dos tipos 1e2, a instalações de superfícies comerciais de média e grande dimensão e habitação coletiva. Contudo nestes espaços é permitido a construção de edificado destinado a usos habitacionais, estabelecimentos hoteleiros, empreendimentos turísticos em espaço rural, turismo de habitação e turismo de natureza.	Compatível Tecido Urbano condicionado pela função.
Solo Rural-Áreas de edificação dispersa	Art.º28	Esta categoria de espaços apresenta as mesmas interdições, condicionantes e permissões que no solo caracterizado como aglomerados rurais.	Compatível
Solo Rural-Espaços de ocupação turística	Art.º31	Estão previstas aldeias turísticas e núcleos de desenvolvimento turísticos (NTD), conforme no Capítulo VII do PDM.	Compatível

Solo Rural-Espaços destinados a outros equipamentos e infraestruturas	Art.º34	Nas áreas de recreio e lazer são interditas atividades industriais e habitacionais. Assim, são permitidas nesta categoria de espaço, construções que a finalidade se integre nos programas de animação, cultura, desporto, recreio e lazer.	Compatível
---	---------	---	------------

Quadro 24 – Análise de compatibilidade da proposta ao PDM de Tábua

Classes e Categorias de Usos	Art.º PDM	Conteúdo regulamentar e restrições mais relevantes	Conclusão
Condicionantes, Servidões e Restrições de Utilidade Pública			
RAN Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua redação atual	(sem ref.)	As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos estabelecidos.	Compatível
REN Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, na sua redação atual	(sem ref.)	Nas áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional privilegia-se a proteção dos recursos e características naturais.	A rever
PO Albufeira da Aguieira e Zona de Proteção	Capítulo XII	O disposto nos artigos analisados têm diretrizes distintas para a área abrangida por este plano, sujeitas ao disposto no Capítulo XII do PDM.	Compatível
Ordenamento			
Solo Rural – Espaços agrícolas	Art.º 20 (4ª alteração do PDM)	Os espaços englobados nesta área destinam-se preferencialmente ao desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias, não podendo ser utilizada para urbanização ou construção, salve exceções, nas condições de compatibilidade, previstas no art.º 20.	Compatível com o uso agrícola
Solo Rural – Espaços Florestais	Art.º21	É permitido a construção destina a habitação condicionada ao tamanho da parcela e ainda a construção de equipamentos de lazer, recreio e turismo, desde que respeitem o disposto no art.º21.	Compatível com o uso florestal e silvopastoril
Solo Rural- Espaços Naturais	Art.º23	“Os espaços naturais são constituídos por áreas afetas à Reserva Ecológica Nacional (...)”	A rever

11. PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A implementação do PRGP-AM, em particular das áreas e ações prioritárias consideradas mais relevantes na transformação da paisagem, deverá ser acompanhada por um programa de monitorização que possibilite a avaliação dos resultados alcançados, face aos objetivos definidos, no horizonte temporal estabelecido.

11.1. INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO

Com efeito, o sistema de monitorização preconizado para este PRGP integra um conjunto de indicadores que deverão servir de métrica durante todo o processo de acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos e, sobretudo, dos resultados alcançados. Estes indicadores, agrupados por temas relevantes para a efetiva alteração do quadro de vulnerabilidade aos incêndios rurais, dinamização da economia rural, valorização do capital natural e serviços de ecossistemas, bem como de governança territorial.

Quadro 25 – Indicadores de monitorização

EIXO	Indicadores					
	Designação	Cálculo	Unidade	Fonte	Meta	Periodicidade
Vulnerabilidade do território aos incêndios	Ocorrências de incêndios	Variação do número de ocorrências	ha, %	CM, ICNF, OD	Diminuir	Anual
	Área ardida	Área ardida em povoamentos florestais	ha, %	CM, ICNF, OD	Diminuir	Anual
	Grandes incêndios	Área afetada por fogos superiores a 500ha	%	CM, ICNF, OD	Reduzir em 75% da área afetada por fogos superiores a 500 ha	Anual
	Perigosidade de incêndio	Área florestal com perigosidade elevada e muito elevada	ha, %	CM, ICNF, OD	Reduzir em 25% a área classificada como alta e muito alta perigosidade de incêndio	Anual
	Vulnerabilidade de aglomerados isolados	Número de aglomerados isolados vulneráveis em áreas de risco elevado	nº	OD	Diminuir	Anual
	Infraestruturas de apoio	Número de infraestruturas de apoio a incêndios e outros riscos	nº	CM, OD	Aumentar	Anual
	Floresta reconvertida	Área de floresta reconvertida	ha	CM, ICNF	Aumentar	Trienal
	Mosaicos agrícolas revitalizados	Área de mosaicos agrícolas revitalizados	ha	CM, ICNF	Aumentar	Trienal
	Descontinuidades no território	Área de descontinuidades no território (incluir faixas e outras áreas)	ha	CM, OD	Aumentar	Trienal
	Área ardida reabilitada/recuperada	Área ardida recuperada	ha	CM, ICNF, OD	Aumentar	Anual
	Emparcelamento	Áreas emparceladas	ha		Aumentar	Trienal
	Infraestruturas públicas	Infraestruturas públicas rurais - p. ex. regadios (evolução e eficácia)	nº	OD	Aumentar	Anual
	Cadastro rústico	Área de cadastro rústico atualizado	ha, %	CM, DGT	Atingir 100 % até 2026 (PRR)	Anual
	Erosão dos solos	Área com elevado risco de erosão dos solos	ha, %	CM, OD	Diminuir	Trienal
	Escoamentos	Ações de controlo de escoamentos	Nº	CM, OD	Aumentar	Anual
	Seca e desertificação	Área vulnerável por risco de seca e desertificação	ha, %	CM, OD	Diminuir	Trienal
Dinamização da economia rural	População residente	Variação da população residente	nº	INE	Aumentar	Anual
	Alojamentos desocupados	Alojamentos desocupados nos aglomerados rurais, por tipologia	nº	INE, OD	Diminuir	Anual
	Envelhecimento	Índice de envelhecimento	nº	INE	Diminuir	Anual
	População ativa	População ativa	nº	INE	Aumentar	Anual
	Formação profissional	Cursos de atividades profissionais ligados à agricultura, floresta e indústria	Nº	OD	Aumentar	Anual

	Criação de emprego	População empregada por setor de atividade económica, por grupo etário	nº	INE	Aumentar população empregada no setor primário e secundário	Anual
	Infraestruturas públicas de apoio ao empreendedorismo	Infraestruturas públicas para criação de emprego - parques empresariais, organizações associativas e incubadoras de <i>startups</i>	nº	INE, CM, OD	Aumentar	Anual
	Apoios financiados aos espaços rurais	Volume dos apoios financiados ao empreendedorismo rural, total e por tipologia	€	INE	Aumentar	Anual
	Diversificação das atividades económica	Empresas por atividade económica, por subclasse do CAE	nº	INE	Aumentar atividades do setor primário e secundário	Anual
	Valor das atividades económicas	VAB por atividade económica	€	INE	Aumentar	Anual
	Jovens agricultores	Jovens agricultores instalados (candidaturas, aprovações, execuções)	nº	PDR, IFAP	Aumentar	Trienal
	Explorações agrícolas	Explorações agrícolas instaladas	nº	INE, OD	Aumentar	Trienal
	Produção biológica	Explorações agrícolas instaladas em modelo de produção biológico	nº, ha	CM, OD	Aumentar	Anual
	Pecuária autóctone	Efetivos pecuários de raças autóctones instalados	nº	CM, OD	Aumentar	Trienal
	Mercados de proximidade	Número de mercados locais (com venda de produtos endógenos)	nº	CM, OD	Aumentar	Trienal
	Produtos de qualidade	Produtos de qualidade - IGP, DOP, DOC	nº	DGADR	Aumentar	Trienal
	Recreio e lazer	Infraestruturas de recreio e lazer em espaço rural	nº, ha	CM, OD	Aumentar	Anual
	Eventos turísticos	Eventos associados: ecoturismo, feiras, festivais, entre outros	nº	CM	Aumentar	Anual
	Alojamento local	Tipologias e capacidade dos alojamentos locais	nº	INE	Aumentar capacidade de alojamento	Anual
	Intensidade turística	Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos turísticos	nº	INE	Aumentar	Anual
	Percursos pedonais	Comprimentos dos percursos pedonais	km	CM, OD	Aumentar	Anual
	Património cultural valorizado	Iniciativas de valorização do património cultural, total e por tipologia	nº	CM, OD	Aumentar	Anual
Valorização do capital natural e serviços de ecossistemas	Reserva ecológica	Área em REN	ha, %	CM, OD	Aumentar redes ecológicas	Bianual
	Reserva agrícola	Área em RAN	ha, %	CM, OD	Aumentar áreas de atividade agrícola	Bianual
	Valor natural e paisagístico	Áreas com valor natural e paisagístico	ha, %	CM, OD	Aumentar	Bianual
	Água superficial	Estado das massas de água superficiais, por classe de estado	%	APA, OD	100% Bom ou superior	Anual
	Água para rega	Disponibilização para efeitos de rega, p. ex.	m ³ , %	APA	Aumentar	Anual

	Água subterrânea	Estado das massas de água subterrâneas, por classe de estado	%	APA	100% Bom ou superior	Anual
	Provisão de serviços	Valorização dos serviços de ecossistemas (por tipologia)	nº	CM, ICNF, OD	Aumentar	Anual
	Corredores ecológicos	Áreas de corredores ecológicos	ha, %	ICNF, CM, OD	Aumentar	Anual
	Linhas de água e galerias ripícolas	Extensão de linhas de água e galerias ripícolas reabilitadas	m, ha	CM, OD	Aumentar áreas de galerias ripícolas	Anual
	Reconversão de áreas degradadas	Área abrangida por projetos de recuperação/reconversão de áreas degradadas	ha	CM, ICNF, OD	Aumentar	Anual
	Reintrodução de árvores autóctones	Áreas com reintrodução de espécies arbóreas autóctones	ha	CM, ICNF, OD	Aumentar	Anual
	Reintrodução de floresta ripícola	Áreas com reintrodução de floresta ripícola	ha	CM, ICNF, OD	Aumentar	Anual
	Sequestro de Carbono	Capacidade de sequestro de CO2	CO2/ha/ano		Aumentar	Trienal
	Instrumentos de gestão florestal	Áreas afetas ao Regime florestal - PGF, ZIF, AIGP	ha	CM, DGT, ICNF	Aumentar	Anual
	Povoamentos	Área de povoamentos florestais, por tipologia	ha	CM, ICNF, OD	Aumentar povoamentos de espécies autóctones	Anual
	Controlo de espécies invasoras	Medidas de controlo de monoculturas de espécies invasoras	nº	CM	Diminuir	Anual
	Proteção de espécies autóctones	Medidas de proteção de espécies florestais autóctones	nº	CM	Aumentar	Anual
Governança territorial	Compatibilização do PRGP com IGT	Avaliação qualitativa da articulação / compatibilização do Programa com IGT aplicáveis	%	PRGP-AM, CM	100%	Anual
	Envolvimento no âmbito do PRGP	Atores e organizações envolvidas	nº	PRGP-AM, CM	Aumentar	Anual
	Gestão conjunta em regime florestal	Superfície de espaços florestais sob gestão conjunta	%	PRGP-AM, CM	Aumentar	Anual
	Participações em encontros e em consulta pública	Número de participações registadas nos processos de consulta pública	nº	PRGP-AM, CM	Aumentar	Anual
	Capacitação da população no âmbito do PRGP	Entidades/eventos criados para a capacitação da população	nº	PRGP-AM, CM	Aumentar	Anual
	Redes de cooperação	Redes de cooperação estabelecidas	nº	PRGP-AM, CM	Densificar	Anual
	Ações de divulgação	Ações de divulgação de informação, consulta e participação pública	nº	PRGP-AM, CM	Aumentar	Anual
	Acesso à informação	Locais com informação disponível	nº	PRGP-AM, CM	Aumentar	Anual

NOTA: Consideram-se os mesmos indicadores de monitorização e avaliação apresentados na AAE. Esta opção deve-se a uma economia procedimental, uma vez que os “indicadores” são vastos e muitos de difícil obtenção, por isso deve haver articulação entre os dois instrumentos que são elaborados em paralelo. Estes indicadores estão associados com a execução do PRGP e não com AAE propriamente dita, que serve para melhorar e monitorizar a execução do Programa)

11.2. PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020 determina que a monitorização e avaliação global do PTP e, portanto, dos PRGP, serão asseguradas pelo Fórum Intersectorial do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, coordenado pela DGT, conforme disposto no Artigo 11º do RJRP, e com a composição apresentada na alínea b, do nº 5 do PNPO. O Artigo 10º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2022, designa o ICNF, I. P., e a DGT como as entidades responsáveis pelo acompanhamento e apoio técnico à implementação das medidas programáticas do PTP.

Não obstante, propõe-se uma participação alargada e envolvimento institucional mais alargado no que diz respeito ao acompanhamento da evolução do PRGP-AM, devendo ser assegurado por parte de todos os representantes e entidades interessadas, sem prejuízo do disposto no PTP, alargando este processo a outros atores de âmbito local e regional identificados durante a elaboração deste instrumento. Sendo esta uma estratégia de transformação da paisagem que exige o esforço de toda a rede de entidades, organizações e proprietários para efetivar uma eficaz transição no modelo de desenvolvimento da floresta e agricultura do Alva e Mondego, é crucial que sejam chamados a tomar parte ativa no processo de monitorização dessa transformação da paisagem.

Sugere-se igualmente que este acompanhamento e monitorização da execução e dos resultados e impactes da proposta, sejam concertados num observatório da paisagem do Alva e Mondego, plataforma de agregação, disponibilização e comunicação de todo o processo.

12.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bacharel, F. (2022). *A Paisagem Como Centro De Decisão – reflexão sobre a relação ecologia e cultura na paisagem de defesa da Raia Seca da Fronteira Leste de Portugal*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora.
- Bacharel, F. (2020). Utilização sustentável do solo rústico. Em F. do Carmo & A. Seixas (coord) (Eds.), PDM GO: boas práticas para os Planos Diretores Municipais (pp. 176–187). Direção-Geral do Território.
- Biodesign. (2022). Programa de reordenamento e gestão da Serra da Malcata (PRGP-SM) - versão para consulta pública.
- Cancela d'Abreu, A., Correia, T., & Oliveira, R. (coord). (2004). Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental – Volume I, Coleção Estudos 10. Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e Universidade de Évora.
- Carmo, F. do, & Seixas (coord), A. (2020). PDM GO: boas práticas para os Planos Diretores Municipais (CNT - Comissão Nacional do Território (ed.)). Direção-Geral do Território.
- Coelho, J. P. e Pinheiro, A. C. (2019). Os sistemas agro-silvo-pastoris. Cadernos de economia, Universidade de Évora, p 60-64
- Cavaco, C. (2004). Desafios de desenvolvimento rural. Finisterra, XXXIX(78), 99–112.
- Covas, A. (2008). Ruralidade III: Temas e problemas da ruralidade pós-agrícola e pósconvencional. Universidade do Algarve.
- GeoAtributo. (2022). Relatório do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras do Marão, Alvão e Falperra. Versão para discussão pública.
- Magalhães, M. R., Müller, A., & Pena, S. B. (2015). Síntese Integrativa da Aptidão Edafomorfológica à Agricultura de Sequeiro e à Silvicultura para Portugal Continental. LEAF/ISA/ULisboa.
- Quatenaire Portugal. (2022). Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Alto Douro e Baixo Sabor (PRBS). Versão para discussão pública.
- Reis, P. (2021). Desenvolvimento rural e planeamento: o caso de Alter do Chão. Tese de doutoramento entregue para revisão, não publicada. IGOT/ Universidade de Lisboa.
- Reis, P., & Gabriel, L. (2021). As cartas de risco de incêndio florestal e os efeitos no ordenamento do espaço rural: Reflexões a partir do caso de estudo do município de Tomar. Em F. P. Oliveira, J. de Carvalho, & J. F. Bento (Eds.), Descentralização e Ordenamento do Território Atas do encontro anual da AD URBEM (pp. 193–210). Almedina.
- Serralheiro, R. (2005). A Sustentabilidade do Regadio e a Conservação do Solo e da Água. 7º Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Évora, 13p.
- SROA (1972). Carta de Capacidade de Uso do Solo. Bases e normas adoptadas na sua elaboração. 6ª edição. Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, 242p.